



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SÃO CARLOS

Programa de Pós Graduação em Ciência Política

Rodovia Washington Luis, Km 235 – Caixa Postal 676.

Fones: (16) 3351-8415

CEP: 13.565-905 – São Carlos – SP – Brasil

E-mail: ppgpol@ufscar.br

DOUTORADO EM CIÊNCIA POLÍTICA

CASSIANO EUSÉBIO

**CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM PAÍSES
AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (2001 A 2023)**

São Carlos, 2025

CASSIANO EUSÉBIO

Condicionantes da participação eleitoral em Países Africanos de Língua Oficial portuguesa (PALOP) de 2001 a 2023

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política do Centro de Educação e Ciências Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência Política.

Orientador: Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi

São Carlos, 2025

Eusébio, Cassiano

Condicionantes da participação eleitoral em países africanos de língua oficial portuguesa (2001 a 2023) / Cassiano Eusébio -- 2025.
187f.

Tese de Doutorado - Universidade Federal de São Carlos, campus São Carlos, São Carlos

Orientador (a): Gabriel Ávila Casalecchi

Banca Examinadora: Gabriel Ávila Casalecchi, Maria do Socorro Sousa Braga, José Raulino Chaves Pessoa Junior, Carlos Augusto da Silva Souza, Daniel Leonel da Rocha

Bibliografia

1. Participação eleitoral. 2. Palop. 3. Afrobarometer. I. Eusébio, Cassiano. II. Título.

Ficha catalográfica desenvolvida pela Secretaria Geral de Informática (SIn)

DADOS FORNECIDOS PELO AUTOR

Bibliotecário responsável: Arildo Martins - CRB/8 7180

CASSIANO EUSÉBIO

**CONDICIONANTES DA PARTICIPAÇÃO ELEITORAL EM PAÍSES
AFRICANOS DE LÍNGUA OFICIAL PORTUGUESA (2001 A 2023)**

Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em
Ciência Política do Centro de Educação e Ciências
Humanas da Universidade Federal de São Carlos, como
requisito parcial à obtenção do título de Doutor em Ciência
Política.

Data de aprovação: 29/08/2025

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Gabriel Ávila Casalecchi (Orientador)
Universidade Federal de São Carlos

Profa. Dra. Maria do Socorro Sousa Braga
Universidade Fderal de São Carlos

Prof. Dr. José Raulino Chaves Pessoa Júnior
Universidade Estadual do Ceará

Prof. Dr. Carlos Augusto da Silva Souza
Universidade Federal do Pará

Prof. Dr. Daniel Leonel da Rocha
Universidade Estadual de Maringá

Dedico este trabalho a minha mãe Maria Cassiano, que sempre me apoia nos meus sonhos acadêmicos, me incentiva a persistir nos meus objetivos pessoais e profissionais, e a cada conquista minha, ela comemora euforicamente porque sabe que é dela também!

Agradecimentos

O percurso para a conclusão deste trabalho foi marcado de muitas emoções. Algumas delas foram de euforia e orgulho – quando soube que tinha sido aprovado no curso de doutorado em ciência política na Universidade Federal de São Carlos (UFsCar) em 2021. Algumas emoções foram de desespero e medo, no meio da pandemia Covid 19, e inicialmente sem bolsa de estudo, a pergunta que não calava era: como iria cursar e concluir o curso?

Quero agradecer à Deus, pela saúde, força, sabedoria e paciência de entender que nem sempre temos a resposta imediata para uma situação ou problema. Algumas respostas ele enviou com tempo e por meio de pessoas.

A minha mãe, Maria Cassiano, foi uma destas pessoas, que desde sempre me educou e incentivou a prosseguir com os meus estudos e acreditar nos meus sonhos. A você mamãe, meu muito obrigado (Assante Sana)!

A família Chicumbi, que se tornou a minha família no Brasil, me acolheu, alimentou, protegeu e me cuidou como um filho. Eu sei que vocês foram enviados pelo senhor todo poderoso como respostas as minhas angustias no início dessa caminhada. Quero agradecer profundamente por tudo que vocês fizeram por mim. Nada disso seria possível sem ajuda de vocês.

Falando em tempo, ele foi passando e as minhas perspectivas em relação ao curso doutorado foram mudando. Nesse período, tive a oportunidade de conhecer o meu orientador, Prof. Dr. Gabriel Casalecchi. Uma pessoa incrível e sensível que acolheu minhas dúvidas acadêmicas, minhas angustias e problemas pessoais. E sempre buscou a melhor forma de solucionar. A você, Professor, meu muito obrigado.

E novamente, falando em tempo e as respostas que traz, conheci a mulher da minha vida, Laísa Melo. Bem no começo do doutorado em meio a pandemia. Olhando agora, tenho certeza, que a Laísa foi e é a resposta que mudou não somente o trajeto do curso, mas também da minha vida. A Laísa, me deu a honra de ser pai da minha amada filha Niara Muédy, em fevereiro de 2022. A ti, meu Carinho, quero expressar o meu muitíssimo obrigado pelo apoio incondicional e por teres me incentivado a não desistir do curso. Obrigado por me deixar fazer parte da tua vida e da tua família. Te amo!

A minha filha Niara Muédy, que muitas vezes vinha ao meu colo enquanto escrevia a tese e dizia: “pai, eu quero estudar no computador”, e me arrancava vários sorrisos. Obrigado, filha por me proporcionar a maior e melhor experiência da paternidade.

Quero agradecer de forma especial a família Costa – que é a família da minha noiva Laísa Melo que me acolheu e me acolhe como filho, genro, e membro da família. Meu muitíssimo obrigado.

Aos meus amigos moçambicanos em Belém do Pará, Abdala, Celeste, Acrísio, Filipe Amizade, John Chicumbi e Tecla Chicumbi muito obrigado pelo acolhimento e pelas experiências de convivência que tivemos.

Aos meus manos – Zito Pedro, Fidel Terenciano, Edmar Aquica, Tomé, obrigado por servirem de minha fonte de inspiração. Sem vocês neste percurso, seria muito difícil chegar até aqui, Assante Sana (muito obrigado).

A minha amiga Amanda Souza, e sua família, pelo acolhimento, respeito e admiração, meu muito obrigado.

A nível institucional quero agradecer a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior-Brasil (CAPES) – código de financiamento 001, pelo seu suporte financeiro (bolsa de doutorado) para a realização deste trabalho.

E por fim, porém, não menos importante, a Coordenação do Programa de Pós-Graduação em Ciência Política DA UFSCAR, pelo acolhimento e suporte acadêmico durante o curso, meu muito obrigado.

RESUMO

Este trabalho analisa os fatores condicionantes da participação eleitoral nas eleições gerais em Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP). Quais são os fatores condicionantes da participação eleitoral nas eleições gerais em PALOP? Através desta pergunta de pesquisa, constatamos uma limitação teórica e metodológica de estudos comparados no continente africano e nos PALOP especificamente. Para suprir essa lacuna, recorreremos na revisão da literatura, diferentes abordagens de nível micro e macro sobre a participação eleitoral tendo como referência os estudos africanos. Metodologicamente, a pesquisa utiliza uma série de rodadas surveys do afrobarometer combinando com dados de nível institucional e contextual dos PALOP. Ao todo, tivemos 22.747 observações correspondentes aos quatro países analisados (Angola, Cabo-Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe) referentes a dezanove eleições legislativas e presidenciais de 2001 a 2023. Utilizando a regressão logística e análise qualitativa, constatamos que - indivíduos que se sentem próximos de um partido político (identificação partidária) têm mais chances de comparecer às urnas nos PALOP. Em todos os países, indivíduos de baixa renda mostraram menor probabilidade de participar das eleições, com destaque para Moçambique e, em menor grau, Angola. A relação entre confiança institucional e participação revelou um padrão ambivalente. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, contextos com maior legitimidade institucional, a confiança na democracia, no presidente e no regime funcionou como fator mobilizador. Em Moçambique e Angola, no entanto, a desconfiança nas instituições eleitorais, como a CNE, esteve associada à abstenção, especialmente quando acompanhada por denúncias de fraude ou parcialidade. Em Angola, inclusive, a participação dos insatisfeitos e desconfiados superou a dos satisfeitos — sinalizando que, em regimes híbridos, o voto pode ser usado como instrumento de protesto mais do que de endosso. Outros fatores como idade, escolaridade, e engajamento cívico se mostraram os principais determinantes do comparecimento eleitoral, ainda que modulados por contextos institucionais, culturais e históricos distintos nas eleições gerais dos PALOP.

Palavras-chaves: participação eleitoral; Afrobarometer; PALOP.

ABSTRACT

This study analyzes the factors that influence voter turnout in general elections in Portuguese-speaking African countries (PALOP). What are the factors that influence voter turnout in general elections in PALOP countries? Through this research question, we found a theoretical and methodological limitation in comparative studies on the African continent and in PALOP countries specifically. To fill this gap, we reviewed the literature, looking at different micro and macro approaches to electoral participation with reference to African studies. Methodologically, the research uses a series of Afrobarometer surveys combined with institutional and contextual data from PALOP countries. In total, we had 22,747 observations corresponding to the four countries analyzed (Angola, Cape Verde, Mozambique, and São Tomé and Príncipe) referring to nineteen legislative and presidential elections from 2001 to 2023. Using logistic regression and qualitative analysis, we found that individuals who feel close to a political party (party identification) are more likely to vote in PALOP countries. In all countries, low-income individuals were less likely to participate in elections, particularly in Mozambique and, to a lesser extent, Angola. The relationship between institutional trust and participation revealed an ambivalent pattern. In Cape Verde and São Tomé and Príncipe, contexts with greater institutional legitimacy, trust in democracy, the president, and the regime served as a mobilizing factor. In Mozambique and Angola, however, distrust of electoral institutions, such as the CNE, was associated with abstention, especially when accompanied by allegations of fraud or bias. In Angola, the participation of dissatisfied and distrustful voters even exceeded that of satisfied voters—signaling that, in hybrid regimes, voting can be used as an instrument of protest rather than endorsement. Other factors such as age, education, and civic engagement proved to be the main determinants of voter turnout, albeit modulated by different institutional, cultural, and historical contexts in the general elections of the PALOP countries.

Keywords: electoral participation; Afrobarometer; PALOP.

LISTRA DE ILUSTRAÇÕES

Quadro 1 - Síntese dos condicionantes de participação eleitoral pela revisão teórica.....	41
Figura 1 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em Angola.....	47
Figura 2 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em Cabo Verde.....	50
Figura 3 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em Moçambique.....	52
Figura 4 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em São Tomé e Príncipe.....	57
Quadro 2 - Tamanho da amostra por rodada do Afrobarometer (2005-2023).....	63
Quadro 3 - Países, rodadas do Afrobarometer e eleições de referência.....	64
Quadro 4 - Percentual da participação eleitoral autodeclarada nas eleições nacionais.....	66
Quadro 5 - Medição comparative de poderes legislativos e não-legislativos do Presidente da República dos PALOP.....	76
Quadro 6 - Síntese das variáveis micro e macro para análise da participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP.....	80

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Condicionantes da participação eleitoral em Angola nas eleições gerais de 2017 e 2022.....	87
Tabela 2 - Condicionantes da participação eleitoral em São Tomé e Príncipe nas eleições gerais de 2016, 2018 e 2022.....	91
Tabela 3 - Condicionantes da participação eleitoral em Cabo Verde nas eleições gerais de 2001 a 2023.....	95
Tabela 4 - Condicionantes da participação eleitoral em Moçambique nas eleições gerais de 2004 a 2023.....	99
Tabela 5 - Regressão logística dos condicionantes da participação eleitoral nos PALOP (2001 a 2023).....	104
Tabela 6 - Variáveis institucionais e o percentual da participação eleitoral autodeclarada nas eleições gerais PALOP.....	110
Tabela 7 - Indicadores contextuais analisadas nas eleições gerais do PALOP.....	115

LISTA DE SIGLAS E ACRÓNIMOS

ADI – Ação Democrática Independente

CASA – Convergência Ampla de Salvação de Angola

CAPES – Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

CDD- Center for Democratic Development

CODO – Coligação Democrática da Oposição

CNE – Comissão Nacional de Eleições

IDEA – Institute of Democracy and Electoral Assistance

FDC – Frente Democrática Cristã

FH – Freedom House

FNLA – Frente Nacional de Libertação de Angola

FRELIMO – Frente de Libertação de Moçambique

MDFM – Movimento Democrático das Forças da Mudança

MDM – Movimento Democrático de Moçambique

MNC – Movimento Novo Caminho

MLSTP – Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe

MSU- Michigan State Universty

MpD – Movimento para democracia

MPLA – Movimento Popular de Libertação de Angola

ND-UE – Nova Democracia - União Eleitoral

ONU – Organização das Nações Unidas

PCD – Partido de Convergência Democrática

PAIGC – Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde

PALOP – Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa

PIB – Produto Interno Bruto

PRS – Partido de Renovação Social

PSD – Partido Social Democráta

PL- Partido Liberal

RENAMO – Resistência Nacional Moçambicana

RP – Representação Proporcional

UCID – União Cabo-verdeana Independente e Democrática

UD – União Democrática

UNITA – União Nacional para a Independência Total de Angola

URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

UCT- University of Cape Town

V-Dem – Varieties of Democracy

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO.....	14
2. PARTICIPAÇÃO ELEITORAL: abordagens explicativas.....	23
2.1 Condicionantes da participação eleitoral.....	26
2.2 Condicionantes de nível micro da participação eleitoral.....	27
2.2.1 Modelo sociodemográfico.....	27
2.2.2 Fatores socioeconômicos.....	29
2.2.3 Modelo de engajamento.....	30
2.2.4 Fatores motivacionais.....	32
2.2.5 Modelo de mobilização.....	34
2.3 Condicionantes de nível macro da participação eleitoral.....	36
2.3.1 Fatores institucionais.....	36
2.3.2 Fatores do contextuais.....	40
3. NÍVEIS DE COMPARECIMENTO ELEITORAL NOS PALOP.....	43
3.1 Participação eleitoral em Angola.....	44
3.2 Participação eleitoral em Cabo Verde.....	47
3.3 Participação eleitoral em Moçambique.....	51
3.4 Participação eleitoral em São Tomé e Príncipe.....	56
3.5 Síntese de condicionantes da participação eleitoral nos PALOP.....	59
4. DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA.....	62
4.1 Variável dependente.....	64
4.2 Hipóteses e operacionalização das variáveis independentes.....	67
4.2.1 Variáveis de nível micro.....	67
4.2.2 Variáveis de nível macro.....	74
4.3 Modelo de análise.....	81
5. RESULTADOS E ANÁLISE DAS REGRESSÕES.....	84
5.1 Condicionantes da participação eleitoral em Angola.....	84
5.2 Condicionantes da participação eleitoral em São Tomé e Príncipe.....	88
5.3 Condicionantes da participação eleitoral em Cabo Verde.....	92
5.4 Condicionantes da participação eleitoral em Moçambique.....	96
5.4.1 Análise comparativa dos condicionantes micro da participação eleitoral nos PALOP.....	101

5.5 Condicionantes de nível macro da participação eleitoral nas eleições gerais no PALOP.....	108
5.5.1 Análise comparativa dos condicionantes macro da participação eleitoral nos PALOP.....	118
5.5.2 Validação das hipóteses da pesquisa.....	121
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	125
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS.....	128
APÊNDICE A.....	140

1. INTRODUÇÃO

O processo de transição democrática nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) – Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe – foi precedido pelas guerras de libertação contra o domínio colonial, lideradas por movimentos nacionalistas na década de 1960. Como resultado, Angola e Guiné-Bissau tornaram-se independentes em 1974; Cabo Verde e Moçambique em 1975; e São Tomé e Príncipe em 1977. Após a independência, os antigos movimentos de libertação reorganizaram-se como partidos políticos e, sob forte da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas - URSS, adotaram o regime de partido único, que perdurou, em geral, até meados da década de 1990. Nos PALOP continentais — Angola, Guiné-Bissau e Moçambique — o período pós-independência foi marcado por guerras civis que deixaram um rastro duradouro de violência e destruição, estendendo-se, em alguns casos, até os anos 1990. Em contraste, os PALOP insulares — Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — vivenciaram um período de relativa estabilidade política, econômica e social, o que favoreceu uma transição democrática menos conturbada.

De forma geral, os legados dos conflitos armados nos países continentais contribuíram para a ocorrência de tentativas de golpes de Estado, ao passo que, nos países insulares, não há registros de rupturas dessa natureza. É importante destacar que o processo de redemocratização dos PALOP integrou-se à chamada “terceira onda” de democratização (Huntington, 1991) que se espalhou pelo continente africano na década de 1990 (Bratton, 1998). Especificamente nos PALOP, a transição ocorreu de forma negociada, conduzida e implementada pelos próprios partidos que estiveram no poder durante os regimes monopartidários. São exemplos disso: o PAICV em Cabo Verde (1991), o MLSTP em São Tomé e Príncipe (1991), a FRELIMO em Moçambique (1994), o PAIGC na Guiné-Bissau (1994) e o MPLA em Angola (1992).

Embora compartilhem uma herança colonial comum e instituições formais semelhantes — como sistemas eleitorais proporcionais com listas fechadas, voto facultativo e parlamentos unicamerais — os PALOP evoluíram politicamente de formas bastante diferentes. Nos próximos parágrafos apresentamos um panorama

introdutório das principais características políticas, institucionais e socioeconômicas de cada país, com o objetivo de familiarizar o leitor brasileiro com o contexto em que se inserem os casos analisados nesta tese. Trata-se, portanto, de uma descrição geral e sintética, voltada a situar o leitor antes da análise aprofundada nos capítulos seguintes.

Entre os PALOP, Cabo Verde é o caso mais estável do ponto de vista institucional. O país adota um regime semipresidencialista funcional, com eleições regulares, alternância de poder e baixos níveis de conflito político. A reduzida escala populacional¹ (588 mil habitantes), combinada com alta taxa de alfabetização (87,6%) e baixa fragmentação étnica, contribui para o fortalecimento da confiança institucional e da participação democrática. Mesmo com limitações econômicas — como a escassez de recursos naturais e a dependência do turismo —, Cabo Verde possui o maior PIB per capita entre os PALOP (US\$ 3.293) e figura entre as democracias mais consolidadas do continente: em 2023, recebeu pontuação 78/100 da Freedom House (classificação “livre”) e 6,88 no Democracy Index da The Economist (“democracia imperfeita”).

São Tomé e Príncipe compartilha com Cabo Verde algumas características estruturais — como a pequena população (223 mil habitantes), a homogeneidade sociocultural e o semipresidencialismo —, mas apresenta níveis mais modestos de desenvolvimento econômico. O país tem um PIB estimado em US\$ 791 milhões e PIB per capita de US\$ 2.361 (World Bank, 2023). A ausência de cláusulas de barreira e a exigência de representatividade distrital estimulam o pluralismo, e a alternância no poder ocorre com relativa regularidade. O índice de alfabetização supera os 92%, e o ambiente institucional é classificado como “livre” pela Freedom House (78/100), com eleições regulares, imprensa relativamente livre e estabilidade institucional.

Angola, por outro lado, adota um regime presidencialista centralizado, em que o presidente é eleito de forma indireta — mecanismo introduzido após a revisão constitucional de 2010. Com 34,5 milhões de habitantes, o país apresenta PIB de US\$ 67,4 bilhões, mas com um dos menores PIBs per capita da região (US\$ 1.954).

¹ Salvo manifestação contrária, todos os dados relativos à população, PIB, taxas de educação, urbanização e outros indicadores socio demográficos foram coletados no World Bank para o ano de 2023.

Embora rico em petróleo e diamantes, Angola enfrenta graves desigualdades sociais e regionais, além de um sistema político amplamente dominado pelo MPLA desde a independência. A Freedom House classifica o país como “não livre” (pontuação de 29/100), apontando sérias restrições às liberdades civis e à competição política. A ausência de eleições presidenciais diretas, somada à baixa competitividade eleitoral e à repressão de dissensos, contribui para o distanciamento entre cidadãos e instituições.

Moçambique combina eleições presidenciais diretas com sistema proporcional para o Parlamento, mas enfrenta obstáculos crônicos à consolidação democrática. Com população estimada em 32 milhões, apresenta o menor PIB per capita entre os PALOP (US\$ 492, World Bank, 2023), embora seu PIB absoluto seja de US\$ 15,78 bilhões. A política nacional é marcada pela hegemonia da FRELIMO, pela fragilidade da oposição e por conflitos armados recorrentes em regiões como o centro-norte do país. O índice de liberdade da Freedom House é de 43/100 (“parcialmente livre”), refletindo instabilidade institucional, exclusão regional e persistência de violência política. A elevada diversidade étnica e a desigualdade territorial agravam as barreiras ao engajamento político e à confiança institucional, tornando a participação eleitoral altamente desigual e volátil.

Apesar das diferenças, todos os PALOP compartilham o uso de sistemas eleitorais proporcionais com listas fechadas e voto facultativo. As eleições presidenciais, com exceção de Angola, seguem o modelo majoritário em dois turnos. Ainda assim, os efeitos desses arranjos institucionais sobre a participação variam significativamente conforme o contexto. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe oferecem ambientes mais abertos à competição e ao engajamento cidadão. Em Angola e Moçambique, por outro lado, a concentração de poder, o controle sobre o aparato estatal e as crises políticas recorrentes limitam o espaço para a pluralidade e desestimulam o comparecimento.

Com base nos dados da Freedom House (2023), apenas Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são considerados “livres”, enquanto Moçambique é classificado como “parcialmente livre” e Angola como “não livre”. Essas distinções ajudam a dimensionar a heterogeneidade institucional e democrática entre os países do grupo. Compreender

os padrões de participação política nos PALOP não é tarefa fácil.

As questões sobre “quem vota nas eleições ” e “quais são os fatores condicionantes da participação eleitoral” foram amplamente respondida nas democracias ocidentais. Em contraste, a questão sobre “quais os fatores condicionantes da participação eleitoral na África”, ainda não recebeu atenção significativa. A maioria dos estudos examina a participação eleitoral em um único país africano – como Bratton (1999) e Kuenzi (2006) –, mas tem havido pouca pesquisa comparada para explorar a natureza da participação eleitoral nos regimes multipartidários africanos. Estudos com reconhecimento internacional se propuseram a contribuir para sanar esse déficit, como foi o caso de Kuenzi e Lambright (2007), propondo uma análise de nível macro. Em 2010, os mesmos autores fizeram uma análise comparativa de 10 países africanos, cuja proposta foi baseada em dados de nível micro e macro (Kuenzi; Lambright, 2010; Pereira, 2023).

No caso dos PALOP, as pesquisas comparadas sobre comportamento político-eleitoral têm se concentrado principalmente em temáticas como os sistemas eleitorais (Araújo, 2001), a institucionalização dos sistemas partidários (Sanches, 2010; 2017), os processos de transição democrática (Queiroz, 2017), as lutas de libertação e o processo de descolonização (Mango, 2016), bem como atitudes em relação à democracia (Fernandes, 2014). Embora existam alguns estudos comparados sobre eleições, estes não contemplam a totalidade dos PALOP. Até onde pudemos verificar, a pesquisa de Eusébio e Casalecchi (2022) é a única que inclui todos os países lusófonos africanos, analisando, em perspectiva comparada e longitudinal, os efeitos das eleições presidenciais e legislativas sobre a participação eleitoral. Diante desta problemática, a pergunta norteadora da tese é: “quais são os fatores condicionantes da participação eleitoral nas eleições gerais dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) ”?

O objetivo desta tese é analisar os fatores que influenciam a participação eleitoral dos indivíduos nas eleições gerais nos PALOP. Embora existam estudos descritivos baseados em dados agregados — que informam taxas gerais de comparecimento e abstenção —, ainda são raras as pesquisas que avançam para o nível micro, examinando os motivos que levam indivíduos a votar (ou a se abster).

Mais escassos ainda são os trabalhos que exploram essas dinâmicas de forma comparada entre os diferentes países do grupo. Esta pesquisa busca preencher essa lacuna, ao integrar a análise de indicadores macroeconômicos e políticos com dados de survey individuais, permitindo uma compreensão mais ampla e aprofundada dos determinantes da participação eleitoral nos PALOP. Ao conectar contexto e comportamento, a tese oferece uma contribuição, ao sistematizar evidências comparadas sobre o engajamento político dos cidadãos africanos lusófonos.

Este trabalho buscou combinar diferentes abordagens teóricas de nível micro – fatores sóciodemográficos, socioeconômicos, atitudes/comportamentos, e de mobilização, e abordagem teóricas de nível macro - regimes políticos, sistemas eleitorais, eleições simultâneas, poderes do presidente, PIB per capita, índices de alfabetização e urbanização para compreender a participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP. No que tange aos dados, utilizamos duas fontes diferentes de dados, a primeira de nível individual disponível na plataforma do Afrobarometer e a segunda fonte de dados foi uma construção própria a partir dos bancos de dados World Bank, Institute of Democracy and Electoral assistance (IDEA) e Freedom House (FH).

Relativamente ao Afrobarometer, esta é uma rede pan-africana, apartidária e sem fins lucrativos que conduz surveys sobre democracia, governança e questões sociais em mais de 30 países africanos desde 1999. A abrangência das ondas de surveys nos PALOP começou a partir da rodada 2 em 2002 a 2003, quando incluíram apenas Moçambique e Cabo verde. A disponibilidade das rodadas de surveys no Afrobarometer foi determinista para a seleção dos nossos casos (países). Inicialmente, tínhamos o desejo de incluir todos os países dos PALOP, mas quando verificamos a base de dados do Afrobarometer constatamos que nem todos os países são contemplados nas rodadas de surveys do Afrobarometer, e um desses países é a Guiné Bissau – por isso, excluímos da nossa análise. Outro desafio que surgiu foi a diferença da quantidade de rodadas disponíveis por países, visto que, nem todos foram incluídos no mesmo ano de surveys. Para superar estes obstáculos, consideramos incluir dentro dos PALOP, os países que tivessem pelo menos duas rodadas de surveys, e assim ficou: Moçambique e Cabo verde com as rodadas 3, 4, 5, 6, 7, 8 e 9, Angola com as rodadas 8 e 9, e São Tomé e Príncipe com as rodadas 7,

8 e 9, relativas aos de 2005 a 2023. O nosso horizonte temporal foi definido pelo critério de eleição de referencia e o ano mais recente da R9, isto é, a escolha do ano 2001 justifica-se pela eleição presidencial em Cabo Verde, citada na da r4 realizada no 2005, e ano de 2023 refere-se as rodadas mais recentes realizadas em Angola, Moçambique e Cabo Verde. Posto isso, o número de casos total para os quatro (4) países incluídos na pesquisa é de $N = 22.747$ observações referentes a dezanove (19) eleições legislativas e presidências nos PALOP.

Para analisar os nossos dados utilizamos a regressão logística. Inicialmente, queríamos testar a combinação de variáveis de nível micro e macro, mas a aplicação de modelos multinível nesta pesquisa mostrou-se inviável em virtude das características da base de dados utilizada. Embora o estudo envolva quatro países — Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe —, a unidade analítica no segundo nível da hierarquia corresponde a combinações de país e ano (país/ano), totalizando 19 observações. Esse número é insuficiente para sustentar estimativas confiáveis em modelos que incluem variáveis contextuais de nível 2. A literatura metodológica é clara ao advertir que, com um número reduzido de unidades no nível contextual, como é exatamente o caso aqui, os coeficientes estimados tornam-se instáveis, os erros padrão são imprecisos, e os testes de significância perdem validade (Maas; Hesselings, 2005; Bryan; Jenkins, 2016).

A limitação torna-se ainda mais relevante diante da proposta analítica desta pesquisa, que busca explorar uma série de variáveis contextuais — como PIB per capita, densidade populacional, urbanização e taxas de alfabetização — para compreender variações na participação eleitoral. Com apenas 19 unidades país/ano, não há variabilidade suficiente para estimar de forma robusta os efeitos de múltiplas variáveis de nível 2. A tentativa de incluí-las simultaneamente em um modelo hierárquico resultaria em sérios problemas de colinearidade e sobreajuste de modelo (*overfitting*), comprometendo a validade substantiva e estatística dos achados.

Diante desse cenário, optou-se por uma estratégia metodológica alternativa: as análises estatísticas foram conduzidas exclusivamente no nível micro (individual), por meio de modelos de regressão logística, enquanto as variáveis de nível macro foram tratadas de forma complementar, em uma análise qualitativa comparativa. Essa

escolha permite respeitar os limites da base de dados e, ao mesmo tempo, incorporar elementos contextuais relevantes à interpretação dos resultados. Trata-se, portanto, de uma solução metodologicamente coerente com as boas práticas recomendadas para estudos com número reduzido de unidades contextuais, preservando a validade interna das análises quantitativas e enriquecendo a discussão com elementos qualitativos.

A hipótese principal da pesquisa foi embasada a partir da dimensão micro da participação eleitoral, isto é, “os indivíduos com maiores chances de participarem das eleições gerais nos PALOP seriam aqueles partidários, insatisfeitos com a democracia, que participam em organizações comunitárias e desconfiam nas instituições”, que podem ser pontencializados ou não pelo regime político, os sistemas eleitorais, a conjuntura política e fatores macroeconômicos de cada país.

Os resultados da nossa pesquisa sugerem que nos PALOP, fatores individuais como idade, escolaridade, identificação partidária e engajamento cívico mostraram-se os principais determinantes do comparecimento eleitoral, ainda que modulados por contextos institucionais, culturais e históricos distintos. Do ponto de vista socioeconômico, a escolaridade exerceu papel relevante, mas com intensidade e direção variáveis. Em Cabo Verde e Moçambique, indivíduos com ensino médio e superior apresentaram maior propensão ao voto em eleições mais recentes, o que corrobora a teoria dos recursos cívicos. Já em Angola, os efeitos da escolaridade foram menos sistemáticos, e em São Tomé e Príncipe foram observados tanto efeitos positivos quanto ausentes. Isso pode indicar que, em regimes mais fechados ou de confiança mais frágil nas instituições, o capital educacional não se traduz diretamente em mobilização eleitoral. A pobreza, apareceu como um importante fator de exclusão. Em todos os países, indivíduos em situação de insegurança alimentar demonstraram menor probabilidade de participar das eleições, com destaque para Moçambique e, em menor grau, Angola. Esses achados estão em consonância com a teoria da exclusão social, sugerindo que a privação material não apenas reduz os recursos necessários para o engajamento, como também mina a crença na utilidade da participação política. Em Cabo Verde, no entanto, observou-se em certos momentos o efeito oposto — uma leve mobilização entre os insatisfeitos economicamente,

sinalizando a possibilidade de voto de protesto em democracias mais responsivas.

Do ponto de vista macro, constatamos um padrão parcialmente condizente com a hipótese formulada a partir da crítica à perspectiva de Pereira (2023). Segundo o autor, regimes presidencialistas tenderiam a ativar predisposições psicológicas e reduzir os custos informacionais, aumentando a participação. No entanto, os dados históricos das eleições gerais nos PALOP sugerem que a centralidade institucional do Legislativo nos sistemas semipresidencialistas — particularmente em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — contribui para sustentar níveis mais consistentes de participação nas eleições legislativas, mesmo quando realizadas separadamente das presidenciais.

A possibilidade de reeleição do presidente, os dados dos PALOP corroboram a hipótese crítica formulada com base em Dettrey e Schwindt-Bayer (2009) e Pereira (2023): a presença de um incumbente na disputa não se associa, necessariamente, a maior participação. Pelo contrário, em contextos como Angola e Moçambique, marcados por baixa accountability e desconfiança institucional, a reeleição tende a produzir desmobilização, seja por apatia, seja por ceticismo em relação à eficácia do voto. Em contraste, Cabo Verde — onde a alternância no poder é mais frequente — apresenta maior estabilidade nos níveis de comparecimento, mesmo quando o incumbente não concorre. Isso reforça a ideia de que a qualidade democrática e a confiança nas instituições exercem papel central na motivação dos eleitores.

Para terminar, a tese foi estruturada em 6 capítulos incluindo a introdução e as conclusões finais. O capítulo 2, discutimos diferentes abordagens da participação eleitoral divididas em duas dimensões micro – com foco na análise individual da participação eleitoral nas eleições e macro – com foco na análise institucional e contextual da participação eleitoral. O capítulo 3, tem como objetivo apresentar um panorama descritivo da participação eleitoral nos PALOP, com base em dados agregados oficiais. A variável dependente central desta tese é o comparecimento eleitoral, e compreender como ela se comporta ao longo do tempo, em cada país e em cada eleição, é um passo necessário para as análises subsequentes que buscam explicar, em nível individual, os fatores que levam os eleitores às urnas. O capítulo 4, tem como objetivo de definir os passos metodológicos que consistiram na

apresentação dos bancos de dados – seleção dos casos, operacionalização das variáveis dependentes e independentes, elaboração das hipóteses e método de análise. O capítulo 5, analisa os resultados da pesquisa por meio das regressões logísticas por países, seguida por uma síntese comparativa dos condicionantes da participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP e termina com a análise macro comparativa dos PALOP. E por último, capítulo 6 apresenta as considerações finais destacando os principais achados do trabalho.

2. PARTICIPAÇÃO ELEITORAL: ABORDAGENS EXPLICATIVAS

A participação eleitoral é um dos temas mais antigos e consolidados da ciência política, possuindo um vasto arcabouço teórico, analítico e metodológico. Para muitos autores, essa longevidade está diretamente relacionada à centralidade que as eleições assumem em diversos regimes políticos ao redor do mundo. Ainda que se trate de uma questão clássica, seu interesse acadêmico não apenas persiste como se intensifica, impulsionado por fatores contemporâneos como o crescimento do número de eleições competitivas, mudanças nos padrões de comportamento eleitoral e as crescentes tendências de autocratização de regimes democráticos.

Nas democracias consolidadas, a participação eleitoral é apenas uma entre as múltiplas formas de engajamento político. Já nas democracias em consolidação — como é o caso dos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP) —, o voto assume um papel crucial, tanto do ponto de vista normativo quanto analítico. Nessas democracias, o comparecimento às urnas é frequentemente o principal canal de expressão política disponível para os cidadãos.

O marco inaugural das pesquisas empíricas sobre comportamento eleitoral remonta à primeira metade do século XX, nos Estados Unidos. Inicialmente, esses estudos adotavam uma abordagem ecológica, baseada em dados agregados. A mudança de paradigma ocorreu na década de 1940 com a publicação do clássico *The People's Choice* (1944), de Paul Lazarsfeld e colaboradores. A obra foi inovadora ao empregar métodos qualitativos e inquéritos por amostragem, lançando as bases do modelo sociológico do comportamento eleitoral, que destaca o papel dos grupos sociais e do contexto comunitário na formação das preferências eleitorais.

Alguns anos depois, em 1960, Campbell, Converse, Miller e Stokes publicaram *The American Voter*, obra que consolidou o modelo psicológico de análise eleitoral. Nesse modelo, os autores enfatizam o papel das predisposições psicológicas e da identificação partidária como principais determinantes do voto. Assim, enquanto o modelo sociológico focaliza o contexto social, o modelo psicológico centra-se nas atitudes e nas orientações subjetivas dos eleitores.

Em contraposição a essas abordagens, Antony Downs (1957) propôs o modelo da escolha racional em sua obra *An Economic Theory of Democracy*. Para Downs, a

decisão de votar é uma escolha racional baseada em cálculos de custo-benefício. O eleitor age como um agente racional que compara os benefícios esperados de sua escolha eleitoral com os custos envolvidos no ato de votar, elegendo o candidato ou partido que lhe oferece maior utilidade esperada.

Embora cada modelo adote pressupostos distintos — sociológicos, psicológicos ou econômicos —, muitos estudiosos reconhecem que esses paradigmas não são mutuamente excludentes. Ao contrário, podem ser considerados complementares, oferecendo diferentes lentes para compreender o comportamento eleitoral em contextos variados.

Diante disso, é legítimo questionar a aplicabilidade desses modelos ao contexto africano. Como destaca Matsimbe (2018, p. 124): “com estas teorias disponíveis para a explicação do voto, por que razão a África continua a registar limitações no avanço dos estudos eleitorais?”. A resposta, segundo o autor, reside no fato de que tais modelos foram desenvolvidos a partir de experiências de democracias consolidadas, especialmente nos contextos europeu e norte-americano. Assim, suas premissas nem sempre se ajustam às realidades políticas, econômicas e sociais das democracias africanas. As particularidades históricas, os desafios institucionais e os vínculos comunitários que estruturam o comportamento político em diversos países africanos exigem abordagens teóricas e metodológicas mais sensíveis a esses contextos.

A África ainda não desenvolveu teorias próprias adequadas ao contexto das suas democracias e aos contextos políticos, económicos e sociais. Este é o primeiro desafio teórico. Sem um quadro teórico próprio, estudiosos de comportamento eleitoral em África recorrem a empréstimos de modelos teóricos das democracias consolidadas para a interpretação do fenómeno de escolha eleitoral em África (Keulder, 2000), mas nem sempre são felizes (Matsimbe, 2018, p.124-125).

É comum que os estudos eleitorais sobre o continente africano recorram a variáveis como etnicidade, pertença a grupos tribais, clientelismo, relações interpessoais e clivagens regionais, rurais ou urbanas como elementos centrais para a explicação do comportamento eleitoral e da participação política (Horowitz, 1985; Keulder, 2000; Lindberg E Morrison, 2008; Erdmann, 2004; Tambe, 2021; Basedau *et al.*, 2011; Fridy, 2007; Basedau; Stroh, 2009). No entanto, a centralidade atribuída a essas variáveis têm sido alvo de críticas, sobretudo quando tratadas como

características inerentes ou tipicamente africanas, sem considerar as especificidades históricas, institucionais e contextuais de cada país:

Conceitos como identificação partidária e os tipos de clivagens (urbano vs rural), clivagens étnicas e regionais que são usados para estudar comportamento eleitoral noutras democracias são de difícil interpretação e aplicabilidade no continente africano. A conclusão de que a etnicidade é uma clivagem social bastante válida para a explicação do voto tem sido bastante contestada. Explicitamente, Erdmann (2007b) e outros autores afirmam que o conhecimento que se torna quase convencional do determinismo de etnicidade é uma falácia ecológica, uma vez que estudos que chegam a este tipo de conclusão usam dados agregados ou resultados eleitorais nacionais (Matsimbe, 2018, p.126-127).

Do ponto de vista dos avanços metodológicos e conceituais, os estudos eleitorais no contexto africano ainda enfrentam limitações significativas. A produção acadêmica no campo tem se apoiado predominantemente em métodos tradicionais, tais como entrevistas individuais ou em grupo e inquéritos presenciais por questionário (Matsimbe, 2018). Embora tais técnicas representem ferramentas valiosas para a coleta de dados, seu uso em contextos sociopolíticos específicos — como o africano — não está isento de fragilidades. Entre os principais entraves identificados, destaca-se a baixa consistência nas respostas dos participantes, frequentemente atribuída à limitada cultura de participação política e à escassa familiaridade dos respondentes com instrumentos de pesquisa, além da insuficiente capacitação técnica dos entrevistadores.

Compreender a participação eleitoral nos PALOP exige uma abordagem multifacetada, que leve em conta não apenas as motivações individuais dos eleitores, mas também os constrangimentos e incentivos gerados pelo contexto institucional e socioeconômico de cada país. Trata-se de democracias em consolidação, marcadas por legados autoritários, desigualdades profundas e capacidades estatais limitadas — fatores que moldam tanto a estrutura de oportunidades para a participação quanto os padrões de engajamento político dos cidadãos. Por isso, uma análise adequada precisa integrar diferentes níveis de explicação, articulando fatores micro (como escolaridade, interesse por política, confiança nas instituições, entre outros) e fatores macro (como tipo de regime, sistema eleitoral, PIB per capita, desigualdade, liberdade política, etc.). Essa perspectiva exige uma revisão abrangente da literatura que aborde esses dois eixos — individual e contextual — de forma articulada, além da definição criteriosa de variáveis

empíricas que permitam testar, em modelos analíticos apropriados, como essas dimensões interagem para influenciar o comportamento eleitoral nos PALOP.

2.1. Condicionantes da participação eleitoral

Duas perguntas fundamentais orientam as pesquisas sobre participação eleitoral: quem vota? E por que votam? Embora distinta, essas questões estão interligadas. A primeira aborda os perfis e características individuais dos eleitores; a segunda, os fatores que os motivam ou desmotivam a comparecer às urnas. Como argumenta Tambe (2017), compreender quem participa implica também investigar os contextos que favorecem ou inibem essa participação.

No nível individual, a literatura tradicional costuma situar os estudos em contextos nacionais, onde o ambiente institucional é mantido constante. O foco está frequentemente nas desigualdades políticas: pressupõe-se que participação desigual leva à representação desigual. A explicação para essas disparidades costuma estar na distribuição desigual de recursos — como escolaridade, tempo, renda e capital político —, além de atitudes como interesse por política, identificação partidária e percepção de eficácia (Kittilson; Anderson, 2011).

Pesquisas comparadas têm enfatizado a importância de fatores institucionais e contextuais para explicar a participação eleitoral. Estudos clássicos (Powell, 1980, 1986; Jackman, 1987) apontam que certas regras do jogo — como sistemas eleitorais proporcionais, eleições simultâneas ou obrigatoriedade do voto — reduzem os custos da participação e ampliam os incentivos ao comparecimento. Variáveis como tipo de regime, competitividade política, confiança nas instituições, e o próprio desenho das eleições são determinantes relevantes para compreender variações no engajamento eleitoral entre países e ao longo do tempo.

Mais recentemente, tem-se buscado integrar essas duas abordagens em modelos analíticos que conciliam fatores de nível micro (indivíduos) e macro (contexto institucional e político). Trabalhos como os de Ribeiro, Borba e Silva (2015), Kuenzi e Lambright (2007) e Victorino (2023) ilustram bem esse esforço. Em linhas gerais, variáveis como escolaridade, renda e interesse por política convivem com variáveis contextuais, como PIB per capita, desigualdade, desenho institucional e liberdade política, compondo

modelos explicativos mais robustos. A seção seguinte apresenta os fundamentos teóricos relacionados ao nível micro da análise.

2.2. Condicionantes de nível micro da participação eleitoral

2.2.1 Modelo sociodemográfico

Entre os principais condicionantes demográficos da participação eleitoral, idade, sexo, religião, etnia e local de residência merecem destaque. Essa abordagem se apoia em contribuições clássicas da Escola de Columbia, notadamente os trabalhos de Lazarsfeld e colegas (1948) e Berelson, Lazarsfeld e McPhee (1954), que estabeleceram a relevância das variáveis sociodemográficas na explicação do comportamento eleitoral. Esses autores argumentavam que as decisões de voto eram fortemente influenciadas pelos grupos sociais aos quais os indivíduos pertencem — como família, igreja e vizinhança —, conferindo centralidade a características como idade, sexo, religião e local de moradia (Tambe, 2021).

A idade, por exemplo, é amplamente reconhecida como preditor da participação eleitoral. A literatura mostra que os jovens tendem a votar menos do que os adultos de meia-idade, tanto em democracias consolidadas quanto em regimes em consolidação (Dray, 2010). Essa relação é explicada por dois mecanismos principais: o efeito do ciclo de vida e o efeito geracional. O primeiro refere-se às diferentes etapas da vida (juventude, idade adulta e velhice), cada uma marcada por recursos e responsabilidades distintas que influenciam o engajamento político. O segundo diz respeito à influência de eventos históricos formativos — como guerras, transições democráticas ou crises institucionais — na socialização política de diferentes coortes.

Estudos mostram ainda que essa relação entre idade e participação segue uma curva em formato de U invertido: os jovens e os idosos tendem a participar menos, enquanto os eleitores de meia-idade, mais estáveis e com mais recursos (tempo, conhecimento e networks), apresentam maiores taxas de comparecimento (Blais *et al.*, 2004; Konzelmann *et al.*, 2012; Cutler; Bengtson, 1974). Essa tendência, verificada em democracias ocidentais, também parece se aplicar ao contexto africano e, espera-se, aos países dos PALOP.

A variável “sexo” também tem sido alvo de ampla investigação. Estudos do século XX, especialmente nas décadas de 1970 e 1980, apontavam que mulheres participavam

menos que homens, tanto em países desenvolvidos (Randall, 1987) quanto em países africanos (Bratton *et al.*, 1999). As explicações se concentravam na divisão tradicional de papéis de gênero e na limitação de acesso das mulheres a recursos políticos e sociais (Schlozman, Burns; Verba, 1994). Duverger (1955) chegou a argumentar que as mulheres eram historicamente confinadas à esfera privada, enquanto os homens ocupavam a esfera pública, incluindo a política.

Nas últimas décadas, porém, esse padrão começou a se inverter em alguns países. Estudos como os de Inglehart e Norris (2003) e Franklin (2004) indicam que, em certos contextos, as mulheres passaram a votar em proporções iguais ou superiores às dos homens. Ainda assim, essas mudanças não são universais. Em algumas democracias ocidentais — como o Canadá —, jovens do sexo masculino ainda apresentam maiores taxas de participação que as mulheres jovens. Dado a desigualdade de gênero e a persistência de papéis tradicionais nas sociedades africanas, é plausível supor que, nos PALOP, os homens são mais propensos a votar do que as mulheres.

A religião também aparece com frequência como fator associado à participação eleitoral. Em contextos diversos, a religiosidade tem servido como rede de mobilização política (Chesnut, 2003; Bratton; Mattes, 2003; Segura; Bowler, 2012). Templos, igrejas e mesquitas funcionam como espaços de socialização política e incentivo à participação. Contudo, o efeito da religião sobre o voto é controverso: embora os frequentadores regulares de instituições religiosas tendam a votar mais, a literatura ainda não é conclusiva quanto ao efeito comparado entre religiões específicas. No caso dos PALOP, sociedades marcadas por laicidade institucional, espera-se que o impacto da religião sobre a participação seja baixo ou estatisticamente irrelevante.

Por fim, o local de residência — especialmente a divisão urbano-rural — também afeta o comportamento eleitoral. Em contextos ocidentais, evidências mais recentes indicam que as diferenças entre áreas urbanas e rurais têm diminuído (Smet; Van Ham, 2013). Contudo, estudos africanos (Eusébio, 2021; Kuenzi; Lambright, 2005) sugerem que eleitores rurais ainda são mais suscetíveis à mobilização por partidos políticos, seja por networks mais densas, seja por mecanismos de pressão social e, por vezes, compra de votos. Assim, espera-se que nos PALOP os eleitores das zonas rurais apresentem taxas de participação superiores às dos residentes urbanos.

2.2.2 Fatores socioeconômicos

O modelo socioeconômico do comparecimento eleitoral, parte da premissa de que recursos individuais — como tempo, dinheiro, educação, renda, ocupação e habilidades cívicas — são fundamentais para a participação política (Verba *et al.*, 1995). Esse modelo considera que o engajamento dos cidadãos está fortemente associado à disponibilidade desses recursos. Para fins desta análise, focamos em três dimensões centrais: escolaridade e renda.

Diversos estudos, tanto nacionais quanto comparados, têm destacado a relevância da escolaridade como fator preditivo da participação política. A literatura clássica sustenta que indivíduos com maior nível educacional tendem a participar mais ativamente da vida política, sobretudo por apresentarem maior capacidade de compreender as questões em disputa, o que os torna também mais interessados politicamente (Verba, Schlozman; Brady, 1995). Blais *et al.*, (2002), por exemplo, identificaram que, no Canadá, a taxa de participação eleitoral entre universitários é cerca de 50 pontos percentuais superior à dos não-graduados.

No entanto, evidências empíricas mais recentes questionam a universalidade desse efeito. Topf (1995) concluiu que, em 16 países da União Europeia, o nível de escolaridade não apresenta variação significativa sobre o comportamento de voto. No contexto africano, Kuenzi e Lambright (2005) observaram que a relação entre educação e participação eleitoral tende a ser específica ao contexto: ao analisar separadamente nove países africanos, constataram que a variável "educação" não atingia significância estatística em nenhum dos modelos, apresentando coeficiente positivo em seis países e negativo em três (Malawi, Namíbia e Zimbábue). Tais achados sugerem que o efeito da escolaridade sobre o voto é menos robusto do que se supunha.

Com base nessas evidências, é plausível supor que a influência da educação sobre o comparecimento eleitoral seja mais consistente nos PALOP insulares — Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — onde o tamanho populacional é reduzido e os índices de alfabetização são mais elevados, do que nos PALOP continentais — Angola, Guiné-Bissau e Moçambique —, que apresentam maiores desigualdades regionais e níveis educacionais mais heterogêneos.

A renda, por sua vez, é mais claramente associada à participação política nas

democracias industrializadas. A literatura clássica indica que cidadãos de baixa renda participam menos por sentirem que o sistema político não responde às suas demandas, enquanto os mais ricos, detentores de maior capital econômico e cultural, se engajam com mais frequência (Brady, Verba; Schlozman, 1995; Blais *et al.*, 2002). No entanto, essa relação não se sustenta de maneira uniforme em contextos africanos.

De acordo com Carreras e Castañeda-Angarita (2014), existe pouca diferença entre as categorias de renda e participação, porém os eleitores extremamente carentes são mais propensos a se absterem do que os demais localizados nos diversos níveis de rendimentos, pois votar exige recursos monetários mínimos, concretamente, quando ir ao local de votação exige que o cidadão pegue alguma forma de transporte público. De acordo com Lipset (1959), indivíduos que vivem sob condições precárias não têm geralmente muita disponibilidade mental para se dedicar às atividades políticas, pois a luta pela sobrevivência absorve a maior parte das suas energias.

Existe um desafio nas pesquisas surveys africanas para mensurar a renda (bruta) dos indivíduos. Por conta disso, usa-se como alternativa (proxy) a pergunta sobre a frequência que o indivíduo passa ou passou sem comer: *“no último ano, com que frequência, se é que alguma vez, você ou alguém da sua família: ficou sem comida suficiente para comer?”* [Pergunta do questionário do survey do afrobarometer]. Associado a renda, a ideia é que os indivíduos que ficam sem comida o suficiente sem comer seria de baixa renda e o oposto seria de alta renda. E neste sentido, espera-se que os indivíduos de baixa renda – aqueles que ficam sem comida, tenham poucas ou nenhuma chance de comparecer as eleições comparando com os indivíduos que tem acesso a comida frequentemente.

Essas nuances conceituais e metodológicas reforçam a importância de se considerar os efeitos combinados entre variáveis socioeconômicas e contexto institucional. A simples associação entre renda ou escolaridade e participação não se sustenta de forma homogênea entre diferentes países ou regiões, sobretudo em democracias recentes e marcadas por profundas desigualdades como as dos PALOP.

2.2.3 Modelo do engajamento

O modelo de engajamento psicológico com a política parte do princípio de que, embora a ausência de recursos possa explicar a não participação política, sua presença

não implica, automaticamente, em engajamento. Recursos como tempo, renda ou habilidades podem ser mobilizados para múltiplas finalidades, e apenas aqueles que os direcionam para fins políticos demonstram estar, de fato, psicologicamente engajados com a política. Esse engajamento se traduz na consciência sobre temas públicos, no interesse pelo que ocorre na esfera política e na crença de que sua atuação pode ter impacto real (Brady; Schlozman; Verba, 2018).

Um ponto fundamental a ser destacado, no entanto, diz respeito à direção da causalidade entre engajamento e participação. Os próprios autores reconhecem que ser interessado, informado ou sentir-se eficaz em relação à política pode aumentar a probabilidade de participação. Por outro lado, a própria participação política pode reforçar o interesse, o conhecimento e a eficácia. Ou seja, a causalidade pode operar em ambas as direções: do engajamento para a ação e da ação para o engajamento. Nesta análise, adotamos como variáveis centrais os seguintes indicadores: interesse político, conhecimento político e eficácia política.

O interesse político, assim como o envolvimento com assuntos públicos, varia significativamente entre os indivíduos, sendo geralmente mais estável entre aqueles com histórico de ativismo e militância partidária (Campbell *et al.*, 1960). Já os estudos clássicos de Lazarsfeld *et al.* (1948) demonstraram que tanto o interesse quanto o conhecimento político são variáveis explicativas fundamentais das decisões eleitorais. Portanto, é de se esperar que baixos níveis de interesse e conhecimento estejam associados a uma menor propensão ao comparecimento eleitoral.

Brady, Schlozman e Verba (2018) reforçam esse argumento ao afirmarem que indivíduos interessados em política — que acompanham os debates, se preocupam com os desdobramentos e se importam com os resultados eleitorais — tendem a ser mais ativos politicamente. Corroborando essa visão, pesquisas mais recentes (Smets, 2010; Dray, 2010) sugerem que interesse e conhecimento político devem ser analisados conjuntamente. Isso porque o interesse político gera incentivos à aquisição de conhecimento, ao passo que possuir conhecimento também pode ampliar o interesse e a motivação para participar. Assim, a compreensão do que está em jogo nas eleições tende a elevar o engajamento cívico.

Examinamos também a relação entre confiança política e participação eleitoral. A confiança política é amplamente definida como a avaliação que os eleitores ou cidadãos

fazem de seu sistema político. De acordo com Putnam (2000) a confiança é a base da sociedade democrática; isso significa, portanto, que as pessoas estarão mais dispostas a votar se acreditarem que o sistema político está respondendo de alguma forma ao seu comportamento eleitoral.

Carreras e Irepoglu (2013)², analisam a relação entre confiança política e comparecimento eleitoral na região. Concentrando-se nas dimensões individual e contextual, identificam que o efeito do sentimento de confiança nas eleições é mediado pelo contexto, de modo que, o efeito da confiança é maior onde o voto não é obrigatório. No plano individual, de forma coerente com as teorias da confiança política, identificam que a percepção, por parte do eleitor, de que a eleição é injusta, diminui sua propensão a comparecer ao pleito.

No contexto africano, Armah-Attoh, Boadi e Chikwanha (2007) destacaram que, os africanos expressam uma crescente confiança popular nas instituições estatais ao longo do tempo. De 45% em 2000, o índice médio de confiança nos presidentes africanos aumentou para 52% e 62% em 2002 e 2005, respectivamente. Embora a confiança nas comissões eleitorais tenha caído de 54% em 2000 para 35% em 2002, ela se recuperou para 54% em 2005. Kuenzi e Lambright (2005, p.787), chegaram a uma conclusão generalizada, segundo a qual, “africanos que expressam maior apoio à democracia e níveis mais elevados de confiança em instituições políticas têm maior probabilidade de votar”. Dados mais recente (Isbell, 2023) sobre os a confiança política no contexto africano destaca a importância da confiança no Presidente da República para a formação da confiança da população tanto nas instituições governamentais representativas quanto nas instituições estatais. Ambas as formas de confiança apresentam a correlação mais forte com o desempenho percebido do presidente. Em ambos os casos, avaliações de desempenho mais positivas do presidente estão significativamente correlacionadas com maior confiança nas instituições governamentais representativas e estatais.

2.2.4 Fatores Motivacionais

Os fatores motivacionais são considerados como modelos explicativos para compreender o por que as pessoas não participam ativamente na vida política. Esses

² Utilizaram dados do LAPOP (relativos ao ano de 2010)

fatores envolvem atitudes e percepções sobre o sistema político e democrático que podem incentivar ou desestimular a participação eleitoral (Verba; Schlozman; Brady, 1995). Para esta tese abordaremos quatro fatores motivacionais citados na literatura: satisfação com a democracia, Adesão à democracia; avaliação econômica individual e do país.

Numerosos estudos, por exemplo, (Franklin, 2002; Norris, 2002) concluem que os países onde os cidadãos expressam níveis mais elevados de satisfação com a democracia também tendem a apresentar níveis mais elevados de participação eleitoral nas eleições nacionais. A lógica que sustenta essa relação observada é que os cidadãos que estão mais satisfeitos com a democracia tendem a ser mais engajados politicamente e, portanto, têm mais probabilidade de votar.

Todavia, existe efeito contrário esperado dessa relação, apresentado por Gurr (1970). Segundo autor, embora a satisfação dos cidadãos com a democracia esteja há muito tempo ligada à participação eleitoral, existe um consenso igualmente forte de que a insatisfação com a democracia conduz a níveis mais elevados de formas não convencionais mais diretas de participação política.

É importante compreender que as vezes a in (satisfação) do indivíduo pelo regime podem ser consequências de experiências políticas vivenciadas, como destaca Easton (1965). O apoio difuso diz respeito à sua atitude em relação ao sistema político como um todo, independentemente do desempenho de seus responsáveis. Easton argumentou que o apoio político está relacionado com a experiência das pessoas. Os cidadãos se identificam com as instituições porque aprendem a fazê-lo através de processos sucessivos de transmissão de seu significado para as diferentes gerações, mas, também, porque as suas experiências políticas, ao longo de sua vida adulta, qualificam-nos para avaliar racionalmente o seu desempenho. A participação em eleições e a vivência de processos institucionais que ampliam ou restringem o seu acesso a direitos estabelecidos por lei fornece as bases do seu julgamento. Portanto, indivíduos com alto sentido de apoio a democracia ou a instituições democráticas tem mais chances de comparecer e votar nas eleições.

Os indivíduos se engajam politicamente também por questões econômicas. A teoria da escolha racional, desenvolvida por Downs (1957) defende que os indivíduos fazem escolhas racionais por meio do cálculo do custo e benefício. Os teóricos da

escolha racional reconhecem amplamente que é preciso incluir custos e benefícios psicológicos ao analisar o “cálculo do voto”. Como observa Fiorina (1976), a decisão de votar envolve considerações instrumentais e expressivas. Quando as variáveis sociais/psicológicas são excluídas do cálculo, os custos do voto parecem claramente superar os benefícios e, portanto, não se esperaria que as pessoas comparecessem para votar.

No que diz respeito às variações de curto prazo no comportamento da votação a decisão do eleitor segue o seguinte raciocínio: se o desempenho do partido governante for “satisfatório”, isto é, [se as condições econômicas individuais ou do país forem boas] de acordo com algum padrão simples, o eleitor vota para manter em exercício o partido governante, para que possa continuar com suas políticas atuais; enquanto que, se o desempenho do titular “não for satisfatório”, o eleitor vota contra o titular, para dar ao partido da oposição a chance de governar (Kramer, 1971).

2.2.5. Modelo de mobilização

O modelo de mobilização parte do pressuposto de que a participação política não pode ser compreendida exclusivamente a partir de atributos individuais. É fundamental considerar os estímulos provenientes de networks, partidos políticos, lideranças, ativistas e organizações da sociedade civil, que atuam como agentes de mobilização (Rosenstone; Hansen, 1993). Segundo esses autores, mesmo cidadãos com recursos materiais e cognitivos adequados são mais propensos a participar quando recebem incentivos externos. Esses incentivos se manifestam por meio de diferentes estratégias, como convites ou o engajamento em redes associativas. Franklin (2004) complementa essa perspectiva ao destacar que a mobilização também está condicionada ao contexto eleitoral. Ele argumenta que eleições mais relevantes ou competitivas tendem a intensificar a atuação de partidos e candidatos, que, diante de disputas acirradas, ampliam seus esforços para atrair eleitores indecisos ou propensos à abstenção.

A identificação partidária é um dos conceitos centrais nos estudos sobre comportamento político (Campbell *et al.*, 1960; Almond; Verba, 1963; Brady; Schlozman; Verba, 2018). Embora frequentemente utilizada para prever a escolha do voto, ela também opera como um preditor relevante da decisão de participar das

eleições. Importa destacar que identificação partidária não se confunde com filiação formal a um partido, sendo compreendida como um sentimento de proximidade ou lealdade em relação a determinada legenda.

Nessa lógica, a pertença subjetiva a um grupo partidário pode tornar o ato de votar mais racional, inclusive para segmentos do eleitorado em que os custos da participação superam seus benefícios esperados (Uhlener, 1989). A politização promovida por partidos, movimentos sociais e outras redes organizadas — compreendidos aqui como fatores endógenos — tem o potencial de ampliar significativamente a probabilidade de participação (Figueiredo, 2008).

Nos PALOP, onde muitos partidos políticos têm raízes na luta de libertação nacional e na construção dos Estados independentes, é plausível supor que o sentimento de identificação partidária, especialmente com os partidos históricos que ocuparam o poder, esteja positivamente associado aos níveis de comparecimento eleitoral. Outro elemento central da literatura de mobilização diz respeito ao papel das organizações da sociedade civil. O envolvimento em atividades associativas fortalece habilidades cívicas, amplia networks e oferece oportunidades concretas de socialização política, elevando, assim, a propensão dos indivíduos à participação (Verba *et al.*, 1995). Evidências empíricas oriundas da América Latina — como nos casos da Argentina, Chile, México e Peru — indicam que a inserção em organizações não necessariamente políticas contribui para aumentar o engajamento democrático (Klesner, 2007).

Na África Subsaariana, estudos como o de Kuenzi e Lambright (2005) confirmam efeitos positivos semelhantes. Esses autores analisam distintos tipos de organizações — religiosas, de desenvolvimento, empresariais, sindicais e comunitárias — que denominam “agências de mobilização”. Tais instituições desempenham papel crucial na socialização política, atuando como canais indiretos de engajamento e incentivando a participação eleitoral.

Diferentes estudos (Bratton; Mattes; Gyiamah-Boadi, 2005; Tambe, 2018) africanos evidenciam a existência crescente da participação política não convencional. Participação política não convencional é compreendida como formas de envolvimento político que vão além daquelas consideradas tradicionais, como votar ou candidatar-se. Inclui ações como participação em movimentos sociais, manifestações, grupos de pressão, conselhos, iniciativas online e outras formas de expressão política que não

estão diretamente relacionadas ao processo eleitoral. Para esta tese analisaremos dois mecanismos de participação política nos PALOP: participação em protestos e participação em marchas.

Os achados de Resnick e Casale (2011), destacam que os jovens africanos participam menos nas eleições comparando às diferentes formas de participação política. Em comparação com cidadãos mais velhos, constatam que os jovens africanos tendem a votar menos e a expressar um menor nível de partidarismo, o que é consistente com os resultados para jovens de outras regiões do mundo. No entanto, os jovens africanos não são mais propensos a protestar do que os cidadãos mais velhos. Coletivamente, esses resultados levantam dúvidas sobre a maior probabilidade de os jovens irem às ruas quando estão descontentes, mas ainda questionam a legitimidade do processo eleitoral como um canal significativo para transmitir as preferências dos jovens africanos. De acordo com Lekalake e Giamah-Boadi (2016) O engajamento político é geralmente menor entre os jovens africanos do que entre os mais velhos, particularmente em termos de votação. A participação de jovens em manifestações e marchas de protesto é menor do que em formas mais convencionais de engajamento cívico e político, mas maior do que entre os mais velhos: 11% dos jovens entrevistados afirmam ter participado de pelo menos um protesto no ano anterior (contra 8% dos cidadãos mais velhos). Novamente, as mulheres relatam níveis de participação mais baixos do que seus pares masculinos (8% vs. 13%). A participação em comícios de campanha é a forma mais popular de engajamento pré-eleitoral entre os jovens africanos: um terço (33%) afirma ter participado de pelo menos um no ano anterior, em comparação com 37% dos cidadãos mais velhos. A disparidade de gênero na participação em comícios é, em média, de 10 pontos percentuais e é maior na África Oriental (14 pontos) e na África Ocidental (13 pontos).

2.3. Condicionantes de nível macro da participação eleitoral

2.3.1 Fatores Institucionais

Durante muito tempo, os estudos comparados sobre participação eleitoral centraram-se predominantemente em fatores institucionais como explicações para as variações nas taxas de comparecimento entre países. Powell (1986) argumenta que certas características do sistema político norte-americano — especialmente o sistema

partidário fragmentado e as leis rigorosas de registro de eleitores — inibem significativamente a participação eleitoral. Powell sugere ainda que tais barreiras institucionais explicam, em parte, a forte associação entre escolaridade (e outros recursos socioeconômicos) e participação eleitoral nos Estados Unidos.

Seguindo essa linha, Jackman (1987) argumenta que as diferenças na participação entre democracias industrializadas estão fortemente relacionadas às instituições políticas e ao desenho dos sistemas eleitorais. Em sua análise, Jackman identifica cinco fatores institucionais com impacto na participação: (1) distritos eleitorais competitivos em nível nacional tendem a estimular partidos e candidatos a mobilizarem os eleitores; (2) sistemas desproporcionais desincentivam o voto; (3) o multipartidarismo reduz a centralidade das eleições na formação dos governos, diminuindo a motivação dos eleitores; (4) sistemas unicamerais oferecem um vínculo mais claro entre eleições e ação legislativa, elevando a participação; e (5) a existência de voto obrigatório constitui um poderoso estímulo para o comparecimento às urnas.

Contudo, essas conclusões são objeto de crítica por Blais e Carty (1990), que apontam limitações importantes nas análises anteriores. Primeiramente, observam que Powell e Jackman não distinguem com precisão o papel das instituições formais (como o sistema eleitoral) das variáveis intermediárias que delas decorrem — como a desproporcionalidade e o multipartidarismo. Por exemplo, Jackman trata desproporcionalidade e multipartidarismo como variáveis independentes, quando, na verdade, são frequentemente efeitos de arranjos institucionais específicos. Além disso, os métodos utilizados por ambos os autores não permitem estimar com clareza o impacto direto de cada característica institucional, e a classificação dos sistemas eleitorais adotada por Jackman também é considerada limitada.

Com o avanço das pesquisas, passou-se a adotar classificações mais precisas para os sistemas eleitorais, distinguindo-os em três fórmulas básicas: (1) sistemas de representação proporcional (RP), que buscam refletir a distribuição de votos no parlamento; (2) sistemas majoritários, em que a vitória depende da obtenção da maioria simples ou absoluta; e (3) sistemas mistos, que combinam elementos de RP e regras majoritárias (Blais; Massicotte, 2002). Com base nessa tipologia, Blais e Carty (1990) realizaram análises mais refinadas, incorporando variáveis exógenas e intermediárias para mensurar o efeito das regras eleitorais sobre a participação.

Os resultados obtidos apontam que a participação tende a ser mais elevada em sistemas de RP do que em sistemas majoritários, com uma diferença média de cerca de 10 pontos percentuais. No entanto, sistemas majoritários com múltiplos membros por distrito apresentaram os níveis mais baixos de comparecimento. A análise também mostrou que algumas variáveis anteriormente consideradas relevantes, como o unicameralismo ou a existência de eleições presidenciais diretas, não apresentaram impacto significativo. Já o voto obrigatório se destacou como a variável com maior efeito positivo: sua presença aumentou a participação em cerca de 12 pontos percentuais — resultado semelhante ao encontrado por Jackman (1987).

O estudo também identificou efeitos contextuais específicos por país. Em alguns casos, a baixa participação parecia resultar de uma estratégia deliberada de desmobilização dos eleitores por parte dos próprios partidos políticos. No que se refere ao multipartidarismo, a evidência empírica confirma que, quanto maior o número de partidos, menor a participação — possivelmente devido à fragmentação das opções e baixa eficácia do voto (Blais; Carty, 1990).

De forma geral, os estudos transnacionais sobre participação eleitoral continuam a focar majoritariamente no impacto das variáveis institucionais. Entretanto, tem crescido o esforço teórico e metodológico de integrar diferentes níveis de explicação. Blais (2006), por exemplo, demonstra que a participação varia significativamente entre continentes, mesmo quando fatores socioeconômicos são controlados. A relação entre multipartidarismo e participação, bem como a importância atribuída à proximidade da eleição, pode assumir formas distintas conforme o sistema eleitoral e o nível de desenvolvimento dos países. O que estimula ou desestimula a participação, portanto, pode variar significativamente entre contextos ricos e pobres, permitindo testar a interação entre variáveis institucionais, sistemas partidários e estruturas socioeconômicas.

Nesse sentido, destaca-se o estudo de Kuenzi e Lambright (2007), que investigou os fatores que afetam o comparecimento eleitoral em 32 países africanos com eleições consecutivas desde as transições democráticas dos anos 1990. Embora o foco do artigo seja nas variáveis institucionais, os autores incorporam em sua análise elementos do ambiente socioeconômico, político e contextual. Os resultados indicam que duas variáveis institucionais se destacam na explicação da participação no contexto africano:

(1) a fórmula eleitoral, e (2) a simultaneidade entre eleições legislativas e presidenciais. De acordo com os autores, o comparecimento aumenta, em média, 16 pontos percentuais quando essas eleições ocorrem de forma simultânea. Além disso, sistemas legislativos baseados em representação proporcional também se associam a níveis mais elevados de participação. A hipótese de que o multipartidarismo reduz a participação, por sua vez, mostrou-se válida em contextos marcados por baixa competitividade eleitoral.

Por fim, em um estudo anterior, os mesmos autores (Kuenzi; Lambricht, 2005) argumentam que a integração entre diferentes níveis de explicação — individual, institucional e contextual — ainda é limitada nos estudos sobre participação eleitoral. Ao analisar variáveis demográficas, atitudes políticas e estruturas de mobilização em países africanos, os autores identificam que tanto a identificação com os partidos quanto a participação em organizações voluntárias mostram-se como preditores importantes do engajamento eleitoral.

Os poderes do presidente enquanto uma variável institucional tem sido pouco testada nos estudos de participação eleitoral. No contexto dos PALOP parece-nos importante testar essa variável. No artigo publicado de Eusébio e Casalechi (2022), embora tenham evidenciado as diferenças entre os poderes do presidente dos PALOP e a influência sobre a participação eleitoral, não foi o suficiente enfatizar quão preditiva é, quando analisada com as demais variáveis de nível micro.

Todavia, os estudos sobre os poderes do presidente e sua relação com a participação eleitoral está associado ao debate de eleições de primeira e segunda ordem. Uma regra particularmente importante é a que organiza as eleições. Uma classificação útil sobre elas é a que separa as eleições de “primeira ordem” das de “segunda ordem”. As eleições de primeira ordem estão no centro vital da política dos países, pois são elas que determinam o controle do Poder Executivo nacional. As eleições presidenciais em sistemas presidencialistas são o exemplo mais claro de eleições de primeira ordem, uma vez que os eleitores elegem diretamente o chefe do Executivo. No entanto, no sistema parlamentarista, as eleições de primeira ordem são as parlamentares, uma vez que são elas quem determinam, ainda que indiretamente, o chefe de governo (Reif; Schmitt, 1980).

As eleições de primeira e segunda ordem têm impacto direto nas taxas de

abstenção eleitoral, uma vez que os eleitores normalmente se sentem mais motivados a participar de pleitos “relevantes”, isto é, que determinam a chefia do Executivo e, com ele, as políticas públicas diretamente recebidas pela população. Em outras palavras, os eleitores tendem a participar mais de eleições de primeira ordem do que de segunda.

2.3.2 Fatores do contextuais

As diferenças nos contextos socioeconômicos entre os países têm sido frequentemente utilizadas como variáveis explicativas para o comparecimento eleitoral em estudos comparados (Powell, 1982). Em uma análise pioneira, Powell concluiu que a participação tendia a ser mais elevada em países economicamente desenvolvidos e em nações com menor população — embora, nesse último caso, a relação não tenha se mostrado estatisticamente significativa. Pesquisas posteriores (Blais; Dobrzynska, 1998; Norris, 2002; Fornos *et al.*, 2004) reforçaram parcialmente essas conclusões, mas destacaram que a relação entre desenvolvimento econômico e participação não é linear. A principal diferença observada residia entre os países mais pobres e todos os demais, havendo um suporte relativamente consistente à hipótese de que nações economicamente avançadas tendem a registrar níveis mais altos de comparecimento (Blais, 2006). Esses achados suscitaram novas questões sobre a influência das flutuações econômicas na participação política. Como observa Radcliff (1992), as crises econômicas podem tanto estimular a mobilização dos eleitores — em resposta a queixas sociais — quanto gerar desengajamento e retração do processo político. Dadas essas possibilidades contraditórias, muitos estudos têm identificado um efeito global nulo, sem uma direção clara entre desempenho econômico e comparecimento eleitoral (Arcelus; Meltzer, 1975; Blais; Dobrzynska, 1998; Blais, 2000; Kostadinova, 2003; Fornos; Power; Garand, 2004).

Outro fator contextual frequentemente associado à participação é o tamanho da população. Estudos de Blais e Carty (1990) e Blais e Dobrzynska (1998) indicaram que países com populações menores tendem a apresentar níveis mais altos de comparecimento eleitoral. Uma possível explicação, segundo Blais (2006, p. 117), seria a existência de networks mais densas e próximas em comunidades menores. No entanto, o próprio autor reconhece a fragilidade dessa hipótese, uma vez que não se

observa correlação consistente entre participação eleitoral e níveis de urbanização. Em contraponto, Fornos, Power e Garand (2004, p. 912) argumentam que há "razões poderosas para se esperar que os indicadores padrão de desenvolvimento socioeconômico [como a urbanização] estejam positivamente relacionados aos níveis de participação eleitoral", sugerindo que o grau de urbanização pode, sim, afetar o engajamento cívico.

Com base nesse debate, esta tese busca testar empiricamente o efeito de três variáveis contextuais sobre o comparecimento eleitoral nos PALOP: força econômica, tamanho da população e grau de urbanização. Nossas expectativas teóricas apontam, primeiramente, para a ausência de correlação significativa entre força econômica e participação nos PALOP, tendo em vista as diferenças e similitudes entre os países da amostra nesse aspecto. Em contrapartida, espera-se que o tamanho populacional apresente uma correlação estatisticamente significativa, de modo que os países com menor população — como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — tendam a registrar taxas mais elevadas de comparecimento eleitoral em comparação com Angola, Moçambique e Guiné-Bissau. Por fim, a urbanização deverá ter impacto mais acentuado sobre a participação nos países de menor porte populacional, onde os efeitos de redessociais mais coesas e proximidade com os centros de decisão política podem ser mais relevantes.

Quadro 1 – síntese dos condicionantes da participação eleitoral apontados pela revisão teórica

Nível	Classificação	Variáveis
Micro	Fatores sóciodemográficos	Idade, gênero, religião, local de residência.
	Fatores socioeconômico	Escolaridade; renda, atenção a mídia
	Atitudes e Comportamento	Interesse por política; confiança nas instituições; Suporte à democracia; Adesão à democracia; Avaliação econômica individual e do país;

	Mobilização	Identificação partidária; Participação em protestos; Participação em marchas.
Macro	Institucional	Sistema eleitoral; eleições simultâneas, poderes do presidente.
	Contextual	Freedom House; tamanho da população; urbanização; PIB per capita; alfabetização.

Fonte: Elaborado pelo autor (2023)

3. NÍVEIS DE COMPARECIMENTO ELEITORAL NOS PALOP

Este capítulo tem como objetivo apresentar um panorama descritivo da participação eleitoral nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP), com base em dados agregados oficiais. A variável dependente central desta tese é o comparecimento eleitoral, e compreender como ela se comporta ao longo do tempo, em cada país e em cada eleição, é um passo necessário para as análises subsequentes que buscarão explicar, em nível individual, os fatores que levam os eleitores às urnas.

Embora existam estudos relevantes sobre participação política na África, poucos avançam para análises centradas nos indivíduos e, menos ainda, o fazem em perspectiva comparada. Um dos primeiros esforços nesse sentido foi realizado por Bratton (1998), ao comparar as taxas de participação nas eleições fundadoras e nas eleições subsequentes em alguns países africanos. Posteriormente, Kuenzi e Lambright (2005) contribuíram com uma abordagem inovadora ao analisar os determinantes da participação eleitoral em nível individual. No entanto, quase duas décadas depois, investigações empíricas abrangentes sobre o comportamento do eleitor africano ainda são raras — especialmente quando se trata dos países lusófonos.

No caso dos PALOP, as pesquisas comparadas sobre comportamento político-eleitoral têm se concentrado principalmente em temáticas como os sistemas eleitorais (Araújo, 2001), a institucionalização dos sistemas partidários (Sanchez, 2010; 2017), os processos de transição democrática (Queiroz, 2017), as lutas de libertação e o processo de descolonização (Mango, 2016), bem como atitudes em relação à democracia (Fernandes, 2014). Embora existam alguns estudos comparados sobre eleições, estes não contemplam a totalidade dos PALOP. Até onde pudemos verificar, a pesquisa de Eusébio e Casalecchi (2022) é a única que inclui todos os países lusófonos africanos, analisando, em perspectiva comparada e longitudinal, os efeitos das eleições presidenciais e legislativas sobre a participação eleitoral.

Diante disso, este capítulo cumpre a função de estabelecer uma linha de base empírica para as análises posteriores. Ao sistematizar os níveis de participação registrados oficialmente em cada país, será possível observar padrões, rupturas e continuidades ao longo do tempo, além de levantar hipóteses preliminares sobre os contextos que favorecem ou dificultam o engajamento eleitoral. Essa contextualização é fundamental para que possamos, nos capítulos seguintes, avançar para uma abordagem

centrada no indivíduo e em seus determinantes da participação eleitoral.

3.1 Participação eleitoral em Angola

A história da democracia representativa em Angola tem início com os Acordos de Bicesse, firmados em 1991³ entre o governo da República Popular de Angola e a UNITA, então um movimento armado. Entre os principais compromissos assumidos, estava a realização de eleições livres e justas, por meio de sufrágio direto e secreto para a escolha do presidente da República e dos deputados à Assembleia Nacional. Como resultado desse acordo, foi aprovada a Lei nº 5/92 — considerada a primeira lei eleitoral do país.

Apesar da previsão legal, a participação política permanece limitada, sendo o voto a principal forma de engajamento da população (Pacatolo, 2022). As primeiras eleições multipartidárias ocorreram em 1992, marcadas por votação separada para presidente e Assembleia Nacional. Na ocasião, observou-se a maior taxa de participação eleitoral da história do país, embora o número de eleitores recenseados ainda fosse reduzido: dos 4.828.468 inscritos, 14,9% se abstiveram (Vinte e Cinco; Paiva, 2022).

Contudo, o anúncio do resultado da primeira volta presidencial desencadeou um novo conflito armado, inviabilizando o segundo turno e mergulhando o país novamente na guerra civil. Em função desse contexto de forte instabilidade social e política, mudanças pontuais foram feitas na legislação eleitoral, mas o processo democrático foi interrompido. A população só voltou às urnas em 2008 — dezesseis anos após a primeira eleição e seis anos após o acordo de paz definitivo, firmado em 2002.

As eleições de 2008, realizadas em clima de paz, foram exclusivamente legislativas. O MPLA saiu vitorioso com quase 82% dos votos válidos. O número de eleitores aumentou em razão do crescimento populacional e da ampliação do recenseamento: dos 8.256.584 inscritos, 12,6% se abstiveram. O MPLA venceu em todos os círculos eleitorais e ampliou sua bancada em 62 cadeiras, enquanto a UNITA sofreu um forte revés, passando de 70 para 16 deputados (com apenas 10% dos votos). O PRS obteve 3% dos votos e oito assentos, enquanto FNLA e ND-UE também garantiram representação. Os demais nove partidos dividiram cerca de 2,5% dos votos.

³ Na sequência do Acordo de Bicesse, uma tentativa de pôr fim à guerra civil.

Segundo Bessa (2014), as eleições de 2008 representaram um marco na consolidação democrática de Angola, reconfigurando o sistema partidário e contribuindo para a reconciliação nacional. A expressiva participação popular revelou o desejo de superar as décadas de conflito armado, fortalecendo o regime democrático.

Em 2012, com base na nova Constituição de 2010, o país adotou a lógica da dupla votação simultânea: o presidente passou a ser escolhido de forma indireta — o cabeça de lista do partido mais votado para a Assembleia Nacional assume automaticamente a presidência, e o segundo da lista, a vice-presidência. Como a segunda volta de 1992 nunca foi realizada, esta passou a ser, na prática, a primeira vez em que o presidente foi eleito por um processo eleitoral concluído legalmente (Bye *et al.*, 2022).

Contudo, as eleições de 2012 também marcaram o início de um processo de desgaste. A taxa de abstenção disparou: apenas 37,2% dos 9.757.671 eleitores compareceram às urnas. Para Roque (2013), o pleito refletiu uma “corrida autocrática competitiva”, na qual o partido no poder já não conseguia exercer o mesmo controle de outrora. A queda na participação foi interpretada por alguns autores como um indicativo de desilusão popular, mas há também acusações de “abstenção forçada” promovida pelo MPLA, por meio de exclusões deliberadas nos cadernos eleitorais. Em 2012, simbolicamente, o número de abstenções (3,6 milhões) foi praticamente igual ao de votos recebidos pelo MPLA (Roque, 2013). Ainda assim, o partido obteve maioria absoluta, com 71,85% dos votos e 175 cadeiras. A UNITA registrou crescimento, alcançando 18,67% e 32 deputados. A CASA-CE conquistou oito assentos. Apesar da vitória, o MPLA perdeu dez pontos percentuais em relação a 2008, enquanto a UNITA aumentou sua votação substantivamente, em cerca de 80% (Boio; Bangula, 2013).

As eleições de 2017 e 2022 foram marcadas por tensões, sobretudo quanto à confiabilidade do registro eleitoral. A oposição reivindicou auditorias no sistema, alegando que os cadernos continham nomes de eleitores falecidos e outras inconsistências (Bye *et al.*, 2022)⁴. Essas fragilidades dificultam a comparação direta

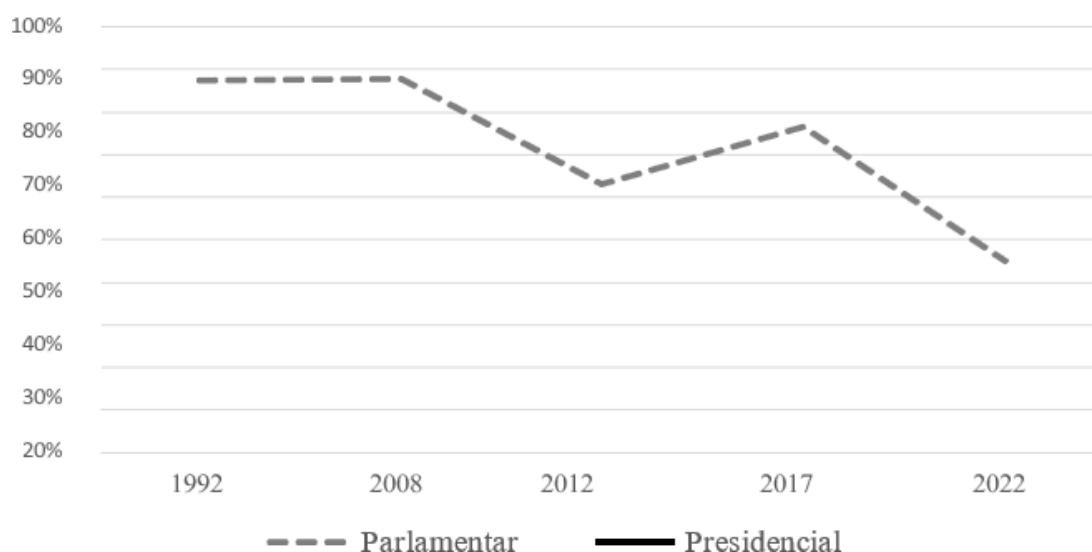
⁴ Nas vésperas das eleições gerais de 2022, a pesquisa de intenção de Pacatolo e Boio (2022) indicava que a proporção de angolanos que dizem que votariam na UNITA, numa provável eleição geral, aumentou desde 2019, enquanto a percentagem de eleitores declarados do partido governante MPLA diminuiu.

entre os dois pleitos. Em 2017, cerca de 25% dos eleitores legalmente aptos não se recensearam, perdendo o direito de votar. Já em 2022, as autoridades adotaram um modelo oposto, considerando como eleitores todos os cidadãos com mais de 18 anos portadores de bilhete de identidade — mesmo sem confirmar sua situação de vida. Estimativas apontam que cerca de 2 milhões de eleitores listados poderiam já estar falecidos. Assim, passou-se de um registro deflacionado (2017) para um possivelmente inflado (2022), afetando diretamente os cálculos de abstenção. Estimativas indicam uma participação real de 55–60% em 2017 e pouco acima de 50% em 2022, revelando uma tendência constante de queda desde 2008 (Bye *et al.*, 2022, p. 7–28).

Dados coletados com o Afrobarómetro (2019) com amostras representativas dos eleitores reforçam essa percepção: 62,7% dos entrevistados afirmaram ter votado em 2017, enquanto 27,4% se abstiveram. Curiosamente, a taxa de participação foi ligeiramente maior entre os homens (64,9%) do que entre as mulheres (61,5%), e mais elevada em áreas rurais (63,8%) do que nas urbanas (62,9%) — um padrão que contraria tendências observadas em democracias consolidadas.

A elevada abstenção, observada tanto nos registros oficiais quanto nos surveys, reflete o caráter centralizado e verticalizado da política angolana. De modo geral, a participação cidadã é limitada à presença em comícios de massa e ao consumo passivo de campanhas eleitorais por meios tradicionais ou networks. Poucos militantes têm influência real sobre decisões internas dos partidos, como a escolha de candidatos ou formulação de programas. Como observam Bye *et al.* (2022), o sinal mais evidente desse distanciamento é a queda contínua no comparecimento eleitoral, indicativo do crescimento da desilusão e do ceticismo com a política. Paralelamente, observa-se uma redistribuição dos votos, com perdas graduais do partido governista e crescimento da oposição, sugerindo uma insatisfação crescente com o status quo.

Figura 1 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em Angola



Fonte: Elaborada pelo autor, com base no Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA, c2025a).

Apesar da relevância do tema, ainda são escassos os estudos dedicados especificamente à participação eleitoral em Angola. A longa guerra civil interrompeu o processo de institucionalização democrática, o que limitou a continuidade de pesquisas sistemáticas. A literatura existente concentra-se na descrição dos processos eleitorais, campanhas e resultados, sem avançar para análises estatísticas mais robustas.

Até o momento, não se identificam estudos que explorem, de forma sistemática e com base empírica, os determinantes do comparecimento eleitoral no país. Essa lacuna representa uma importante oportunidade de avanço, especialmente considerando os desafios de legitimidade enfrentados pela democracia angolana contemporânea.

3.2 Participação eleitoral em Cabo Verde

A democracia multipartidária em Cabo Verde teve início em 1991, com a realização das primeiras eleições legislativas. Diferentemente de muitos países africanos naquele período, nos quais os partidos no poder mantiveram-se vitoriosos nas primeiras disputas eleitorais, em Cabo Verde foi a oposição que triunfou. O Movimento para a Democracia (MpD) obteve 65,8% dos votos, derrotando o então hegemônico Partido Africano da Independência de Cabo Verde (PAICV), que ficou com 31,3%. A vitória do

MpD não se restringiu ao Parlamento: nas eleições autárquicas de dezembro do mesmo ano, o partido consolidou seu domínio político, vencendo a maioria dos municípios. Essa alternância estendeu-se também à presidência da República.

Nas primeiras eleições presidenciais diretas, realizadas em 13 de fevereiro de 1991, António Mascarenhas Monteiro — apoiado pelo MpD — venceu com ampla margem o então presidente Aristides Pereira, líder histórico do PAICV: 72,6% contra 26,2% dos votos. Segundo Évora (2001), a vitória do MpD expressou menos uma adesão ideológica do eleitorado do que um voto de protesto, sinalizando o desejo de ruptura com o regime monopartidário anterior e abrindo caminho ao regime democrático.

As eleições legislativas de 1995 apresentaram a maior taxa de participação da história eleitoral do país, com 76,52%. O MpD manteve-se no poder, obtendo 61,3% dos votos, seguido pelo PAICV (29,75%) e por três novas legendas, que tiveram votações residuais. Já nas eleições presidenciais de fevereiro de 1996, a competitividade foi praticamente nula: o presidente António Mascarenhas Monteiro concorreu sozinho à reeleição, sendo submetido a uma votação plebiscitária (“sim” ou “não”). Com participação modesta (43,53%) e 90,13% de votos favoráveis, o resultado confirmou sua permanência no cargo. A presença significativa de votos em branco, nulos ou contrários (9,87%) evidencia certo desinteresse do eleitorado diante da ausência de alternativas reais. Como observa Almeida (2021), o pleito refletiu o desgaste do PAICV após sucessivas derrotas e a fragilidade da oposição naquele momento.

A alternância no poder só viria a ocorrer uma década depois, em 2001, com o retorno do PAICV à liderança política. Nas eleições legislativas de janeiro, o partido obteve 47,84% dos votos, superando o MpD (39,19%). Três outras legendas também participaram: a Aliança Democrática para a Mudança (5,91%), o Partido da Renovação Democrática (3,26%) e o Partido Social Democrático (0,44%). Embora a taxa de participação (54,53%) tenha sido inferior às dos pleitos de 1991 e 1995, manteve-se dentro dos padrões considerados saudáveis nas democracias consolidadas.

A eleição presidencial de 2001 foi uma das mais acirradas da história. Quatro candidatos concorreram ao cargo, mas a disputa centrou-se entre Carlos Veiga (MpD), que recebeu 45,15% dos votos, e Pedro Pires (PAICV), com 45,84%. Como nenhum obteve maioria absoluta, foi necessário um segundo turno, no qual Pedro Pires venceu

por uma margem estreitíssima: 49,43% contra 49,42%. A participação foi de 58,96%, superando a das legislativas daquele ano, o que contraria tendências frequentemente observadas em outros contextos democráticos, nos quais o comparecimento em segundos turnos tende a ser inferior (Downs, 1957; Powell, 1986, 1987).

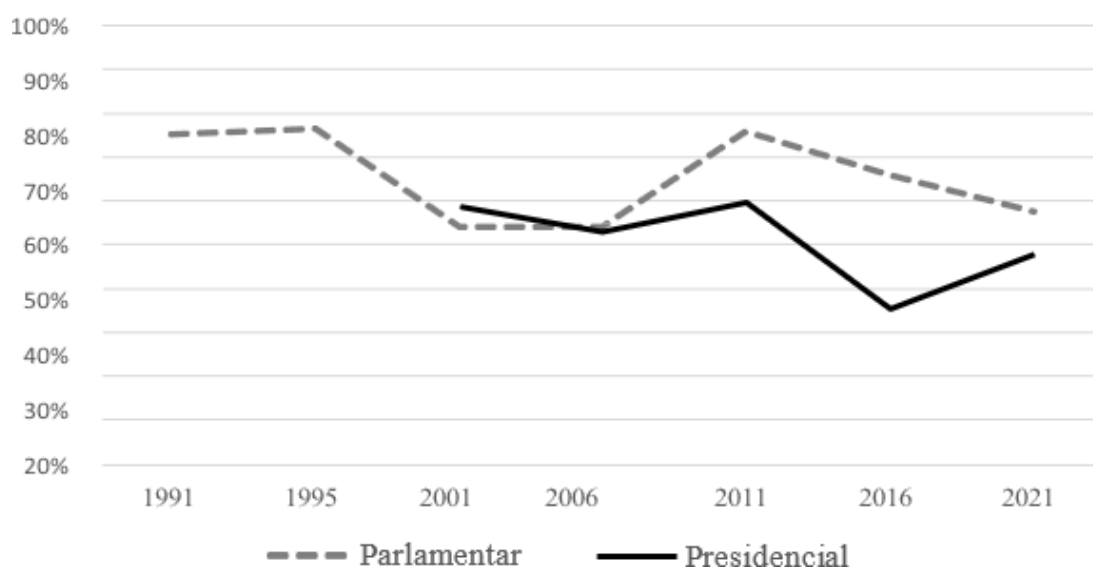
Em 2006, o PAICV foi reeleito nas legislativas com 52,17% dos votos, enquanto o MpD obteve 44,02%. A UCID ocupou a terceira posição, com 2,64%. Os partidos RD e PSD, por sua vez, tiveram desempenho marginal. Na eleição presidencial, Pedro Pires foi reconduzido ao cargo com 50,98% dos votos, superando mais uma vez Carlos Veiga. A abstenção manteve-se elevada, em torno de 41%, tanto nas legislativas (participação de 54,17%) quanto nas presidenciais (53,10%), evidenciando uma tendência de retração no engajamento eleitoral, especialmente nos pleitos executivos.

As eleições gerais de 2011 consolidaram o domínio do PAICV, ainda que em meio a disputas internas e desafios organizacionais. O partido venceu as legislativas com 51,98% dos votos, enquanto o MpD obteve 41,72%. A participação foi expressiva: 76,01% dos eleitores compareceram às urnas. Contudo, nas eleições presidenciais, a taxa de abstenção voltou a subir, atingindo cerca de 47%. José Carlos Fonseca foi eleito presidente no segundo turno, com 54,16% dos votos, superando Manuel Inocêncio. O contraste entre o alto comparecimento nas legislativas e a menor participação nas presidenciais reforça a teoria das eleições de segunda ordem (Reif; Schmitt, 1980), segundo a qual pleitos considerados menos centrais pelos eleitores tendem a registrar menor mobilização (Eusébio; Casalecchi, 2022; Delgado, 2017).

A eleição de 2016 marcou a quebra da hegemonia do PAICV, que governava havia 15 anos o país. O MpD retomou o poder com 53,58% dos votos, enquanto o PAICV ficou com 37,53%. A UCID obteve 6,75%, registrando crescimento significativo, e os demais partidos, como o Partido Popular (0,54%), o PSD (0,10%) e o Partido do Trabalho e Solidariedade (0,05%), tiveram votações simbólicas. José Carlos Fonseca foi reeleito presidente, agora com o apoio do MpD, ainda que em 2011 tivesse contado com o respaldo do PAICV. A participação nas eleições presidenciais caiu drasticamente para 35,47%, contrastando com os 65,97% registrados nas legislativas, o que reforça o padrão de desmobilização nas disputas executivas.

As eleições gerais de 2021 confirmaram a continuidade do MpD no poder. O partido obteve 48,8% dos votos e elegeu 38 dos 72 deputados, perdendo dois assentos em relação a 2016. O PAICV manteve desempenho semelhante, com 38,6%, enquanto a UCID alcançou sua melhor votação histórica, com 9% dos votos e quatro cadeiras. A taxa de participação nas legislativas foi de 57,46%, inferior aos números registrados nas eleições anteriores. As eleições presidenciais de 2021, por sua vez, contaram com um número recorde de candidatos — seis ao todo — e resultaram na vitória de José Maria Neves (PAICV), com 51,79% dos votos. A participação, no entanto, foi de apenas 47,96%, a segunda mais baixa da história do país em eleições presidenciais, confirmando a tendência de desmobilização do eleitorado em pleitos executivos.

Figura 2- Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em Cabo Verde



Fonte: Elaborada pelo autor, com base no Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA, c2022b).

Para concluir, é possível destacar algumas particularidades marcantes das eleições gerais em Cabo Verde, conforme observa Almeida (2021). A primeira delas refere-se à trajetória singular de António Mascarenhas Monteiro, único candidato a derrotar um presidente em exercício (em 1991) e, paradoxalmente, também o único a disputar uma eleição presidencial sem adversários (em 1996), evidenciando a volatilidade do sistema político nos primeiros anos da redemocratização.

Em segundo lugar, chama atenção a ausência de mulheres na disputa presidencial ao longo de toda a história democrática do país, o que revela uma lacuna persistente na representação política de gênero e impõe desafios à ampliação da participação feminina nos espaços de poder.

Em terceiro, as eleições presidenciais de 2016 registraram a maior taxa de abstenção da história cabo-verdiana: 64,3%. Esse dado reforça a tendência de desmobilização eleitoral nos pleitos executivos, um padrão que se repete ao longo do tempo, mesmo em disputas altamente competitivas. De modo mais geral, as eleições presidenciais têm apresentado, historicamente, níveis de participação inferiores aos das legislativas, sugerindo um menor engajamento do eleitorado nessas disputas.

Outro aspecto relevante é o predomínio das grandes legendas no sistema político. Desde a redemocratização, nenhum candidato à presidência sem o apoio do PAICV ou do MpD conseguiu chegar ao segundo turno ou conquistar o cargo, o que evidencia o forte enraizamento do bipartidarismo no país. Embora existam outras legendas em atuação, elas não são relevantes. O espaço eleitoral efetivo permanece amplamente concentrado entre os dois principais partidos.

As eleições presidenciais de 2021, por sua vez, representaram o processo mais competitivo já registrado, com seis candidatos na disputa — um recorde histórico —, ainda que esse aumento de candidaturas não tenha se traduzido em maior mobilização do eleitorado: a taxa de participação foi de apenas 47,96%.

Além dessas características, o próprio desenho institucional de Cabo Verde contribui para a estabilidade do sistema. O país adota um regime semipresidencialista com eleições diretas para a presidência e um sistema proporcional com listas fechadas para o Parlamento. Esse arranjo institucional favorece a consolidação de um bipartidarismo funcional, no qual PAICV e MpD se revezam no poder e concentram o protagonismo político-eleitoral desde o início do regime democrático, garantindo continuidade e previsibilidade ao sistema político cabo-verdiano.

3.3 Participação eleitoral em Moçambique

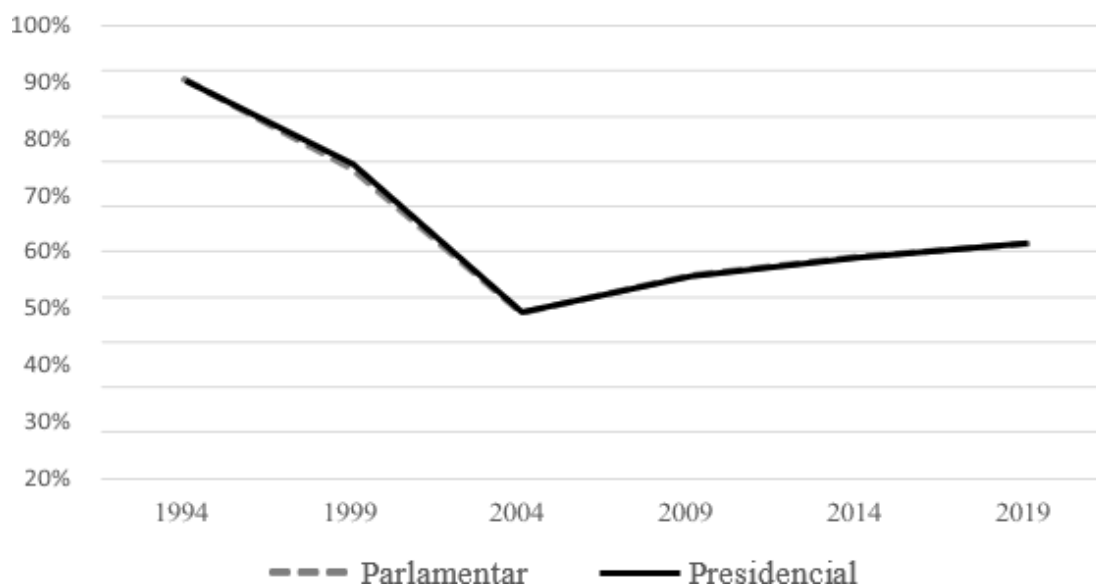
O sistema multipartidário em Moçambique foi formalmente instituído com a realização das eleições gerais de 1994, marco inaugural da democracia representativa

no país. Antes desse momento, Moçambique havia realizado duas eleições sob o regime de partido único, em 1977 e 1986 (frequentemente referida como 1988), caracterizadas por processos indiretos de escolha dos membros da Assembleia Popular, sem competição efetiva entre diferentes legendas partidárias.

A transição para o pluralismo político foi consolidada em 1992, com a assinatura do Acordo Geral de Paz em Roma entre a Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), partido no poder desde a independência, e a Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), principal força de oposição armada. O acordo pôs fim a uma guerra civil devastadora que durou dezesseis anos e instituiu um novo pacto político-institucional baseado no compromisso com eleições periódicas, livres, multipartidárias e transparentes — elementos essenciais para a consolidação democrática.

Desde então, Moçambique tem realizado, de forma relativamente regular, eleições gerais para a escolha do presidente da República e dos deputados da Assembleia da República. Ao todo, seis pleitos consecutivos foram organizados nesse formato, conforme ilustrado na figura a seguir, evidenciando uma trajetória de institucionalização democrática marcada por avanços, desafios e tensões recorrentes.

Figura 3 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em Moçambique



Fonte: Elaborada pelo autor, com base no Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA, c2022c).

As primeiras eleições presidenciais e legislativas multipartidárias de Moçambique ocorreram entre os dias 27 e 29 de outubro de 1994. Mais do que um marco institucional, essas eleições representaram um momento histórico de transição democrática e reconciliação nacional, não apenas por seu caráter inaugural, mas também pelo elevado grau de competitividade na disputa parlamentar.

Treze partidos participaram das eleições legislativas, mas apenas três alcançaram representação na Assembleia da República: a FRELIMO, com 44,33% dos votos e 129 assentos; a RENAMO, com 37,78% e 119 assentos; e a União Democrática (UD), com 5,15% dos votos e 9 assentos. Na eleição presidencial, Joaquim Alberto Chissano (FRELIMO) foi eleito no primeiro turno com 53,30% dos votos válidos.

Essas eleições registraram a maior taxa de participação da história eleitoral moçambicana: 87,9% do eleitorado compareceu às urnas. Diversos estudos associam esse engajamento extraordinário ao desejo coletivo de consolidar a paz após 16 anos de guerra civil. O voto foi interpretado como um gesto de esperança e compromisso com a estabilidade política. Além disso, o entusiasmo gerado pela primeira experiência democrática e as iniciativas de educação cívica promovidas por instituições nacionais e internacionais foram fatores determinantes para o alto comparecimento.

As segundas eleições gerais ocorreram entre 3 e 5 de dezembro de 1999. Na disputa presidencial, concorreram apenas dois candidatos: Joaquim Chissano (FRELIMO) e Afonso Dhlakama (RENAMO-União Eleitoral). Chissano foi reeleito com 52,39% dos votos. No legislativo, manteve-se a configuração bipolar, com a FRELIMO conquistando 133 assentos e a RENAMO 117. No entanto, a participação eleitoral caiu significativamente em relação ao pleito anterior, passando de 87,9% para 68,1%. Se em 1994 o voto foi impulsionado pelo anseio de paz, em 1999 o eleitorado pareceu menos mobilizado, deslocando suas expectativas para questões de desenvolvimento econômico e social. Os estudos acadêmicos pioneiros sobre comportamento eleitoral em Moçambique (Mazula *et al.*, 1998; Mazula, 2006) concentraram-se, sobretudo, na análise da abstenção, ainda sem explorar os determinantes do comparecimento.

As terceiras eleições gerais ocorreram em 1º e 2 de dezembro de 2004. Armando Emílio Guebuza (FRELIMO) foi eleito presidente com 63,74% dos votos, derrotando novamente Afonso Dhlakama, que obteve 31,74%. No legislativo, a FRELIMO ampliou

sua maioria com 62% dos votos e 160 assentos. A RENAMO-UE ficou com 29,7% e 90 cadeiras. Outros partidos tiveram desempenhos marginais: o PDD (2,73%), o PIMO (0,91%) e a BMG (0,87%). Observadores internacionais, como a Missão da União Europeia e o Carter Center, relataram irregularidades no processo. Embora tenham considerado que tais problemas não comprometeram de forma decisiva a eleição presidencial daquele pleito, admitiram que a distribuição dos assentos parlamentares pode ter sido afetada, em provável prejuízo da RENAMO.

A taxa de abstenção ultrapassou os 70%, motivando uma série de estudos sobre as causas desse afastamento do eleitorado (Brito *et al.*, 2005; Brito, 2008; Chichava, 2008). As pesquisas buscaram relacionar a abstenção a fatores demográficos e socioeconômicos, como gênero, escolaridade, interesse político e conhecimento sobre o processo eleitoral. De modo geral, identificou-se que os abstencionistas eram predominantemente mulheres, cidadãos com baixa escolaridade e menor envolvimento político. No entanto, os estudos ainda apresentavam limitações para capturar as motivações subjetivas da abstenção. Além dos fatores individuais, Brito (2005) e Novunga (2010) apontaram causas estruturais para a baixa participação. O período eleitoral coincidiu com chuvas intensas em diversas regiões, o que dificultou o deslocamento dos eleitores. Também houve falhas administrativas, como a não atualização dos cadernos eleitorais, que resultou em duplicações e superestimação do eleitorado ativo, distorcendo as taxas de participação (Vitorino; Souza, 2016).

Às quartas e quintas eleições gerais ocorreram, respectivamente, em outubro de 2009 e outubro de 2014. Em ambas, a FRELIMO manteve sua posição hegemônica, derrotando a RENAMO e ampliando sua vantagem parlamentar. A cada novo pleito, a RENAMO viu sua representação na Assembleia encolher, consolidando o domínio da FRELIMO no sistema político. Em relação à participação eleitoral, notou-se um leve aumento em comparação com 2004. A taxa de comparecimento subiu para 44% em 2009 e 48% em 2014. Apesar dessa melhora, a abstenção permaneceu elevada: 56% e 52%, respectivamente. Vitorino e Souza (2016, p. 32) observam que essa redução moderada da abstenção pode estar relacionada à realização de um novo registro eleitoral de base em 2007, que permitiu eliminar cadastros duplicados e remover eleitores falecidos ou incapacitados, tornando o número de votantes mais condizente com a realidade. Ainda

assim, a participação efetiva continuou abaixo de 50%, revelando a persistência de um padrão relativamente consistente de desmobilização política.

As últimas eleições gerais realizadas em Moçambique até o momento da redação deste trabalho ocorreram em 15 de outubro de 2019. Segundo Tsandzana (2022), o contexto foi marcado por desafios e oportunidades para a consolidação da paz e da democracia. No plano da paz, o pleito foi realizado poucos meses após a assinatura do Acordo de Paz e Reconciliação de Maputo (6 de agosto de 2019), celebrado entre o governo e a RENAMO. O acordo visava encerrar definitivamente os ciclos de violência armada que marcaram a trajetória recente do país.

Do ponto de vista institucional, a principal inovação foi a introdução da eleição direta para os governadores provinciais, substituindo o modelo anterior de nomeação presidencial. Essa mudança foi concebida como um passo em direção à descentralização e à democratização do poder em nível subnacional, abrindo espaço para maior responsabilização dos líderes locais perante o eleitorado.

Quatro candidatos concorreram à presidência: Filipe Nyusi (FRELIMO), Ossufo Momade (RENAMO), Daviz Simango (MDM) e Mário Albino (AMUSI). Filipe Nyusi foi reeleito com 73% dos votos, consolidando a hegemonia da FRELIMO. No legislativo, o partido manteve a maioria absoluta, e nas eleições provinciais, venceu em todas as províncias — o que, na prática, esvaziou os efeitos esperados da descentralização.

As taxas de participação nas eleições legislativas e presidenciais foram de 51,41% e 51,84%, respectivamente. Embora superiores às registradas em 2009 e 2014, ainda refletem um envolvimento limitado. A introdução da eleição de governadores não produziu impacto significativo nem no comparecimento eleitoral nem na redistribuição do poder entre os partidos. A expectativa da oposição — especialmente da RENAMO — de conquistar espaços políticos em nível provincial não se concretizou, e a população, em grande parte, mostrou-se pouco mobilizada pela novidade institucional.

Parte dessa limitação decorre do desenho do sistema eleitoral: como os governadores passaram a ser definidos pelo partido mais votado nas eleições legislativas em cada província, a FRELIMO, ao manter sua maioria parlamentar, assegurou automaticamente o controle sobre todos os governos provinciais. Considera-se que os efeitos da reforma poderiam ter sido mais expressivos caso as eleições provinciais

tivessem sido realizadas separadamente ou em conjunto com os pleitos autárquicos — nos quais a competição entre partidos é historicamente mais equilibrada.

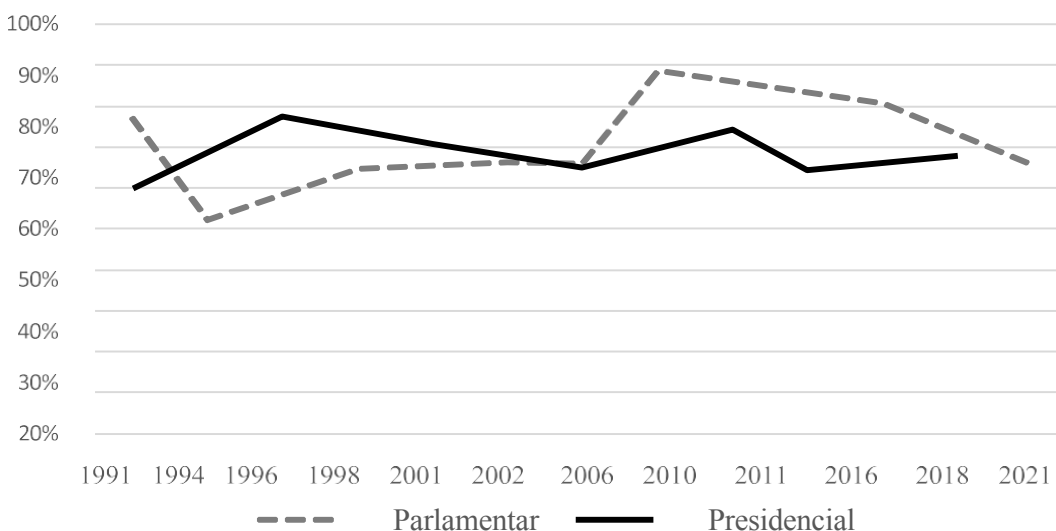
Em suma, a reforma de 2019 representou um avanço formal em termos de descentralização, mas seus impactos concretos sobre a participação e o pluralismo foram limitados. O desenho institucional adotado acabou por preservar a lógica centralizadora do sistema político moçambicano, frustrando, ao menos no curto prazo, as expectativas de maior alternância e responsabilização democrática.

3.4 Participação eleitoral em São Tomé e Príncipe

O processo de democratização em São Tomé e Príncipe destacou-se por uma forte participação cidadã desde seus estágios iniciais. Já antes da promulgação da nova Constituição da República, em 1990, a população foi convocada a expressar sua vontade por meio de um referendo nacional realizado em 1989. Nesse pleito, a maioria dos eleitores decidiu pela implementação de um sistema democrático e multipartidário, conferindo legitimação popular à transição institucional: “esse início da democracia, por ter começado por meio de um referendo, nos certifica de que foi a vontade do povo que o país se democratizasse” (Santos; Marroni, 2023, p. 5).

Esse caráter participativo confere uma legitimidade singular ao processo de transição democrática em São Tomé e Príncipe, distinguindo-o de outros contextos africanos, inclusive nos PALOP, os quais a abertura política muitas vezes foi conduzida de forma tutelada ou imposta por pressões externas — seja de doadores internacionais, seja por mudanças no cenário geopolítico após a Guerra Fria.

Figura 4 - Comparecimento eleitoral (%) por tipo de eleição em São Tomé e Príncipe



Fonte: Elaborada pelo autor, com base no Institute for Democracy and Electoral Assistance (IDEA, c2022d).

A figura acima apresenta a sequência de eleições realizadas em São Tomé e Príncipe, acompanhada de suas respectivas taxas de participação eleitoral. A série histórica possibilita observar a evolução do engajamento cívico da população nas diferentes fases do regime democrático, contribuindo para o entendimento dos padrões de mobilização eleitoral e da estabilidade institucional no país.

As primeiras eleições gerais em São Tomé e Príncipe foram realizadas em janeiro de 1991, marcando o início efetivo da transição democrática no país. Na ocasião, foram disputadas 55 cadeiras parlamentares, com a participação de cinco partidos: o Movimento de Libertação de São Tomé e Príncipe (MLSTP), o Partido Social Democrata (PSD), a Coligação Democrática da Oposição (CODO), a Frente Democrática Cristã (FDC) e o Partido de Convergência Democrática – Grupo de Reflexão (PCD-GR). Este último, de oposição, saiu vitorioso ao conquistar maioria absoluta, com 33 assentos. A participação eleitoral foi expressiva, com 76,74% de votos válidos nas legislativas.

No mesmo ano, foram realizadas as primeiras eleições presidenciais por sufrágio direto. Com apenas um candidato, Miguel Trovoada foi eleito com 80% dos votos, para um mandato de cinco anos. O comparecimento, entretanto, foi mais modesto: 60%, reflexo da ausência de competição. As eleições legislativas de 1994 marcaram a primeira

alternância no Parlamento: o MLSTP obteve maioria simples, com 27 cadeiras, enquanto o PCD-GR e a recém-criada Ação Democrática Independente (ADI) — formada por dissidentes do PCD — passaram à oposição. Um acordo entre o MLSTP e a ADI permitiu a formação de um governo de coligação. Observou-se, nesse pleito, uma queda acentuada na participação eleitoral, que caiu para 52,09%.

Em 1996, as eleições presidenciais registraram o maior comparecimento da história do país: 77,29%. Contudo, a partir desse ponto, consolidou-se uma tendência de queda na participação nas presidenciais, acompanhada de crescimento relativo nas legislativas. Em 1998, o MLSTP manteve-se no poder com maioria absoluta (31 assentos), e a participação subiu para 64,68%, superando os níveis de 1994.

A eleição presidencial de 2001 teve uma taxa de comparecimento de 70,07%, superior à das legislativas anteriores — um resultado que contraria a teoria das eleições de segunda ordem (Reif e Schmitt, 1980), segundo a qual os pleitos não executivos tendem a mobilizar menos o eleitorado. Já em 2002, o resultado legislativo refletiu maior fragmentação e equilíbrio de forças. O MLSTP obteve 24 cadeiras, contra 23 da coligação MDFM-PCD. A ADI e sua aliança Uê Kedaji conquistaram oito assentos. Diante desse cenário, formou-se um governo de Unidade e Reconciliação Nacional, apoiado por todos os 55 deputados — governo esse que sofreu um golpe em 2003.

Em 2006, as eleições legislativas e presidenciais voltaram a ocorrer no mesmo ano, mas em meses distintos. Entre os dez partidos que disputaram as legislativas, apenas quatro obtiveram representação: MDFM-PCD (23), MLSTP-PSD (20), ADI (11) e Movimento Novo Caminho (MNC) (1). A participação foi de 66,8%. Nas presidenciais, Fradique de Menezes foi reeleito no primeiro turno com 60,58% dos votos, apoiado por uma coligação que incluía o MDFM-PCD e o MDFM-PL. O comparecimento foi de 64,09%.

A partir de 2010, as eleições passaram a ser realizadas separadamente. Nas legislativas daquele ano, a ADI obteve, pela primeira vez, maioria simples (26 cadeiras), seguida por MLSTP-PSD (21), PCD-GR (7) e MDFM-PL (1). A participação foi notavelmente alta: 89%. No ano seguinte, as presidenciais foram decididas em dois turnos, com a vitória de Manuel Pinto da Costa, que obteve 52,88% dos votos. O comparecimento foi de 68,4%, superando os níveis das eleições anteriores.

Nas legislativas de 2014, o ADI obteve maioria absoluta (33 cadeiras), tornando-se o primeiro partido a completar um mandato de quatro anos sem interrupções. Entretanto, em 2018, o partido perdeu essa maioria, elegendo 25 deputados, enquanto o MLSTP-PSD, liderado por Jorge Bom Jesus, conquistou 23 assentos. Nesse intervalo, as eleições presidenciais de 2016 registraram forte queda na participação (46,06%), contrastando com os 80,65% das legislativas de 2018. Essa baixa afluência no pleito presidencial foi agravada pela desistência do candidato Manuel Pinto da Costa poucos dias antes da votação — seus votos, já impressos nas cédulas, foram considerados nulos. A abstenção subiu de 35,65% no primeiro turno para 53,94% no segundo.

As eleições presidenciais e legislativas mais recentes ocorreram, em julho de 2021 e janeiro de 2022. Segundo Monteiro *et al.* (2022), esse ciclo foi marcado por forte mobilização partidária. Ainda assim, observou-se um aumento na abstenção entre os turnos presidenciais, de 31,6% para 34,6%. Nas legislativas de 2022, 123.302 eleitores compareceram às urnas, mas a taxa de abstenção alcançou 34,33% — um crescimento expressivo em relação aos 19,35% registrados em 2018.

3.5 Síntese dos condicionantes da participação eleitoral nos PALOP

Cada país da África lusófona apresenta suas próprias particularidades no que se refere ao sistema político e ao comportamento eleitoral. Embora existam algumas semelhanças institucionais — como a adoção do sistema proporcional de lista fechada para as eleições legislativas e o sistema majoritário de dois turnos para a escolha do presidente da república —, os contextos políticos, a regularidade das eleições e os padrões de participação eleitoral variam significativamente entre os países.

Até onde conseguimos identificar por meio de buscas em diferentes bases e acervos acadêmicos (Google Acadêmico, SciELO, Periódicos CAPES, entre outros buscadores especializados), não há estudos comparativos que investiguem de forma sistemática os condicionantes da participação eleitoral nos países africanos de língua oficial portuguesa (PALOP). Este estudo, portanto, propõe-se como a primeira tentativa de preencher essa lacuna. Justamente por inaugurar essa abordagem comparativa, enfrentamos uma série de desafios metodológicos, especialmente no que diz respeito à escassez de referências bibliográficas e dados sistematizados.

De forma geral, observamos que os estudos existentes sobre participação eleitoral nos PALOP possuem caráter predominantemente descritivo e raramente utilizam testes estatísticos inferenciais. Essa limitação representa uma lacuna importante, dado que a participação eleitoral é um fenômeno multifatorial, cuja compreensão exige abordagens analíticas capazes de isolar e medir o efeito de diferentes variáveis explicativas.

No caso específico de Angola, são raros os estudos que buscam compreender os determinantes da participação eleitoral. Apesar da realização de eleições desde 1992, a longa interrupção do processo eleitoral — decorrente da guerra civil que impediu a realização de pleitos por mais de 16 anos — pode ter contribuído para a ausência de produção acadêmica contínua sobre o tema. Com base na literatura internacional (Blais & Dobrzynska, 1998; Norris, 2002; Fornos *et al.*, 2004), espera-se que fatores socioeconômicos como o desemprego e a desaceleração econômica estejam entre os principais condicionantes da participação. Conforme argumenta Radcliff (1992), a crise econômica pode ter efeitos ambivalentes: ao mesmo tempo em que pode mobilizar eleitores indignados, também pode gerar desilusão e afastamento do processo político. No caso angolano, supomos que predomine o segundo efeito.

Cabo Verde, por sua vez, apresenta um padrão oposto: o país realiza eleições regulares desde a abertura multipartidária e é reconhecido por sua estabilidade e transparência. As taxas de participação eleitoral são elevadas, tanto em comparação com os demais PALOP quanto com democracias consolidadas. Apesar disso, os estudos sobre o caso caboverdiano raramente mobilizam variáveis macroestruturais para explicar esse alto comparecimento. Com base na literatura (Blais; Carty, 1990; Blais; Dobrzynska, 1998), formulamos a hipótese de que dois fatores contribuem para esse padrão: o tamanho reduzido da população — dado que países menores tendem a apresentar maior engajamento eleitoral — e a elevada taxa de alfabetização, que facilita a compreensão do processo eleitoral e fortalece o senso de dever cívico.

Moçambique destaca-se por possuir a produção mais extensa sobre o tema entre os PALOP. A maioria dos trabalhos, contudo, permanece ancorada em abordagens descritivas. Estudos mais recentes (Vitorino; Souza, 2016; Terenciano, 2023) passaram a incorporar variáveis macro, como pobreza e escolaridade, para explicar a abstenção. A pesquisa de Eusébio (2023), por exemplo, concluiu que fatores psicológicos

apresentam maior poder explicativo: indivíduos que discutem temas políticos, integram organizações não partidárias ou possuem identificação com a FRELIMO demonstram probabilidade significativamente maior de votar. Por outro lado, variáveis institucionais como o sistema eleitoral, o número de partidos ou o tamanho da câmara legislativa parecem ter pouca influência sobre a decisão de votar.

Por fim, São Tomé e Príncipe, o menor país entre os PALOP, também apresenta elevadas taxas de comparecimento eleitoral — o que corrobora, ainda que parcialmente, com a literatura sobre o efeito do tamanho populacional e da alfabetização no engajamento cívico. Com os melhores indicadores educacionais entre os PALOP, o país parece alinhar-se à hipótese de que níveis mais altos de instrução promovem maior participação eleitoral. No entanto, é plausível supor que também existam condicionantes individuais que influenciem a decisão de votar. Assim, esperamos encontrar correlações positivas entre interesse por política, identificação partidária, pertencimento a organizações da sociedade civil e a probabilidade de comparecimento às urnas.

4 DESENHO DE PESQUISA E METODOLOGIA

A pesquisa adota um desenho quantitativo, combinando microdados dos países do PALOP com análises qualitativas do contexto macro de cada país. Assim, embora o escopo geral seja quantitativo, a análise qualitativa do histórico político-institucional dos países é essencial, tanto para justificar a escolha das variáveis de nível macro quanto para interpretar adequadamente os resultados empíricos de nível micro.

Utilizamos duas fontes de dados complementares: uma base de nível micro, extraída do Afrobarometer, e outra de nível macro, construída a partir de indicadores institucionais e contextuais. Esta subseção apresenta as características dessas fontes e o processo de construção das principais variáveis da pesquisa.

Os dados individuais foram obtidos a partir do Afrobarometer, uma rede pan-africana, apartidária e sem fins lucrativos que conduz surveys sobre democracia, governança e questões sociais em mais de 30 países africanos. A coleta de dados é coordenada por instituições internacionalmente reconhecidas como o Ghana Center for Democratic Development (CDD-Gana), o Institute for Justice and Reconciliation (África do Sul) e o Institute for Development Studies (Quênia), com apoio técnico da Michigan State University (MSU) e da University of Cape Town (UCT).

As amostras são nacionais, probabilísticas, estratificadas e multietárias, com seleção aleatória em todos os estágios e probabilidade proporcional ao tamanho da população. O universo amostral inclui cidadãos com 18 anos ou mais, excluindo populações institucionalizadas ou residentes em áreas inacessíveis, conforme indicado nos relatórios técnicos (TIR). As amostras variam entre 1.200 e 2.400 respondentes por país, assegurando margens de erro entre 2,0% e 2,8% a 95% de confiança. Os dados são ponderados para correções sobre amostragem, utilizando as variáveis *withinwt* para análises nacionais e *combinwt* para comparações entre países.

A análise concentra-se nos PALOP. Contudo, devido à ausência de dados para a Guiné-Bissau — que não participou de nenhuma rodada do Afrobarometer até a conclusão desta pesquisa —, este país foi excluído. A base final inclui quatro países: Angola, Cabo Verde, Moçambique e São Tomé e Príncipe. Utilizamos os *merged datasets* das rodadas 3 a 9 disponibilizadas publicamente no site do Afrobarometer, pois

as rodadas 1 e 2 foram descartadas: a primeira não inclui nenhum dos PALOP e a segunda não contém a pergunta sobre participação eleitoral.

Os merged datasets oferecem a vantagem de padronização dos questionários entre os países incluídos em cada rodada, permitindo comparabilidade direta. Ainda assim, há diferenças no número de observações por país e rodada, com menor cobertura em Angola e São Tomé e Príncipe em comparação a Moçambique e Cabo Verde.

Quadro 2 - Tamanho da amostra por rodadas do Afrobarometer (2005-2023)

País	Tamanho da amostra por rodada						
	R3	R4	R5	R6	R7	R8	R9
Angola	n/a	n/a	n/a	n/a	n/a	2,400	1,200
Cabo-verde	1,256	1,264	1,208	1,200	1,200	1,200	1,199
Moçambique	1,198	1,200	2,400	2,400	2,392	1,110	1,220
São Tomé e Príncipe	n/a	n/a	n/a	n/a	1,200	1,196	1,200
Total	2,454	2,464	3,608	4,796	4,792	4,710	4,719

Fonte: Elaborado pelo autor com base nos dados do Afrobarometer (2025).

Diferente da tendência de alguns estudos Africanos e Latinamericanos (Kuenzi; Lambright, 2005; Pereira, 2023; Silva, 2016; Ribeiro; Borba; Silva, 2014) que utilizam os dados do Afrobarometer e LAPOP- excluírem as rodadas de surveys quando tem duas rodadas fazendo referência a mesma eleição, como por exemplo, a partir do quadro abaixo, a rodada 8 (2022) e 9 (2023) de Cabo-Verde fazem referência a eleição de 2021 assim como rodada 3 (2005) e 4 (2008) de Moçambique fazem referência a eleição de 2004. As pesquisas citadas excluem a rodada distante da eleição, isto é, para Cabo Verde e Moçambique seriam eliminadas as rodadas 9 e 4 respectivamente. Para este estudo, optamos também por utilizar as rodadas próximas e distantes das eleições de referência. Em outras palavras, analisamos todos os surveys disponíveis nos PALOP. O motivo dessa escolha justifica-se pelo contexto de poucas rodadas de surveys em Angola e São Tomé e Príncipe. Como o objetivo é de realizar um estudo comparativo, optamos por incluir os países que tinham pelo menos duas rodadas de surveys disponíveis, até mesmo, para ver se tem variações das atitudes dos indivíduos mesmo

as rodadas fazendo referência a mesma eleição. Posto isso, o número de casos total para os quatro (4) países incluídos na pesquisa é de N= 22.747 observações referentes a dezanove (19) eleições legislativas e presidências nos PALOP.

Quadro 3 - Países, rodadas do Afrobarometer e eleições de referência

País	Tipo de eleição	Rodada	Eleição
Angola	Legislativa/presidencial	R9 (2023)	2022
Angola	Legislativa/presidencial	R8 (2022)	2017
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R9 (2023)	2021
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R8 (2022)	2021
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R7 (2019)	2016
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R6 (2016)	2016
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R5 (2015)	2011
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R4 (2008)	2006
Cabo Verde	Legislativa/presidencial	R3 (2005)	2001
Moçambique	Legislativa/presidencial	R9 (2023)	2023 ⁵
Moçambique	Legislativa/presidencial	R8 (2022)	2019
Moçambique	Legislativa/presidencial	R7 (2019)	2019
Moçambique	Legislativa/presidencial	R6 (2016)	2014
Moçambique	Legislativa/presidencial	R5 (2015)	2009
Moçambique	Legislativa/presidencial	R4 (2008)	2004
Moçambique	Legislativa/presidencial	R3 (2005)	2004
São Tomé e Príncipe	Legislativa	R9 (2023)	2022
São Tomé e Príncipe	Legislativa	R7 (2019)	2018
São Tomé e Príncipe	Presidencial	R6 (2016) ⁶	2016

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas rodadas do surveys (2025)

4.1 Variável dependente

Embora o *Afrobarometer* não tenha como foco central a análise da participação eleitoral, o questionário inclui uma pergunta direta sobre se o entrevistado votou ou não nas últimas eleições nacionais ou gerais. Essa é a nossa principal variável dependente da pesquisa, marcando se houve ou não comparecimento eleitoral.

⁵ A eleição foi realizada em 09 de outubro de 2023. E a rodada foi realizada em 31 de outubro de 2023.

⁶ A eleição presidencial foi realizada em 17 de julho e a rodada foi realizada em 21 de dezembro de 2016

Existem divergências sobre a melhor forma de medir a variável critério em estudos sobre a participação eleitoral. Por um lado, autores como (Fornos; Power; Garand, 2004; Jackman, 1987; Powell, 1986) defendem que a participação eleitoral deve ser medida a partir da proporção da população em idade de votar. Por outro lado, (Powell, 1986; Blais; Dobrzynska, 1998; Franklin, 2004) defendem que a participação eleitoral deve ser medida com base nos eleitores registrados que acabam de votar. Ambas as medidas são imperfeitas, devido às listas imprecisas de registro de eleitores e de estimativas populacionais não exatas (Dettrey; Schwindt- Bayer, 2009). Em relação à comparação entre os países também é questionável devido às diferenças nas leis de registro eleitoral, bem como de exclusão de um determinado grupo da população em idade de votar (Blais; Massicotte; Yoshinaka, 2001).

Seguimos a tendência de alguns estudos (Perrieira, 2023; Silva, 2016) e analisamos a participação eleitoral com base na proporção de eleitores registrados, pois é uma medida mais estreita do que os que já estão predispostos a votar. A medida de votação para os quatro (4) PALOP baseia-se na questão sobre se o entrevistado votou na mais recente eleição nacional. A variável original votação foi extraída da seguinte pergunta: “Relativamente às eleições gerais mais recentes, qual das seguintes declarações é verdadeira para seu o caso? ”. As categorias de resposta para a questão original de votação utilizada na pesquisa do Afrobarometer, são: (1) “não estava registrado”; (2) “votei”; (3) “decidi não votar”; (4) “não localizei o local de votação”; (5) “fui impedido de votar”; (6) “não tive tempo de votar”; (7) “não votei porque meu nome não constava no registro”; (8) “não votei por algum motivo”; (9) “era muito jovem para votar”; (10) “não me lembro”; (11) “recusou-se a responder”.

Para fins deste estudo, recodificamos as respostas para criar uma medida dicotômica de quem votou na população registrada para votar. Essa recodificação baseou-se na distribuição de Bernoulli que consiste numa distribuição discreta de espaço amostral $\{0, 1\}$, onde o valor um (1) tem a probabilidade de sucesso (votou) e valor zero (0) com a probabilidade de falha (não votou). A resposta “não estava registrado”; “não me lembro”, “recusou-se a responder”, “era muito jovem para votar” recodificamos com o valor noventa e nove (99) como dados perdidos (*missings*).

Concordamos com Kuenzi e Lambright (2007), a participação eleitoral como porcentagem de eleitores registrados nos permite avaliar os fatores que levam as pessoas a votar depois de registradas. Assim, apesar de reconhecer e admitir o problema, nossa análise ignora a questão da dificuldade de se registrar para votar e se concentra nos outros fatores que afetam a participação eleitoral.

Quadro 4 - Percentual da participação eleitoral autodeclarada nas eleições nacionais

País	Tipo de eleição	Rodada	Eleição	%
Angola	Legisl./presidencial	R9 (2023)	2022	62.17
Angola	Legisl./presidencial	R8 (2022)	2017	62.67
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R9 (2023)	2021	75.31
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R8 (2022)	2021	71.33
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R7 (2019)	2016	71.92
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R6 (2016)	2016	71.58
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R5 (2015)	2011	79.30
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R4 (2008)	2006	76.58
Cabo Verde	Legisl./presidencial	R3 (2005)	2001	68.07
Moçambique	Legisl./presidencial	R9 (2023)	2023 ⁷	63.21
Moçambique	Legisl./presidencial	R8 (2022)	2019	68.92
Moçambique	Legisl./presidencial	R7 (2019)	2019	62.54
Moçambique	Legisl./presidencial	R6 (2016)	2014	75.38
Moçambique	Legisl./presidencial	R5 (2015)	2009	70.04
Moçambique	Legisl./presidencial	R4 (2008)	2004	59.80
Moçambique	Legisl./presidencial	R3 (2005)	2004	80.22
São Tomé e Príncipe	Legislativa	R9 (2023)	2022	83.17
São Tomé e Príncipe	Legislativa	R7 (2019)	2018	76.42
São Tomé e Príncipe	Presidencial	R6 (2016) ⁸	2016	77.01

Fonte: Elaborado pelo autor da tese com base no Afrobarometer (2025)

O quadro acima mostra a porcentagem da participação eleitoral autodeclarada tendo como referência da terceira à nona rodada dos PALOP nas eleições legislativas e presidenciais com uma média geral de 71,35%. Nota-se que, a menor participação eleitoral autodeclara foi registada em Moçambique nas eleições nacionais de 2004 com cerca de 59.80%⁹. Ao passo que, a maior participação eleitoral foi registada na eleição legislativa de 2023 em São Tomé e Príncipe com cerca de 83,17%.

⁷ A eleição foi realizada em 09 de outubro de 2023. E a rodada foi realizada em 31 de outubro de 2023.

⁸ A eleição presidencial foi realizada em 17 de julho e a rodada foi realizada em 21 de dezembro de 2016

⁹ A despeito do debate sobre a precisão dos dados autodeclarados, faz todo sentido que, estas eleições sejam as que tenham menor participação entre os PALOP, mesmo que autodeclarada, visto que, nos

4.2 Hipóteses e operacionalização das variáveis independentes

Levando em consideração as variáveis discutidas no capítulo teórico anterior, podemos sintetizar as variáveis da tese entre: variáveis de nível individuais e contextuais. A primeira é subdividida em quatro subitens: fatores demográficos, socioeconômicos, psicológicos e de mobilização. O segundo, pode ser subdividido em duas dimensões: institucional e contextual. Cada dimensão é representada por um conjunto de variáveis, que são descritas na última coluna no quadro síntese abaixo.

4.2.1. Variáveis de nível micro

As variáveis independentes utilizadas nesta pesquisa foram construídas a partir dos microdados do Afrobarometer e organizadas em quatro dimensões: sociodemográfica, socioeconômica, psicológica e de mobilização. Todas as variáveis incluídas estão presentes em todas as rodadas utilizadas (3 a 9), critério que orientou sua seleção. A seguir, apresentamos as transformações realizadas e as expectativas teóricas associadas a cada uma através da formulação de hipóteses.

No plano sociodemográfico, a variável sexo (sexo do entrevistado) tinha os valores de 1 = masculino e 2 = feminino, recodificamos para uma variável binária com os seguintes valores: 0 = mulher e 1 = homem. A expectativa teórica é que os homens tenham mais chances de comparecer nas eleições que as mulheres devido aos papéis doméstico que ainda são predominantes nos PALOP atribuídas às mulheres e por vezes, no dia da votação tendem a não comparecer por conta dos cuidados domésticos.

A variável idade (*age*) distribuída de forma contínua nos surveys, recodificamos para uma variável (faixa etária) escalar de 0 a 4, onde 0 = 18 a 24 anos, 1 = 25 a 35 anos, 2 = 36 a 55 anos e 3 = + de 55 anos. As destruições dessas faixas etárias levam em consideração ao contexto africano, onde a expectativa de vida não é alta, portanto, as pessoas vivem menos. A pesquisa de Kuenzi e Lambriht (2005) segue a mesma distribuição da faixa etária. A nossa expectativa teórica é mesma consolidada na teoria, que indivíduos da faixa etária entre 18 a 24 anos comparecem menos que as

dados oficiais do CNE, a participação eleitoral foi cerca de 35% e devido ao contexto (de boicote eleitoral) que ocorreu na época.

contrapartes nas eleições gerais nos PALOP, não só, pela experiências e importância que os mais adultos dão as eleições, porque os mais jovens participam politicamente de outras formas, como adesão a protestos.

A variável local de residência (URBUR) tinha os valores 1 = rural e 2= urbano, recodificamos para os seguintes valores: 0 = rural e 1= urbano. Os precursores da teoria da modernização esperam que em contextos urbanos haja maior participação eleitoral do que o contexto rural por conta da estrutura eleitoral, isto é, acesso fácil aos postos eleitorais, gratuidade dos ônibus no dia das eleições etc. de fato faz todo sentido pensar que a facilidade de acesso aos ônibus e a locomoção até os postos de votação incentivem o indivíduo a ir votar. Todavia, é preciso destacar que nos PALOP não há essa estrutura eleitoral que incentive os cidadãos urbanos e rurais a irem votar. O que se nota, são postos de votação, muita das vezes distantes do local de residência do indivíduo e uma desordem na hora de localizar a seção de votação. E para concluir, é importante destacar o papel dos partidos políticos e líderes comunitários nas zonas rurais nos PALOP que tem servido como fortes agentes mobilizadores da participação eleitoral. Dito isso, esperamos que as chances diminuam proporcionalmente entre os indivíduos localizados em zonas urbanas e rurais.

A variável religião (*religion of respondent*) tinham valores contínuos correspondentes as diferentes religiões nos PALOP. Os PALOP são países laicos, isso quer dizer, que os indivíduos são livres de escolher e cultivar a religião que vai de acordo com a sua espiritualidade. Em todos os PALOP, religião católica é maior em crenças e seguida pela religião muçulmana. Existem também, a presença forte das religiões tradicionais. Por conta dessa distribuição números de crenças por religiões recodificamos para uma variável escalar de 0 a 2, onde 0= cristãos, 1 = muçulmanos e 2= outros. Posto isso, esperamos que os indivíduos cristãos tenham mais chances de comparecer comparando com os muçulmanos ou de outras religiões.

A variável atenção à mídia (*Com que frequência você recebe notícias das seguintes fontes?*) mede a frequência que os indivíduos acompanham informações ou notícias por meio de diferentes meios de comunicação. As respostas para essa pergunta são: 0="nunca", 1="menos de uma vez por mês", 2= "algumas vezes por mês", 3= "algumas vezes por semana", 4= "todos os dias", 9= "não sei", 98= "recusou-se a

responder”, -1= “ausente”. Escolhemos a rádio e a televisão por considerar que são os meios de comunicação mais abrangente entre as populações os PALOP. Recodificamos os valores da variável originais para uma variável binária, e atribuímos 0 = “nunca” para indivíduos que não acompanham as notícias por meio de rádio e televisão e 1 = “muitas as vezes” para indivíduos que acompanham com frequência as notícias por meio de rádio e televisão. Os valores (9; 98; e -1) recodificamos como 99 (missings). Embora a mídia seja uma das principais fontes de informação política (Mccombs; Shaw, 1972), seu efeito depende do tipo de mídia e do tipo de grau de confiança dos eleitores. A observação dos autores faz todo sentido principalmente no contexto dos PALOP onde a grande mídia é controlada por partidos políticos incumbentes (Angola e Moçambique). A nossa expectativa é que o efeito da mídia se destaque mais em Cabo Verde e São Tomé Príncipe e menos em Angola e Moçambique.

No que diz respeito às variáveis socioeconômicas, utilizamos a insegurança alimentar como proxy de renda, dada a ausência de informações sobre rendimento nos questionários. A pergunta considerada foi: “No último ano, com que frequência, se é que alguma vez, você ou alguém da sua família ficou sem comida suficiente para comer? ”. As respostas foram recodificadas em 0 = “poucas vezes” (alta renda) e 1 = “muitas vezes” (baixa renda). A expectativa é que indivíduos em situação de maior vulnerabilidade econômica tenham menos chances de participar das eleições. A hipótese foi, portanto, formulada da seguinte forma:

Hipótese 1 = Indivíduos que relatam passar fome com frequência têm menor probabilidade de participar das eleições gerais.

Quanto à escolaridade, utilizamos a pergunta sobre o nível mais alto de instrução concluído. As respostas originais foram agrupadas e recodificadas nas seguintes categorias como: “sem educação formal”, “educação básica incompleta”, “educação básica completa”, “ensino médio ou técnico incompleto/completo”, “ensino superior incompleto/completo” e “pós-graduação”. Recodificamos as respostas para os seguintes valores: 0 = “ensino fundamental”, 1= “ensino médio” e 2 = “ensino superior”. Espera-se que níveis mais altos de escolaridade estejam associados a maior participação, especialmente em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, onde os indicadores educacionais são mais elevados do que em Angola e Moçambique.

Hipótese 2 = *Indivíduos com maior escolaridade tendem a participar mais das eleições, especialmente nos PALOP com melhores indicadores educacionais.*

As variáveis psicológicas são fortes preditores da participação eleitoral. Queremos destacar e justificar o porquê não usamos duas variáveis atitudinais importantes que se destacam nos estudos de participação eleitoral em diversos contextos incluindo africano, que são: eficácia política e transparência eleitoral. A eficácia política mede o sentimento e capacidade do voto causar mudanças por meio das escolhas eleitorais. A transparência eleitoral mede a compreensão dos indivíduos em relação a lisura dos processos eleitorais. Estudos concluem que indivíduos com sentimento de que o seu voto pode causar mudança política e compreende que as eleições são justas e transparentes tendem a comparecer nas eleições. A não utilização destas variáveis justifica-se pelo fato delas não constarem em todas as rodadas analisadas, que foi o principal critério de escolha das variáveis analisadas, isto é, todas as variáveis utilizadas nesta tese constam em todas as rodadas surveys utilizadas.

Dentro das variáveis atitudinais tem umas que seguem pressupostos teóricos da abordagem psicológica da participação eleitoral (identificação partidária, interesse por política) e tem outras que alinham com abordagem racional (avaliação econômica, satisfação e adesão com a democracia) e outras com a abordagem da legitimidade democrática (confiança institucional) e uns com abordagem participação política (participação em organizações comunitárias e em protestos).

A variável identificação partidária, retirada da seguinte pergunta: “Você se sente próximo de algum partido político? ”, busca medir se o indivíduo se identifica por algum partido político. As respostas para essa pergunta são: 0= “não, (não se identifica por nenhum partido político), 1= “sim, (se identifica por um partido político), 8=“recusou-se a responder”, 9= “não, não sabe”, -1 = “ausentes. Recodificamos as variáveis para uma variável binária com os valores, 0 = “se identifica” e 1= “não se identifica”. Os indivíduos nos PALOP têm uma forte ligação histórica com os seus partidos políticos, que antes da independência na metade da década de 1970, foram os movimentos de luta e libertação colonial contra os portugueses. É fato de que, passa quase meio século que isso aconteceu, mas a memória principalmente dos mais velhos, está associada a ideia de que os partidos políticos que antes eram movimentos libertaram o país e por isso,

merecem a sua gratificação. É verdade que, de lá para cá, novos partidos políticos surgiram e conquistaram assentos parlamentares sem nenhuma relação libertadora do país, como por exemplo, o MDM em 2008 em Moçambique e ADI em São Tomé e Príncipe em 2001. Por conta destes fatores históricos elaboramos a seguintes hipótese:

Hipótese 3: *Indivíduos que se identificam com um partido político têm maior probabilidade de participar das eleições gerais.*

O interesse por política está fortemente associado a participação eleitoral. No questionário do Afrobarometer não tem uma pergunta taxativamente que mede o interesse por política. Por conta disso, Kuenzi e Lambriht (2005) usam como proxy a discussão política, que contem nos questionários. A pergunta é formulada da seguinte forma: *Quando você se reúne com seus amigos ou familiares, você diria que discutem questões políticas?* As respostas são: 0= “nunca”, 1= “ocasionalmente”, 2=“frequentemente, 9=“não sei”, 98= “recusou-se a responder, -1= “ausente”. Esta pergunta visa mensurar a frequência que os indivíduos discutem assuntos políticos com amigos e familiares, subentendendo que, quem discute os assuntos políticos tenha interesse por política. Recodificamos a variável para uma variável binária, onde 0 = “não discutem assuntos políticos”, e 1 = “discute assuntos políticos”. Os valores (9; 98; e -1) atribuímos os valores de 99 (missing). Assim sendo formulamos a seguinte hipótese:

Hipótese 4: *as chances de comparecer nas eleições gerais aumentam entre os indivíduos que discutem assuntos políticos comparando com aqueles que não discutem assuntos políticos.*

A avaliação econômica foi mensurada pela percepção sobre a situação econômica do país, recodificada como 0 = avaliação positiva e 1 = negativa. Segundo a teoria da escolha racional (Downs, 1957), avaliações negativas desestimulam a participação. A variável foi retirada da seguinte pergunta: *Em geral, como você descreveria: a atual condição econômica deste país?* As respostas são: 1= “muito ruim”, 2= “bastante ruim”, 3= “nem bom nem ruim”, 4= “bastante bom”, 5= “muito bom”, 9= “não sei”, 98=“recusou-se a responder”, -1= “ausente”. Esta variável visa mensurar a relação

entre a avaliação econômica e a participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP. Os valores (9;98; e -1) atribuímos os valores 99 (missings).

Hipótese 5: *A avaliação negativa da economia reduz a probabilidade de participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP.*

A satisfação e a adesão a democracia são disposições importantes para legitimidade e o funcionamento da democracia. A variável sobre a satisfação com democracia é retirada da seguinte pergunta: no geral, qual é o seu nível de satisfação como funcionamento da democracia no seu país? as respostas são: 0 = “meu país não é uma democracia”, 1= “nem um pouco satisfeito”, 2= “não muito satisfeito”, 3= “razoavelmente satisfeito”, 4= “muito satisfeito”, 9= “não sei”, 98= “recusou-se a responder”, -1= “valores ausentes”. Recodificamos para uma variável binária com os seguintes valores: 0= “não satisfeito com a democracia” e 1= “satisfeito com a democracia”

Hipótese 6: *Indivíduos satisfeitos com a democracia têm maior probabilidade de votar nas eleições gerais nos PALOP.*

No eixo da mobilização, consideramos a participação em organizações comunitárias, isto é, participação na sociedade civil. Seleccionamos a associação a grupos de desenvolvimento comunitário ou voluntariado, recodificando a variável como 0 = participa e 1 = não participa. A literatura mostra que esse envolvimento fortalece habilidades cívicas e amplia redes de incentivo à participação

A variável da participação em organizações comunitárias é retirada da seguinte pergunta: *para cada uma organização, você poderia me dizer se você é um: “líder oficial”, “um membro ativo”, “um membro inativo” ou “não é um membro?”* são apresentadas várias opções de organizações comunitárias, como “sindicatos dos trabalhadores”, “associação de desenvolvimento comunitário”, “grupos religiosos”, “associações voluntárias ou grupos comunitários”. Consideramos que os indivíduos que são membros participam destas organizações e o oposto também. Recodificamos a variável para ter valores binários, 0= “participa das organizações comunitárias” e 1= “não participa das organizações comunitárias.” Os valores (9; 98 e -1) atribuímos o valor 99

(missings). Tal questão orienta as respostas a uma série de organizações como vimos acima, dentre elas, selecionamos aquele referente à participação em associações de “desenvolvimento comunitário ou associações voluntárias”. Com base nisso, elaboramos a seguinte hipótese:

Hipótese 7: participar em organizações comunitárias aumenta a probabilidade de comparecimento eleitoral nas eleições gerais nos PALOP

As teorias da legitimidade democrática e confiança institucional destacam a importância da confiança institucional na decisão de votar. Escolhemos três instituições políticas: Presidente, Parlamento e a Comissão Nacional de Eleições. A pergunta no questionário é a seguinte: O quanto você confia em cada um dos seguintes, ou não ouviu o suficiente sobre eles para perguntar: O Presidente? O Parlamento e a Comissão Nacional Eleitoral? As respostas são: 0= “de jeito nenhum”, 1= “só um pouco”, 2= “um pouco”, 3= “muito”, 9= “não sei/não ouvi o suficiente”, 98= “recusou-se a responder”, “-1=Ausente”. Recodificamos para uma variável binária, com os seguintes valores: 0= “não confiam” e 1= “confia”. Os valores (9; 98 e -1) atribuímos ao valor 99 (missings).

As pesquisas prévias nos PALOP, mostram um cenário de variações na confiança das instituições políticas e uma enorme tendência dos indivíduos confiarem mais em líderes tradicionais do que nas instituições políticas, principalmente em Angola, cabo verde e são tomé príncipe. Em cabo verde, Ames; Renno e Rodrigues (2003) destacam que embora houvesse pouca percentagem da população que confiavam “muito” nas instituições, a maioria tendia a confiar “pouco”. Pesquisa posterior, Furtado e Semedo, (2018) destacam que as instituições não eleitas são mais confiáveis do que as instituições eleitas. Em São Tomé e Príncipe, Baaye e Hale (2018), mostram que, os São-tomenses confiam mais nos líderes religiosos (52%) do que instituições formais do Estado. Estas últimas, os cidadãos confiam mais no Primeiro Ministro (47%), Partido governante (41%), e o Exército (40%). Curiosamente, os índices de confiança institucional aumentam no contexto rural comparativamente ao urbano, e é igual quando comparado entre os homens e as mulheres. Resultados semelhantes aplicam-se ao contexto angolano. Segundo Pacatolo e Boio (2020), os líderes religiosos desfrutam de maior confiança popular em Angola do que outros líderes e instituições importantes, de

acordo com os dados da pesquisa do Afrobarometer. Diante destes achados teóricos, elaboramos a seguinte hipótese:

Hipótese 8: *Indivíduos que confiam nas instituições políticas têm maior probabilidade de participar das eleições do que aqueles indivíduos que não confiam.*

4.2.2. Variáveis de nível macro

Segundo Pereira (2023), sistemas de governo com menor complexidade institucional tendem a reduzir os custos de informação para a tomada de decisão por parte dos eleitores. Assim, espera-se que, em sistemas presidencialistas — por sua estrutura mais simples —, o impacto de recursos como informação, escolaridade e redes de mobilização seja reduzido. A centralização da agenda política na figura do presidente favoreceria a ativação de predisposições psicológicas dos cidadãos e diminuiria o peso dos partidos políticos na decisão do voto. Dessa forma, o presidencialismo tenderia a aumentar o interesse dos eleitores por assuntos políticos, ao mesmo tempo em que reduziria a influência de fatores estruturais sobre a participação eleitoral.

Ao contrário de Pereira (2023), argumentamos que a predisposição dos indivíduos para participar das eleições está mais associada à importância relativa das diferentes eleições dentro de cada sistema de governo do que à sua forma institucional em si. Por isso, formulamos a:

Hipótese 9: *em sistemas semipresidencialistas, os indivíduos terão maior predisposição para comparecer às eleições legislativas, dada sua centralidade institucional; já em sistemas presidencialistas, a ênfase nas eleições presidenciais tende a desestimular a participação nas demais eleições nacionais.*

Para operacionalizar essa hipótese, criamos uma variável dicotômica que diferencia os PALOP com sistema presidencialista (codificados como 1) daqueles com sistema semipresidencialista (codificados como 0).

A importância das regras eleitorais sobre a participação tem sido amplamente reconhecida pela literatura (Powell, 1986; Jackman, 1987; Blais; Carty, 1990). Esses autores argumentam que sistemas proporcionais incentivam a participação mais do que sistemas majoritários. Isso ocorre porque regras proporcionais aumentam a fragmentação partidária e a chance de os partidos conquistarem ao menos uma cadeira,

ampliando a mobilização dos eleitores em todo o território nacional e, conseqüentemente, a participação (Pereira, 2023).

Embora todos os PALOP adotem o sistema proporcional para eleições legislativas, há variações nos níveis de desproporcionalidade entre os círculos eleitorais. Angola, por exemplo, apresenta o maior índice de desproporcionalidade. No entanto, estudos que investigaram o efeito da desproporcionalidade sobre a participação não chegaram a conclusões consistentes. Diante disso, formulamos a:

Hipótese 10: *sistemas eleitorais mais proporcionais (como em Cabo Verde, São Tomé e Moçambique) estimulam maior participação eleitoral nas eleições legislativas nacionais, em comparação com sistemas menos proporcionais (como o de Angola).*

Para mensurar o impacto dos poderes presidenciais, utilizamos o modelo desenvolvido por Shugart e Carey (1992), posteriormente aperfeiçoado por Metcalf (2000). Embora essa classificação não seja consensual, ela é amplamente utilizada na literatura comparada. O modelo permite comparar os poderes presidenciais a partir das Constituições vigentes e revisadas dos PALOP, com base em duas dimensões principais: não legislativa (formação e demissão do governo, dissolução do Parlamento) e legislativa (veto, orçamento, referendos, controle de constitucionalidade).

Na dimensão não legislativa, os poderes do presidente sobre a formação do governo variam de irrestritos (pontuação máxima 4) até nenhum poder (pontuação mínima de 0). A mesma lógica de gradação é aplicada à demissão do governo e à capacidade de dissolver a Assembleia. Por exemplo, se o presidente pode destituir o governo sem restrições, a pontuação é 4; se depende do Parlamento ou de condições específicas, a pontuação é reduzida progressivamente.

Na dimensão legislativa, analisamos sete competências presidenciais. Para o veto legislativo, por exemplo, o valor máximo (4) indica veto absoluto; pontuações decrescentes indicam veto superável por diferentes tipos de maioria parlamentar. Em relação ao orçamento, atribui-se pontuação máxima quando o presidente elabora a proposta sem possibilidade de alteração pelo Parlamento. A partir dessas codificações sobre os poderes do presidente e legislativo, propomos a:

Hipótese 11: *em sistemas semipresidencialistas nos quais o presidente detém poderes constitucionais fortes — como em São Tomé e Príncipe —, haverá maior*

participação nas eleições presidenciais, em comparação com sistemas onde o presidente possui poderes mais limitados — como em Cabo Verde.

Quadro 5 – Medição comparativa dos poderes legislativos e não-legislativos do Presidente da República dos PALOP

	Angola	Cabo verde	Moçambique	São Tomé e príncipe
Formação de governo	4	3	4	3
Demissão do Governo	4	2	4	2
Moção de Censura	3	2	3	1
Dissolução do Parlamento	0	3	1	1
Total não-legislativo	11	10	12	8
Poder de Veto de Pacote	1	2	1	2
Competências Orçamentais	2	0	2	2
Proposta de Referendo	3	1	1	4
Poderes de Verificação Const.	2	2	3	3
Total legislativo	8	5	7	11
Total de poderes	20	15	19	19

Fonte: Elaborado pelo autor com base nas Constituições das Repúblicas desses países, especificamente na secção das competências dos presidentes de cada país dos PALOP (2025)

Nas eleições simultâneas, os partidos políticos andam na sombra do candidato presidencial do partido, ou seja, os partidos políticos montam com frequência seus discursos atrelados ao candidato presidencial, o que resulta em maiores ganhos em assentos parlamentares do que em uma eleição não simultânea (Shugarty; Carey, 1992; Jones, 1994). A separação das eleições tem implicações diferentes nas eleições, assim como, quando são realizadas de forma simultâneas. Independente das formas de realização das eleições, Jackman (20004) destaca a importância quando as instituições tornam o voto menos caro para os eleitores e quando deixam clara as implicações políticas dos seus votos, dando, assim, mais incentivo para o eleitor se fazer às urnas. Considerando essas questões nossa formulamos a:

Hipótese 12: *as eleições que permitem que os eleitores votem para presidente e a legislatura ao mesmo tempo (Angola e Moçambique) tendem a afetar positivamente na participação eleitoral.*

Transformamos a variável eleições simultânea em binária codificada como um (1)

para os PALOP em que as eleições presidenciais e legislativas são realizadas ao mesmo tempo, ao passo que, os PALOP em que as eleições presidenciais e legislativas são realizadas de forma separada foram codificados com 0 (zero).

Outro fator institucional relevante diz respeito à possibilidade de reeleição do chefe do Executivo. A literatura indica que, por um lado, a reeleição reduz os custos de informação para o eleitor, na medida em que o candidato incumbente já é conhecido do público (Dettrey & Schwindt-Bayer, 2009). Por outro lado, a possibilidade de reeleição permite maior responsabilização eleitoral (accountability), incentivando o voto como instrumento de avaliação do desempenho do governante (Pereira, 2023). No entanto, nos contextos dos PALOP, marcados por baixos níveis de accountability e desconfiança generalizada nas instituições políticas, é plausível supor que a presença de um candidato à reeleição não implique necessariamente maior mobilização. Em muitos casos, a avaliação negativa do desempenho pode levar à apatia e à abstenção, ao invés de estimular o comparecimento às urnas. Diante disso, *parte-se da seguinte hipótese:*

Hipótese 13: *não há uma relação positiva consistente entre reeleição e a participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP.*

A operacionalização dessa variável foi feita por meio de uma variável do tipo dummy, assumindo valor 1 em todos os casos em que o presidente em exercício concorre à reeleição, e 0 quando isso não ocorre, ou seja, quando não concorre.

A variável PIB per capita tem sido usada em diversos estudos comparados (Geys, 2006; Blais, 2006; Pereira, 2023), buscando medir o efeito desta sobre a participação eleitoral. A relação esperada consiste na expectativa de que, países com níveis elevados de desenvolvimento econômico, os cidadãos tenham mais acesso à informação, melhores níveis educacionais, maior empregabilidade, entre outros recursos.

As características macroeconômicas dos países analisados não são altas comparando com outras potências econômicas no continente, como a África do Sul e Nigéria. Todavia, existem diferenças no desenvolvimento econômico destes países que precisam também levar em consideração o tamanho da população. Acreditamos que a distribuição do PIB per capita vai ser impactado pelo tamanho da população, isto é, em países como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, onde o tamanho da população é pequena, o PIB per capita é maior, comparando com Angola e Moçambique.

A nossa expectativa teórica alinha-se com a de Perreira (2023), segundo a qual, esperamos que o PIB per capita potencialize os recursos individuais como renda e escolaridade e aumentem as chances de o indivíduo comparecer nas urnas. O autor destaca outra possibilidade, as chances de maior PIB per capita ser um fator de desincentivo de mobilização de aderir as eleições. Diante disso, formulamos a hipótese da seguinte maneira:

Hipótese 14: *o PIB per capita está relacionado com participação eleitoral em países com maior índice per capita (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) comparativamente à Angola e Moçambique que possuem índices baixos.*

Para mensurar PIB per capita, utilizamos os valores reportados em dólares (mil US\$) para os anos selecionados, com base nos dados do World Bank (2025).

De acordo com Blais e Dobrzynska (1998, p. 244), “a participação eleitoral é maior em países menores”. Esse achado reforça a noção de que contextos nacionais mais compactos tendem a promover um maior senso de pertencimento e coesão social, elementos que, por sua vez, contribuem para o engajamento cívico. Além do tamanho da população, a densidade demográfica também desempenha um papel importante. Segundo Lipset (1981), países menos densamente povoados tendem a registrar menores níveis de participação, uma vez que a dispersão territorial reduz tanto o contato interpessoal quanto a exposição dos cidadãos a pressões sociais favoráveis ao voto, além de dificultar a mobilização eleitoral por parte de partidos e organizações.

Nos PALOP, observa-se que Cabo Verde e São Tomé e Príncipe são, simultaneamente, os países com menor população e com maior densidade populacional, quando comparados a Angola e Moçambique. Com base na literatura, seria de se esperar, portanto, uma maior participação eleitoral nesses dois primeiros países. No entanto, essa expectativa nem sempre se confirma empiricamente, pois em determinadas eleições registram-se níveis de participação mais elevados justamente nos países maiores e menos densamente povoados. Isso sugere que a relação entre tamanho populacional, densidade e comparecimento eleitoral pode ser mediada por outros fatores contextuais. Ainda assim, *a hipótese que se propõe testar é a de que:*

Hipótese 15: *a probabilidade de participação eleitoral é maior em países com população total mais reduzida e maior densidade demográfica, como é o caso de Cabo*

Verde e São Tomé e Príncipe.

As variáveis de tamanho e densidade populacional foram mensuradas com base nos dados disponíveis, conforme o World Bank (2025).

Outro fator estrutural relevante diz respeito ao grau de urbanização. A literatura clássica da modernização argumenta que contextos urbanos favorecem a participação política ao reduzirem os custos objetivos e subjetivos do voto, como o deslocamento até os locais de votação, o acesso à informação e a maior exposição a campanhas e debates eleitorais (Pereira, 2023). Nessa perspectiva, sociedades mais urbanizadas tenderiam a apresentar maiores níveis de participação, dado o acesso facilitado a recursos logísticos e informacionais. Para Ribeiro, Borba e Silva (2015), a urbanização contribui para reduzir barreiras de acesso aos serviços públicos eleitorais e a participação, como o recenseamento e o transporte até os locais de votação.

Contudo, estudos focados em contextos africanos relativizam essa associação. Kuenzi e Lambright (2007), por exemplo, mostram que a proporção da população urbana não se correlaciona positivamente com a participação eleitoral no continente. Em diversos casos, o coeficiente estimado é negativo, sugerindo que a urbanização pode até estar associada à menor participação. Isso pode ocorrer devido à ausência de redes partidárias efetivas nas periferias urbanas, à informalidade do tecido social e à maior individualização nas grandes cidades. Assim, considerando esses achados, e o papel relevante dos partidos políticos como agentes de mobilização nos PALOP, a hipótese formulada é a que se segue:

Por fim, a alfabetização representa um recurso fundamental para a participação política. Ainda que o voto seja considerado a forma menos exigente de envolvimento político (Verba *et al.*, 1995), espera-se que indivíduos com baixa escolaridade ou habilidades linguísticas limitadas enfrentem maiores dificuldades para compreender o processo eleitoral, os programas de governo e os atributos dos candidatos. Segundo Blais e Dobrzynska (1998, p. 242), “altos níveis de analfabetismo tendem a diminuir a participação eleitoral”. Filer *et al.* (1993) argumentam que o aumento da literacia e da escolaridade contribui para a elevação da competência política dos cidadãos, reduzindo o custo da decisão de voto e, assim, promovendo maior engajamento eleitoral.

Entretanto, o estudo de Kuenzi e Lambright (2007), ao utilizar a posse de rádios como proxy de exposição à informação, encontrou uma relação não significativa entre alfabetização e participação, sugerindo que o simples acesso a meios de comunicação não capta adequadamente o efeito do desenvolvimento cognitivo sobre o comportamento político. Ainda assim, permanece válida a hipótese de que a participação eleitoral tende a ser mais alta nos países com maiores índices de alfabetização — como São Tomé e Príncipe e Cabo Verde — em comparação a Angola e Moçambique.

A variável foi mensurada com base na taxa de alfabetização de adultos, definida como a proporção de pessoas com 15 anos ou mais capazes de ler e escrever com compreensão uma frase simples sobre sua vida cotidiana, conforme os dados reportados pelo World Bank (2025).

Quadro 6 - Síntese das variáveis micro e macro para análise da participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP

Dimensão	Variável	Nível	Escala
Variáveis sociodemográficas	Sexo	Micro	0 = (mulher), 1 = (homem)
	Idade	Micro	0 – 3
	Religião	Micro	0 – 2
	Local de residência	Micro	0 = (urbano), 1 = (rural)
Variáveis socioeconômicas	Renda proxy (fome)	Micro	Binária (0 – 1)
	Escolaridade	Micro	Ordinal (0 – 2)
	Atenção a mídia	Micro	Binária (0 – 1)
Variáveis atitudinais e comportamentais	Discussão política	Micro	Binária (0 – 1) (continuação)
	Confiança nas Inst. Políticas	Micro	Binária (0 – 1)
	Satisfação com a democracia	Micro	Binária (0 – 1)
	Adesão a democracia	Micro	Binária (0 – 1)

			(continuação)
	Avaliação econômica do país	Micro	Binária (0 – 1)
Variáveis de Mobilização	Identificação partidária	Micro	Binária (0 – 1)
	Participar de org. comunitárias	Micro	Binária (0 – 1)
	Participação em protestos	Micro	Binária (0 – 1)
Variáveis Institucionais	Sistema de governo	Macro	0 = presidencialista 1 = semipresidencialista
	Eleições simultâneas	Macro	Binária (1= sim) e (1= não)
	Poderes do Presidente	Macro	Contínua
	Sistema eleitoral	Macro	Categórica
	Reeleição	Macro	Binária (0 – 1)
Variáveis conjunturais	PIB per capita	Macro	Mil US\$
	Tamanho da população	Macro	Total da População
	Urbanização	Macro	% habitação urbana
	Alfabetização	Macro	% pop. alfabetizada

Fonte: Elaborado pelo autor (2025)

4.3. Modelo de análise

Na ciência política e em áreas afins, a regressão múltipla constitui uma das técnicas mais amplamente utilizadas nas pesquisas que adotam métodos quantitativos. Trata-se de uma ferramenta poderosa para investigar relações entre variáveis em contextos nos quais experimentos controlados não são viáveis (Wooldridge, 2008). No entanto, sua aplicação depende de alguns pressupostos fundamentais, entre os quais se destaca o da independência das observações. Esse pressuposto implica que as unidades de análise — por exemplo, indivíduos respondentes em *surveys* — não compartilham entre si influências sistemáticas oriundas de fatores comuns.

Na prática, entretanto, esse pressuposto é frequentemente violado nas pesquisas em Ciência Política, sobretudo em estudos comparativos ou que envolvem múltiplos respondentes inseridos em contextos nacionais semelhantes. Indivíduos de um mesmo país, por exemplo, tendem a estar sujeitos a padrões institucionais, culturais e socioeconômicos similares, o que compromete a independência das observações e, por

consequência, a validade dos testes estatísticos realizados.

Quando esse tipo de dependência contextual não é tratado adequadamente, os erros padrão dos coeficientes tendem a ser subestimados, o que eleva o risco de erro tipo I — ou seja, de rejeição indevida da hipótese nula (Kvanli; Guynes; Pavur, 1996). Para lidar com esse problema, uma alternativa consolidada na literatura é a utilização de modelos multinível, também conhecidos como modelos hierárquicos (Raudenbush; Bryk, 2002). Essa abordagem permite considerar simultaneamente variáveis em diferentes níveis de agregação, oferecendo estimativas mais robustas dos efeitos individuais e contextuais. Parte-se da premissa de que indivíduos inseridos em um mesmo grupo (como escolas, bairros ou países) compartilham características e influências comuns, sendo necessário modelar tais efeitos de forma explícita.

Contudo, a aplicação de modelos multinível nesta pesquisa mostrou-se inviável em virtude das características da base de dados utilizada. Embora o estudo envolva quatro países — Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe —, a unidade analítica no segundo nível da hierarquia corresponde a combinações de país e ano (país/ano), totalizando 19 observações. Esse número é insuficiente para sustentar estimativas confiáveis em modelos que incluem variáveis contextuais de nível 2. A literatura metodológica é clara ao advertir que, com um número reduzido de unidades no nível contextual, como é exatamente o caso aqui, os coeficientes estimados tornam-se instáveis, os erros padrão são imprecisos, e os testes de significância perdem validade (Maas; Hesseling, 2005; Bryan; Jenkins, 2016).

A limitação torna-se ainda mais relevante diante da proposta analítica desta pesquisa, que busca explorar uma série de variáveis contextuais — como PIB per capita, densidade populacional, urbanização e taxas de alfabetização — para compreender variações na participação eleitoral. Com apenas 19 unidades país/ano, não há variabilidade suficiente para estimar de forma robusta os efeitos de múltiplas variáveis de nível 2. A tentativa de incluí-las simultaneamente em um modelo hierárquico resultaria em sérios problemas de colinearidade e sobreajuste de modelo (*overfitting*), comprometendo a validade substantiva e estatística dos achados.

Diante desse cenário, optou-se por uma estratégia metodológica alternativa: as análises estatísticas foram conduzidas exclusivamente no nível micro (individual), por meio de modelos de regressão logística, enquanto as variáveis de nível macro foram tratadas de forma complementar, em uma análise qualitativa comparativa. Segundo Rocha (2014), a regressão logística é um modelo estatístico usado quando se deseja explicar uma variável resposta categórica em função de variáveis explicativas quantitativas ou qualitativas. No caso da variável dependente Y assumir dois possíveis estados (0 ou 1), e haver um conjunto de p variáveis independentes $X_1, X_2 \dots, X_p$, o modelo de regressão pode ser descrito da seguinte forma:

$$P(Y = 1) = \frac{1}{1 + e^{-g(x)}}$$

Onde:

$$g(x) = B_0 + B_1 X_1 \dots B_p X_p$$

Como destacamos anteriormente, a nossa variável dependente - participação eleitoral foi recodificada para uma variável binária com os seguintes valores: zero (0) para indivíduos que afirmaram que não participaram nas eleições nacionais e um (1) para indivíduos que afirmaram que participaram nas eleições nacionais nos PALOP. Assim, as regressões logísticas foram analisadas com base nas eleições e rodadas disponíveis para cada país tomando como condição a disponibilidade das variáveis independentes em cada rodada analisada. Essa escolha permite respeitar os limites da base de dados e, ao mesmo tempo, incorporar elementos contextuais relevantes à interpretação dos resultados. Trata-se, portanto, de uma solução metodologicamente coerente com as boas práticas recomendadas para estudos com número reduzido de unidades contextuais, preservando a validade interna das análises quantitativas e enriquecendo a discussão com elementos qualitativos.

5 RESULTADOS E ANÁLISE DAS REGRESSÕES

Este capítulo tem como objetivo de apresentar, discutir e analisar os efeitos das variáveis independentes de nível micro e macro sobre a participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP. A técnica usada para análise dos resultados de nível micro foi a regressão logística com base nas eleições e rodadas surveys de cada país. Assim sendo, a nossa discussão está organizada em três subsecções: a primeira, analisamos os resultados das regressões por país, na segunda subsecção, comparamos os condicionantes micro da participação eleitoral nos PALOP e por último, analisamos comparativamente os condicionantes de nível macro de participação eleitoral nas eleições gerais dos PALOP.

5.1 Condicionantes da participação eleitoral em Angola

Quem participa em Angola? A literatura sobre participação eleitoral no país ainda é escassa em nível micro. Poucos estudos se propõem a investigar quem vota e por que nesse contexto. Entre as raras contribuições, Bye *et al.* (2022) identificaram que homens participam ligeiramente mais do que mulheres, embora as diferenças de gênero não sejam muito expressivas. Nossos achados corroboram essa tendência: os indivíduos do sexo masculino apresentam chances levemente maiores de comparecer às urnas, mas sem significância estatística em nenhuma das rodadas analisadas. Isso indica que, embora o gênero seja uma variável frequentemente destacada em estudos de participação política, seu efeito no contexto angolano é modesto, possivelmente mediado por outros fatores como networks e engajamento cívico.

A variável idade, por sua vez, mostra-se decisiva e alinhada à literatura internacional. Indivíduos entre 18 e 24 anos têm as menores taxas de participação — um padrão também observado em outros países africanos e regiões do mundo. Como apontam diversos estudos (Kuenzi; Lambright, 2005; Perreira, 2023), jovens tendem a se engajar mais em formas não convencionais de participação política, como marchas, protestos e ativismo digital. No caso angolano, indivíduos de 25 a 35 anos têm cerca de três vezes mais chances de votar do que os jovens de 18 a 24 anos, com razões de chance de 3,65 na rodada 8 e 3,84 na rodada 9. A mesma tendência se verifica nas faixas etárias de 36 a 55 anos e acima de 55 anos. Esses dados confirmam que a probabilidade de participação eleitoral aumenta com a idade — o que pode ser

interpretado à luz da teoria da aquisição de recursos e do acúmulo de competências cívicas ao longo da vida (Verba; Schlozman; Brady, 1995).

A residência urbana ou rural não exerce efeito relevante sobre a participação. As razões de chance foram próximas de 0,91 na rodada 8 e 1,06 na rodada 9, e não foram estatisticamente insignificantes. O mesmo se aplica à variável renda e ao acesso à mídia. Ainda que se observe uma leve tendência à abstenção entre os que afirmam já ter passado fome, os efeitos também não são significativos (odds ratios de 0,86 e 0,94). Esses resultados sugerem que, no contexto angolano, as barreiras estruturais clássicas — como pobreza e localização geográfica — não explicam por si só a decisão de votar. Isso se alinha à literatura sobre regimes híbridos, que mostra como, nesses contextos, a motivação para votar está fortemente associada a percepções sobre legitimidade do processo eleitoral, e não apenas ao acesso a recursos (Schedler, 2002).

A identificação partidária, como esperado pela literatura, aumenta significativamente a probabilidade de comparecimento. Indivíduos que se identificam com algum partido político apresentam razões de chance de 1,64 na rodada 8 e 1,43 na rodada 9, em comparação com aqueles sem identificação partidária. Essa redução ao longo do tempo pode refletir um desgaste do sistema partidário, fortemente bipolarizado entre MPLA e UNITA. Ainda assim, o efeito permanece estatisticamente significativo, confirmando o argumento de que a identidade partidária fornece um atalho cognitivo e afetivo importante para a mobilização (Campbell *et al.*, 1960).

O envolvimento em organizações comunitárias, uma forma de participação política não institucionalizada, também se mostrou positivamente associado ao voto, confirmando as pesquisas internacionais em outras regiões. Indivíduos que participam dessas organizações têm razões de chance superiores a 1 nas duas rodadas, com efeito especialmente expressivo em 2022. Esses achados corroboram a ideia de que o associativismo funciona como uma “escola cívica”, fornecendo recursos e incentivos para o engajamento político (Brady; Verba; Schlozman, 2018), sobretudo em contextos em que os canais formais são pouco confiáveis ou inacessíveis.

Em contraste, o interesse por política e a frequência de discussões políticas com familiares e amigos não apresentam o comportamento esperado, o que nos surpreendeu. Em 2022, indivíduos que discutiam política regularmente tinham menor probabilidade de

votar (odds ratio de 0,64), e em 2023 o efeito desaparece (0,91). A literatura costuma apontar uma relação positiva entre discussões políticas e participação (Delli Carpini & Keeter, 1996), mas nossos achados sugerem que, no contexto angolano, o debate político pode estar associado ao cinismo e à desafeição. O descrédito nas instituições e a percepção de que o voto não altera o status quo podem fazer com que as conversas sobre política expressem frustração mais do que mobilização. De forma semelhante, o interesse por política, geralmente um dos preditores mais robustos da participação, não apresentou efeito significativo nas rodadas analisadas. Isso pode indicar uma dissociação entre atitudes e comportamentos políticos em contextos autoritários: mesmo interessados por política, os indivíduos podem optar por não votar, seja por falta de confiança no processo, seja por acreditar que o resultado está previamente definido. Como apontam Bye *et al.* (2022), a baixa transparência eleitoral e as denúncias de fraude - especialmente feitas pela UNITA — corroem a crença na eficácia do voto.

Um dos achados mais instigantes diz respeito à avaliação da economia. A abordagem da escolha racional sugeriria que eleitores satisfeitos com a economia tenderiam a votar em reconhecimento ao desempenho do incumbente. No entanto, observamos o oposto: a avaliação positiva da economia está negativamente associada à participação eleitoral. Em outras palavras, indivíduos satisfeitos com a economia apresentam menor probabilidade de comparecer às urnas do que os insatisfeitos. Essa relação paradoxal pode indicar que a apatia política está associada à complacência: quem vê avanços na economia talvez não se sinta mobilizado a agir. Por outro lado, os insatisfeitos parecem mais motivados a votar como forma de protesto. Esse padrão é compatível com contextos de baixa accountability, em que o voto pode funcionar como mecanismo simbólico de contestação, mesmo sem perspectivas reais de mudança.

Por fim, observamos que indivíduos satisfeitos com a democracia e que confiam no presidente da República e na Comissão Nacional Eleitoral (CNE) têm menos chances de participar das eleições do que aqueles insatisfeitos e desconfiados. Esse achado desafia diretamente o senso comum e parte da literatura, que associa confiança institucional à maior disposição para o voto. No caso angolano, a insatisfação com a democracia e a desconfiança institucional parece exercer um efeito mobilizador, sugerindo que parte do eleitorado vê nas eleições uma oportunidade de expressar seu

descontentamento — mesmo diante de uma arena eleitoral limitada. Isso reforça a ideia de que, em regimes híbridos, a motivação para votar pode estar mais ligada ao protesto contra o governo no poder do que, propriamente, à lealdade institucional.

Em síntese, a idade, identificação partidária e envolvimento em organizações comunitárias são os principais vetores de mobilização. Por outro lado, variáveis como interesse por política, confiança institucional e satisfação com a democracia apresentam efeitos inesperados ou nulos — o que sugere que, em contextos autoritários, como é o caso angolano, o engajamento político é mediado por lógicas próprias. As razões de chance encontradas nas regressões indicam que a participação está mais fortemente associada à crítica do sistema do que ao seu endosso. Isso reforça a ideia de que o voto, mesmo em regimes de baixa qualidade democrática, pode ser um instrumento de agência política — ainda que limitado — para os insatisfeitos.

Tabela 1- Condicionantes da participação eleitoral em Angola nas eleições gerais de 2017 e 2022

	Rodada 8	Rodada 9
	2022	2023
Homem	1.060 (0.141)	1.260 (0.251)
25 a 35 anos	3.528*** (0.541)	3.946*** (0.909)
36 a 55 anos	4.355*** (0.802)	5.447*** (1.489)
+ de 55 anos	4.393*** (1.503)	7.162*** (3.345)
Vive em área urbana	0.829 (0.145)	0.925 (0.227)
Ensino médio	1.181 (0.184)	1.477 (0.351)
Ensino superior	1.783** (0.421)	2.028** (0.699)
Renda <i>proxy</i> (passou fome)	0.907 (0.122)	1.072 (0.216)
Atento a mídia	0.879 (0.124)	0.977 (0.204)
Se identifica com part. Político	1.688*** (0.228)	1.446* (0.284)
Cristão	1.224	0.877

	(Continuação)	
	(0.183)	(0.251)
Discute assuntos políticos	0.641*** (0.111)	0.867 (0.219)
Participa de org.comunitárias	1.647*** (0.248)	1.392 (0.295)
Participa em protesto	1.257 (0.223)	0.771 (0.211)
Avalia bem a econômica	0.590*** (0.117)	0.746 (0.162)
Satisfeito com a democracia	0.933 (0.180)	1.064 (0.243)
Adere a democracia	0.966 (0.130)	1.029 (0.198)
Confia no presidente	0.877 (0.176)	1.223 (0.477)
Confia no parlamento	1.463 (0.374)	1.240 (0.523)
Confia na CNE	0.709 (0.184)	0.872 (0.330)
Constante	0.743 (0.189)	0.524 (0.222)
Observações (N)	1,351	661

Erro padrão entre parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Afrobarometer (2025)

5.2 Condicionantes da participação Eleitoral em São Tomé e Príncipe

Quem participa nas eleições gerais em São Tomé e Príncipe? Ao contrário de contextos autoritários ou híbridos como o de Angola, São Tomé e Príncipe apresenta um ambiente eleitoral mais aberto, com eleições classificadas como livres e justas pela Freedom House. Isso cria condições institucionais mais favoráveis à mobilização cidadã, como atestam os dados desta análise. Constatamos que, ao longo dos anos, a participação eleitoral no país tem se tornado cada vez mais influenciada por fatores estruturais (como idade e escolaridade) e comportamentais (como identificação partidária, exposição à mídia e engajamento cívico). Por outro lado, a pobreza extrema emerge como um obstáculo recente à cidadania ativa, e a confiança nas instituições tradicionais perdeu parte de sua capacidade de mobilização.

Nas eleições de 2016 (rodada 7), observamos que homens apresentaram probabilidade ligeiramente maior de votar do que mulheres (odds ratio de 0,65 para o sexo feminino), o que indica uma leve vantagem masculina no comparecimento às urnas. A escolaridade, por sua vez, mostrou efeito substancial: indivíduos com ensino superior tinham mais que o dobro de chances de votar em relação àqueles com ensino fundamental ou sem instrução (odds ratio de 2,05). Esses achados são coerentes com a literatura sobre recursos cívicos (Verba; Schlozman; Brady, 1995), que associa níveis mais altos de escolarização ao aumento da capacidade de compreensão política, senso de eficácia e disposição para o engajamento eleitoral.

Em 2016, a participação comunitária e a adesão a protestos não se mostraram associadas positivamente ao voto. Indivíduos engajados em protestos tinham menor probabilidade de votar (odds ratio de 0,55), e mesmo aqueles ligados a organizações comunitárias apresentaram chances apenas levemente superior, sem significância estatística (odds ratio de 1,91). Esse padrão sugere que, naquele momento, havia uma dissociação entre formas convencionais e não convencionais de participação — algo já identificado na literatura sobre participação política em democracias frágeis (Dalton, 2008). Ou seja, o protesto ainda era, em parte, uma alternativa ao voto.

No entanto, esse quadro se altera nas eleições de 2018 e 2022 (rodadas 8 e 9). A variável idade passa a exercer um efeito crescente sobre a participação. Indivíduos entre 25 e 35 anos apresentaram odds ratios de 1,74 em 2019 e 3,51 em 2023, em comparação com a faixa etária de 18 a 24 anos. Ou seja, nas eleições mais recentes, os mais velhos se engajam mais nas urnas, o que indica um amadurecimento do padrão de participação em São Tomé e Príncipe. A crescente importância da idade também pode refletir a consolidação de hábitos cívicos entre os eleitores e uma maior confiança no processo político por parte das faixas etárias com mais experiência.

O mesmo padrão é observado no caso da identificação partidária, outro importante preditor da participação. Indivíduos que se identificavam com partidos tinham odds ratio de 1,81 em 2018 e 2,44 em 2022 — ou seja, mais que o dobro de chances de votar em relação aos eleitores sem identificação partidária. Esse resultado está alinhado à literatura clássica que destaca o papel da partidarização como mecanismo de

mobilização (Campbell *et al.*, 1960), e reflete uma realidade democrática mais estável, com liberdade de filiação e alternância pacífica de poder.

Outro aspecto que diferencia São Tomé e Príncipe de contextos autoritários é o papel da confiança institucional. Em 2016, indivíduos satisfeitos com a democracia (odds ratio 1,91) e que confiavam no presidente (odds ratio 1,79) apresentaram significativamente mais chances de comparecer às urnas. Esses achados estão em consonância com os resultados de Ribeiro, Borba e Silva (2014), que mostram que o “democratismo” — ou a valorização da democracia como regime preferível — eleva substancialmente a propensão ao voto na América Latina.

O engajamento cívico também passou a exercer papel central nas eleições de 2018 e 2022. Indivíduos que participavam de organizações comunitárias apresentaram odds ratios de 2,07 (2019) e 2,23 (2023), e aqueles que aderiram a protestos, odds ratio de 2,18 em 2019. Esses valores indicam mais que o dobro de chances de votar em comparação com indivíduos não engajados. Ao contrário do observado em 2016, aqui há uma clara convergência entre participação convencional e não convencional, o que denota uma democracia mais participativa, em que os cidadãos mobilizados em diversas frentes tendem também a se expressar pelas urnas. Isso reforça a ideia de que a vida associativa e os protestos podem funcionar como canais de socialização, aprendizado político e reforço da cidadania (Brady *et al.*, 2018; Norris, 2002).

Um resultado surpreendente apareceu na rodada mais recente, de 2022. Indivíduos que afirmaram ter passado fome tinham menor probabilidade de votar, em comparação com aqueles que nunca passaram por essa situação. Embora esse resultado seja intuitivo — já que a privação extrema reduz a capacidade e a motivação para o engajamento político —, ele também pode sinalizar o surgimento de novas vulnerabilidades sociais no país. A persistência dessa tendência poderá comprometer a inclusão política, caso não haja políticas públicas efetivas.

Por fim, a exposição à mídia, medida pelo hábito de acompanhar notícias via rádio e televisão, mostrou-se positivamente associada à participação eleitoral em 2022. Indivíduos informados por esses meios tinham quase o dobro de chance de votar (odds ratio de 1,99). Trata-se de um resultado esperado e amplamente documentado na literatura, que mostra o papel dos meios tradicionais de comunicação como ferramentas

de mobilização eleitoral, especialmente em contextos com elevada confiança institucional (Delli Carpini; Keeter, 1996; Norris, 2000).

A análise de São Tomé e Príncipe revela uma trajetória de amadurecimento democrático. Enquanto nas eleições de 2016 ainda se observava uma separação entre participação convencional e não convencional, os pleitos de 2018 e 2022 demonstram uma crescente convergência entre diferentes formas de engajamento político. A idade, a escolaridade, a identificação partidária, o engajamento comunitário e o acesso à informação se consolidam como os principais preditores da participação eleitoral. Por outro lado, a pobreza extrema — medida pela experiência de fome — surge como um novo fator de exclusão. Ao contrário de Angola, onde o voto parece ser usado como forma de protesto por parte dos insatisfeitos, em São Tomé e Príncipe a confiança institucional e a valorização da democracia continuam a exercer papel mobilizador. Esse contraste revela a importância do ambiente institucional para o funcionamento das democracias e sugere que, em contextos mais abertos, o voto tende a refletir a integração cívica mais do que a contestação política.

Tabela 2 - Condicionantes da participação eleitoral em São Tomé e Príncipe nas eleições gerais de 2016, 2018 e 2022

	(rodada 7)	(rodada 8)	(rodada 9)
	2016	2019	2023
Homem	0.652* (0.151)	0.938 (0.191)	0.790 (0.163)
25 a 35 anos	1.029 (0.310)	1.760** (0.464)	3.518*** (0.948)
36 a 55 anos	1.303 (0.432)	1.748** (0.472)	2.827*** (0.766)
+ de 55 anos	0.976 (0.482)	1.894* (0.704)	3.393*** (1.251)
Vive em área urbana	0.871 (0.219)	0.766 (0.177)	0.688 (0.160)
Ensino médio	1.435 (0.398)	0.878 (0.205)	1.188 (0.289)
Ensino superior	2.058* (0.891)	1.081 (0.409)	1.261 (0.475)
Renda <i>proxy</i> (passou fome)	0.999 (0.310)	0.959 (0.251)	0.634** (0.139)
Atento à mídia	1.111	1.292	1.998***

	(Continuação)		
	(0.304)	(0.266)	(0.406)
Se identifica com part. político	0.949	1.828***	2.444***
	(0.240)	(0.406)	(0.526)
Cristão	1.013	1.025	1.040
	(0.342)	(0.263)	(0.282)
Discute assuntos políticos	1.493	1.286	1.162
	(0.467)	(0.387)	(0.320)
Participa em org. comunitárias	1.283	2.076***	2.230***
	(0.315)	(0.535)	(0.504)
Participa em protesto	0.552**	2.182**	1.350
	(0.152)	(0.863)	(0.444)
Avaliação bem a econômica	0.893	1.024	0.709
	(0.273)	(0.255)	(0.155)
Satisfeito com a democracia	1.916*	1.659	0.887
	(0.649)	(0.568)	(0.201)
Adere a democracia	1.183	1.360	1.213
	(0.278)	(0.270)	(0.242)
Confia no presidente	1.791**	0.994	0.957
	(0.507)	(0.289)	(0.311)
Confia no parlamento	0.723	1.516	1.058
	(0.219)	(0.514)	(0.417)
Confia na CNE	0.743	1.148	1.247
	(0.221)	(0.356)	(0.457)
Constante	5.032***	1.637	1.336
	(2.690)	(0.658)	(0.538)
Observações	721	912	985

Erro padrão entre parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Afrobarometer (2025)

5.3 Condicionantes da participação eleitoral em Cabo Verde

A participação eleitoral em Cabo Verde apresenta múltiplos determinantes, combinando fatores sociodemográficos e atitudinais em um contexto institucional que favorece o engajamento. Trata-se de uma das democracias mais consolidadas da África, reconhecida internacionalmente por sua estabilidade, alternância de poder e respeito às liberdades civis e políticas. Esse cenário se reflete nos padrões de comparecimento às urnas ao longo dos pleitos realizados desde os anos 2000.

Os dados indicam que, em geral, os homens tendem a participar mais das eleições do que as mulheres, embora as diferenças sejam discretas. Nas eleições de 2006 (rodada 3) e 2011 (rodada 5), por exemplo, os homens apresentaram maior probabilidade de comparecimento, com odds ratios de 0,84 e 0,87 para o sexo feminino. A idade, por outro lado, se destaca como um dos fatores mais consistentes ao longo do tempo. Adultos entre 25 e 35 anos apresentaram odds ratio de 3,52 nas eleições de 2021, enquanto faixas etárias superiores, como a de 36 a 55 anos e a de 55 anos ou mais, também demonstraram participação significativamente mais elevada do que os jovens entre 18 e 24 anos. Esses achados são compatíveis com a literatura de Inglehart e Norris (2003), que associa maior idade e estabilidade social a níveis mais altos de engajamento político, sugerindo que a socialização política e o senso de responsabilidade cívica se fortalecem com o passar dos anos.

A escolaridade, diferentemente do esperado, não apresentou um padrão uniforme. Nas eleições de 2001 (rodada 3), indivíduos com nível médio ou superior tinham menos chances de votar do que aqueles com ensino fundamental (odds ratio de 0,30), o que pode refletir desilusão ou distanciamento em relação à política institucional. Contudo, esse padrão se reverteu nas eleições de 2016 (rodada 8), quando a escolaridade passou a exercer impacto positivo, com odds ratio de 1,78. Tal mudança sugere uma reconfiguração na relação entre educação e participação, possivelmente influenciada por maior profissionalização das campanhas, renovação do sistema partidário ou maior acesso à informação entre os mais escolarizados.

A relação entre local de residência e participação também oscilou ao longo do tempo. Até 2015, moradores das áreas urbanas apresentavam maior probabilidade de comparecer às urnas (odds ratio de 1,29). No entanto, esse padrão se inverteu nas eleições de 2021 (rodada 9), quando os residentes urbanos passaram a participar menos (odds ratio de 0,65), contrariando as previsões da teoria da modernização de Lipset (1960), segundo a qual a urbanização estaria associada ao aumento da consciência cívica. A queda do engajamento urbano pode sinalizar um processo de saturação política, desencanto com as elites urbanas ou o surgimento de novas formas de desconexão entre juventude urbana e sistema político.

Os fatores atitudinais desempenham papel central na explicação da participação. A identificação partidária é o preditor mais consistente em todas as rodadas analisadas. Indivíduos que se identificam com partidos apresentaram mais de duas vezes de chances de votar em comparação com os apartidários, com odds ratio de 2,40 nas eleições de 2001. Esse padrão reforça o argumento clássico de Downs (1957), segundo o qual os partidos políticos funcionam como atalhos cognitivos, reduzindo os custos de informação e aumentando o senso de obrigação cívica. A adesão à democracia também se revelou fortemente associada ao voto: na rodada 3 (2005), referentes às eleições de 2001, os indivíduos que declararam preferir a democracia a qualquer outro regime tinham odds ratio de 2,56. Esse efeito se manteve robusto nas eleições de 2021 (rodada 9), com odds ratio de 2,05. A satisfação com a democracia, por sua vez, apresentou odds ratios de 1,65 (2015) e 1,60 (2019), indicando que tanto a legitimidade do regime quanto a experiência subjetiva de bem-estar democrático mobilizam o eleitorado cabo-verdiano.

A análise também revela o papel relevante das networks e do engajamento cívico. Participar de organizações comunitárias e discutir assuntos políticos com frequência estão positivamente associados ao voto. Na rodada 8, referente às eleições de 2022, os indivíduos que discutiam frequentemente política com amigos e familiares tinham odds ratio de 0,64 — um valor estatisticamente significativo, ainda que inferior ao observado em outros contextos. Esses resultados sustentam a perspectiva de Verba, Nie e Kim (1978), segundo a qual o capital social e o engajamento em redes cívicas funcionam como motores importantes da ação política. A atenção à mídia também aparece como fator relevante nos modelos estatísticos: o aumento da exposição a rádio e televisão observado em 2008 coincide com picos de participação, confirmando o papel mobilizador dos meios de comunicação tradicionais, sobretudo em democracias com forte presença estatal e grande penetração dos meios públicos.

A relação entre pobreza e participação, no entanto, é mais ambígua. A variável “passou fome” — usada como proxy de privação econômica — apresentou efeitos oscilantes ao longo dos anos. Em 2023 (rodada 9), observou-se um aumento na participação entre os mais pobres (odds ratio de 1,18), o que pode indicar a presença do chamado “voto de protesto”, conforme sugerido por Gurr (1970). Por outro lado, a avaliação econômica negativa tendeu a reduzir o comparecimento às urnas, sugerindo

que parte dos eleitores descontentes adota uma estratégia de abstenção como forma de deslegitimação silenciosa do processo eleitoral. Essa tensão entre engajamento motivado pela indignação e retraimento por desalento revela um dilema clássico das democracias: a linha tênue entre crítica ativa e alienação.

Por fim, observa-se que a confiança em instituições como o parlamento e a Comissão Nacional de Eleições tem impacto limitado sobre a decisão de votar. Isso pode indicar que, em regimes democráticos consolidados como o cabo-verdiano, a legitimidade do sistema é internalizada de maneira mais difusa e não depende diretamente da avaliação pontual de órgãos específicos. Os modelos de regressão logística analisados sugerem, em síntese, que a mobilização política em Cabo Verde se ancora principalmente no vínculo com partidos, no engajamento cívico e na valorização da democracia, enquanto fatores econômicos e confiança institucional exercem efeitos secundários ou inconsistentes, padrão semelhante ao de democracias mais desenvolvidas. A queda da participação em centros urbanos e o afastamento dos jovens, contudo, representam alertas importantes para o futuro do regime.

Tabela 3 - Condicionantes da participação eleitoral em Cabo Verde nas eleições gerais de 2001 a 2023

	(R3) 2005	(R4) 2008	(R5) 2015	(R6) 2016	(R7) 2019	(R8) 2022	(R9) 2023
Homem	0.703 (0.211)	0.844 (0.243)	0.873 (0.193)	0.679* (0.144)	0.713** (0.121)	1.060 (0.141)	0.682** (0.111)
25 a 35 anos	1.303 (0.547)	1.491 (0.515)	1.361 (0.375)	1.584* (0.410)	1.122 (0.245)	3.528** (0.541)	1.046 (0.257)
36 a 55 anos	2.108 (1.011)	3.425*** (1.474)	1.386 (0.415)	1.613 (0.505)	1.992*** (0.488)	4.355** (0.802)	1.665* (0.438)
+ de 55 anos	1.606 (0.916)	3.813** (2.437)	2.106 (0.978)	3.619** (1.854)	1.565 (0.453)	4.393** (1.503)	2.320*** (0.700)
Vive na área urbano	0.637 (0.195)	0.878 (0.290)	1.294 (0.325)	1.115 (0.270)	0.785 (0.149)	0.829 (0.145)	0.651** (0.123)
Ensino médio	1.016 (0.390)	1.096 (0.392)	0.898 (0.244)	0.882 (0.241)	0.797 (0.166)	1.181 (0.184)	1.087 (0.212)
Ensino superior	0.303** (0.149)	1.015 (0.498)	0.886 (0.321)	1.186 (0.415)	0.846 (0.236)	1.783** (0.421)	1.263 (0.332)
Renda proxy (passou fome)	0.929	0.982	0.908	0.638	0.852	0.907	1.180

	(cont.)						
	(0.366)	(0.390)	(0.282)	(0.231)	(0.227)	(0.122)	(0.250)
Atento à mídia	0.725	1.652	1.236	1.364	1.179	0.879	1.295
	(0.226)	(0.520)	(0.271)	(0.285)	(0.199)	(0.124)	(0.208)
Se identifica com part. político	2.404***	2.168***	1.799***	2.279***	1.849***	1.688**	2.055***
	(0.704)	(0.621)	(0.401)	(0.537)	(0.340)	(0.228)	(0.367)
Cristão	0.592	2.171*	1.122	1.501	0.916	1.224	1.031
	(0.245)	(0.907)	(0.273)	(0.381)	(0.192)	(0.183)	(0.193)
Discute. assunt. políticos	0.944	1.385	1.128	1.101	1.376	0.641**	0.855
	(0.338)	(0.549)	(0.300)	(0.302)	(0.354)	(0.111)	(0.177)
Participa de Org. comutárias	0.589*	1.008	1.856***	1.179	2.163***	1.647**	1.438*
	(0.184)	(0.329)	(0.436)	(0.270)	(0.411)	(0.248)	(0.277)
Participa de protesto	0.551	2.069	1.200	0.880	1.110	1.257	1.030
	(0.245)	(0.969)	(0.383)	(0.273)	(0.291)	(0.223)	(0.233)
Avalia bem a econômica	2.005	1.087	1.025	1.389	0.821	0.590**	0.556**
	(1.083)	(0.423)	(0.371)	(0.474)	(0.208)	(0.117)	(0.149)
Satisfeito com a democracia	0.667	0.863	1.654**	1.297	1.605**	0.933	1.029
	(0.267)	(0.253)	(0.388)	(0.334)	(0.360)	(0.180)	(0.203)
Adere a democracia	2.560***	0.399	1.133	1.687*	0.859	0.966	2.050***
	(0.912)	(0.306)	(0.398)	(0.451)	(0.172)	(0.130)	(0.403)
Confia no Presidente	0.873	0.797	1.493	0.792	1.374	0.877	1.086
	(0.363)	(0.327)	(0.403)	(0.219)	(0.332)	(0.176)	(0.220)
Confia no Parlamento	0.824	2.340*	0.815	0.858	0.821	1.463	0.876
	(0.436)	(1.028)	(0.242)	(0.256)	(0.212)	(0.374)	(0.304)
Confia na CNE	1.840	0.562	1.711*	1.474	1.217	0.709	1.281
	(0.903)	(0.229)	(0.480)	(0.431)	(0.310)	(0.184)	(0.307)
Constante	6.359***	2.472	0.857	1.011	2.269**	0.743	1.296
	(4.318)	(2.350)	(0.437)	(0.495)	(0.847)	(0.189)	(0.478)
Observações	612	647	764	743	964	1,351	1,045

Erro padrão entre parênteses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Afrobarometer (2025)

5.4 Condicionantes da participação eleitoral em Moçambique

A participação eleitoral nas eleições gerais em Moçambique é influenciada por uma combinação de fatores individuais, contextuais e institucionais. As análises ao longo das séries temporais indicam que idade, escolaridade, identificação partidária,

engajamento comunitário, adesão e satisfação com a democracia são os principais determinantes da participação, enquanto variáveis estruturais como renda e local de moradia exercem efeitos menos consistentes ou até mesmo nulos.

A variável sexo não apresenta efeito sistemático sobre o comportamento eleitoral. Os homens têm chances significativamente superior de votar apenas em 2005 e 2023 (odds ratios de 1,80 e 1,47), sugerindo que, na maioria dos pleitos, homens e mulheres participam em níveis semelhantes. Essa ausência de um padrão mais claro indica que o gênero, isoladamente, não constitui um preditor forte da participação eleitoral em Moçambique. No entanto, como apontam Inglehart e Norris (2003), as desigualdades de acesso a recursos — especialmente entre os sexos — ainda podem influenciar padrões de engajamento. No caso moçambicano, onde grande parte das mulheres permanece restrita ao espaço doméstico, essas barreiras estruturais podem ser consideradas como potenciais condicionantes indiretos do comportamento eleitoral.

A idade, por sua vez, exerce impacto substantivo, assim como visto em outros países da região até aqui. Indivíduos das faixas etárias de 25 a 35 anos e de 36 a 55 anos apresentaram mais de três vezes a chance de votar em comparação com os mais jovens de 18 a 24 anos. O destaque vai para os eleitores com mais de 55 anos nas eleições de 2019 (rodada 9), que exibiram uma impressionante odds ratio de 12,81 — indicando que os mais velhos tinham mais de doze vezes a probabilidade de participar em relação aos mais jovens. Esses resultados confirmam a teoria de Verba *et al.* (1995), segundo a qual a estabilidade de vida, o acúmulo de recursos e o senso de dever cívico aumentam com a idade, promovendo maior engajamento político.

A escolaridade também se mostra um fator relevante, embora com efeitos mais localizados no tempo. Em 2019 (rodada 8), indivíduos com ensino superior tinham odds ratio de 2,47, e aqueles com ensino médio, em 2014, odds ratio de 1,54 — ambos significativamente superiores aos de indivíduos com ensino fundamental. De acordo com a teoria dos recursos cívicos (Brady; Verba; Schlozman, 2018), a escolarização amplia o repertório de habilidades políticas e a capacidade de processar informações, facilitando a participação eleitoral — especialmente em contextos marcados por baixa confiança institucional e desinformação. Esse parece ser o caso moçambicano.

Em contraste, o local de residência (urbano ou rural) não apresenta efeito consistente. A participação eleitoral ocorre em ambas as áreas, e os dados sugerem que fatores como infraestrutura eleitoral, mobilização partidária e confiança institucional pesam mais do que a urbanização per se. Essa constatação diverge das expectativas da teoria de modernização de Lipset (1960), que associa contextos urbanos a maior consciência cívica e participação, e sugere que, em Moçambique, a capacidade de mobilização dos partidos, especialmente da FRELIMO nas zonas rurais, pode equalizar a propensão ao voto, tornando essa variável mais complexa.

A pobreza, comi *proxy* e renda, medida por ter passado fome, mostra-se um forte preditor da abstenção eleitoral. Em 2019 (rodada 9), indivíduos em situação de insegurança alimentar tinham odds ratio de apenas 0,60 — ou seja, menos da metade da chance de votar em relação aos não pobres. Esse dado corrobora a teoria da exclusão social de Piven e Cloward (1977), que argumenta que a pobreza extrema afasta os cidadãos das instituições democráticas, não apenas por falta de recursos, mas também por desalento, descrença e prioridade a necessidades imediatas.

As atitudes políticas, por sua vez, revelam-se determinantes importantes do comportamento eleitoral. Indivíduos identificados com partidos políticos demonstraram maior propensão ao voto ao longo das eleições analisadas de forma bastante consistente no tempo. Em 2004 (rodada 4), por exemplo, a odds ratio foi de 2,35 — ou seja, mais do que o dobro da chance de participação em relação aos apartidários. Esse resultado corrobora a teoria do alinhamento partidário formulada por Campbell *et al.* (1960), segundo a qual a identificação partidária reduz os custos de decisão, organiza as preferências e aumenta o senso de obrigação política. A ausência de vínculos partidários, ao contrário, está associada à apatia e à abstenção.

A participação em organizações comunitárias e a adesão a protestos também influenciam positivamente o voto, embora de maneira mais pontual. Em 2019 (rodada 8), indivíduos engajados em associações comunitárias apresentaram chances significativamente maiores de votar. A participação em protestos, especialmente nas eleições de 2004 (rodada 9), foi associada a um aumento de mais de três vezes na probabilidade de comparecimento (odds ratio de 3,42). Esses dados indicam, em linhas gerais, que formas não institucionais de engajamento político podem fortalecer, e não

enfraquecer, a participação eleitoral — especialmente quando funcionam como espaços de socialização cívica e construção de repertórios políticos.

A legitimidade democrática também exerce papel central. A insatisfação com a democracia e a rejeição ao regime estão entre os principais fatores da abstenção. Por outro lado, indivíduos satisfeitos com o funcionamento do regime e que afirmam preferir a democracia a qualquer outra forma de governo têm maior probabilidade de votar. Em 2004 (rodada 4), a odds ratio entre os que preferem a democracia foi de 2,34.

A confiança institucional, por sua vez, sobretudo na Comissão Nacional de Eleições (CNE), aparece como um dos elementos mais frágeis do processo eleitoral moçambicano. Salvo exceções como a rodada 4 (2008), indivíduos que não confiam na CNE apresentam sistematicamente menor probabilidade de votar. Essa desconfiança é justificada por práticas recorrentes de parcialidade, favorecimento à FRELIMO e ausência de transparência — como a retenção das atas eleitorais e o comprometimento da apuração. A baixa confiança no parlamento e na CNE alimenta o sentimento de ineficácia política, reforçando o ciclo de abstenção e deslegitimação.

Em síntese, a participação eleitoral em Moçambique é influenciada por uma interação complexa entre fatores individuais — como idade, escolaridade, identificação partidária e engajamento cívico — e condicionantes contextuais, como pobreza, confiança nas instituições e estabilidade democrática. Os dados mostram que, em contextos de fragilidade institucional, a participação eleitoral é tanto expressão de pertencimento democrático quanto resposta às limitações do sistema. A abstenção, nesse cenário, não é apenas apatia, mas frequentemente uma forma silenciosa de protesto diante da desilusão com os mecanismos formais de representação.

Tabela 4 - Condicionantes da participação eleitoral em Moçambique nas eleições gerais de 2004 a 2023

	(R3) 2005	(R4) 2008	(R5) 2015	(R6) 2016	(R7) 2019	(R8) 2022	(R9) 2023
Homem	1.808* (0.650)	0.833 (0.274)	0.911 (0.198)	1.384* (0.243)	1.148 (0.214)	1.009 (0.185)	1.470** (0.286)
25 a 35 anos	4.225*** (1.962)	2.469*** (0.859)	2.177*** (0.562)	1.737*** (0.361)	1.943*** (0.468)	3.424*** (0.758)	4.579*** (1.017)
36 a 55 anos	2.405** (1.055)	6.816*** (3.440)	2.822*** (0.846)	2.161*** (0.518)	3.393*** (0.970)	3.655*** (0.869)	11.541*** (3.536)
+ de 55 anos	2.558	n/a	2.765**	1.753	4.027***	2.307**	12.815***

(Continuação)

	(1.768)		(1.313)	(0.685)	(1.691)	(0.894)	(7.355)
Vive na área urbano	0.645	2.257**	0.884	1.695***	1.179	1.013	0.964
	(0.248)	(0.907)	(0.212)	(0.338)	(0.241)	(0.209)	(0.210)
Ensino médio	1.263	1.173	1.428	0.909	1.153	0.776	1.542*
	(0.574)	(0.414)	(0.354)	(0.186)	(0.244)	(0.164)	(0.350)
Ensino superior	0.942	0.643	1.130	0.815	2.476**	1.950	1.891
	(0.850)	(0.389)	(0.406)	(0.252)	(0.971)	(1.256)	(0.819)
Renda proxy (fome)	1.174	1.344	0.802	0.744	0.741	1.019	0.609**
	(0.431)	(0.525)	(0.180)	(0.136)	(0.149)	(0.190)	(0.125)
Atento à mídia	1.361	1.168	0.918	0.804	1.100	1.384	0.792
	(0.610)	(0.473)	(0.221)	(0.163)	(0.245)	(0.316)	(0.184)
Se identifica com part. Político	0.879	2.358**	0.858	2.041***	1.239	1.438*	1.633**
	(0.515)	(0.814)	(0.222)	(0.374)	(0.237)	(0.270)	(0.330)
Cristão	0.587	2.065**	0.928	1.097	0.737	0.830	1.187
	(0.247)	(0.679)	(0.218)	(0.199)	(0.151)	(0.157)	(0.239)
Discute assuntos políticos	1.025	1.631	1.554*	0.753	1.175	1.315	1.432
	(0.419)	(0.551)	(0.404)	(0.185)	(0.321)	(0.411)	(0.473)
Participa de org.. comunitárias	1.139	1.081	1.510*	1.647***	1.126	1.741***	1.525**
	(0.461)	(0.377)	(0.368)	(0.292)	(0.236)	(0.336)	(0.320)
Participa em protesto	3.429**	0.642	0.927	1.229	1.060	0.830	0.821
	(1.911)	(0.262)	(0.308)	(0.342)	(0.235)	(0.219)	(0.300)
Avaliação bem a econômica	1.561	1.270	1.246	1.310	0.858	1.440**	1.040
	(0.605)	(0.417)	(0.280)	(0.231)	(0.166)	(0.266)	(0.207)
Satisfeito com a democracia	1.380	1.667	1.525*	1.396*	1.522**	1.569**	1.030
	(0.600)	(0.570)	(0.383)	(0.281)	(0.293)	(0.304)	(0.204)
Adere a democracia	0.814	2.344**	1.872***	1.702***	1.423*	1.248	1.023
	(0.322)	(0.800)	(0.445)	(0.300)	(0.265)	(0.229)	(0.199)
Confia no Presidente	1.085	1.612	2.070**	1.386	0.980	1.387	1.208
	(0.658)	(0.865)	(0.607)	(0.324)	(0.253)	(0.299)	(0.313)
Confia no Parlamento	0.816	0.298**	1.963**	1.531*	1.219	0.838	1.273
	(0.586)	(0.169)	(0.609)	(0.372)	(0.300)	(0.195)	(0.386)
Confia na CNE	1.066	2.497**	1.372	0.918	1.064	0.948	0.930
	(0.645)	(1.056)	(0.418)	(0.215)	(0.275)	(0.224)	(0.269)
Constante	4.940*	0.200**	0.597	0.586*	1.494	0.606	0.372***
	(4.497)	(0.141)	(0.270)	(0.183)	(0.566)	(0.196)	(0.125)
Observações	574	411	1,151	1,206	1,122	832	734

Erro padrão entre parênteses

*** $p < 0.01$, ** $p < 0.05$, * $p < 0.1$

Fonte: Elaborada pelo autor com base no Afrobarometer (2025)

5.4.1. Análise comparativa dos condicionantes micro da participação eleitoral nos PALOP

Os modelos de regressão logística estimam a probabilidade de participação eleitoral nos PALOP com base em variáveis sociodemográficas, atitudes políticas e formas de engajamento. A variável “sexo” não apresentou efeitos estatisticamente significativos ao longo das sete rodadas, com odds-ratios próximos de 1, indicando que não há diferença consistente na probabilidade de participação entre homens e mulheres nas eleições gerais nos países africanos lusófonos.

A faixa etária mostrou-se relevante em quase todas as rodadas, especialmente para os grupos entre 25 e 55 anos. Indivíduos de 25 a 35 anos apresentaram maior propensão à participação nas rodadas 3, 4, 5, 6, 7 e 8, com destaque para a rodada 8 (OR = 3.102, $p < 0.01$). De maneira semelhante, o grupo de 36 a 55 anos mostrou efeitos positivos e significativos em quase todas as rodadas, notadamente na rodada 8 (OR = 3.863, $p < 0.01$). Indivíduos com 56 anos ou mais também demonstraram maior propensão à participação nas rodadas 4 a 8, com odds-ratios entre 2.2 e 4.3, mas esse efeito desaparece na rodada 9.

A variável “área urbana” teve significância estatística apenas na última rodada, onde viver em área urbana reduz levemente a probabilidade de participação (OR = 0.823, $p < 0.1$), sugerindo que o efeito do local de moradia não é robusto ao longo do tempo.

No que se refere à escolaridade, os efeitos foram limitados nas primeiras rodadas, mas o ensino superior passou a ter impacto positivo e significativo a partir da rodada 7 (OR = 1.758, $p < 0.05$), ganhando força na rodada 8 (OR = 1.966, $p < 0.01$) e permanecendo relevante na rodada 9 (OR = 1.597, $p < 0.05$). Isso indica que a educação formal superior tende a aumentar a probabilidade de participação eleitoral, especialmente nas rodadas mais recentes nas eleições nacionais dos PALOP.

A identificação partidária teve efeitos positivos e significativos em praticamente todas as rodadas, com exceção da rodada 5. Os efeitos são mais pronunciados nas rodadas 4, 7 e 9, com odds-ratios superiores a 1.5 e significância a 1%, sugerindo que sentir-se próximo a um partido político é um dos fatores mais robustos para explicar a

participação eleitoral nas eleições nacionais dos PALOP.

As conversas sobre política mostraram efeitos positivos moderados. Indivíduos que conversam ocasionalmente sobre política tiveram maior probabilidade de participação nas rodadas 6, 8 e 9, com destaque para a rodada 9 (OR = 1.382, $p < 0.01$). Já os que sempre conversam não apresentaram efeitos consistentes, com significância marginal apenas na rodada 8 (com efeito negativo, OR = 0.789, $p < 0.1$).

O interesse por política teve efeitos expressivos nas rodadas 6 e 9. Indivíduos “interessados” e “muito interessados” apresentaram maior probabilidade de participar, com destaque para a rodada 6, onde os “muito interessados” tiveram OR = 3.147 ($p < 0.01$), e a rodada 9 (OR = 2.539, $p < 0.01$). O padrão sugere que, em contextos de maior competição ou engajamento político, o interesse subjetivo é um forte preditor de participação eleitoral nas eleições nacionais dos PALOP.

As avaliações da economia do país e da economia pessoal não mostraram padrões robustos, com poucos efeitos estatisticamente significativos. Na rodada 8, por exemplo, a avaliação “boa” da economia pessoal reduziu a chance de participação (OR = 0.764, $p < 0.05$), o que pode sugerir uma relação não linear entre bem-estar econômico e engajamento político.

A satisfação com a vida econômica pessoal teve efeitos positivos nas rodadas 5 e 7. Estar “muito satisfeito” aumentou a participação na rodada 5 (OR = 2.359, $p < 0.01$) e na rodada 7 (OR = 1.580, $p < 0.01$), o que sugere que a percepção subjetiva de bem-estar pode ter papel na mobilização em contextos específicos.

A adesão à democracia mostrou-se significativa apenas na rodada 4 (OR = 1.568, $p < 0.01$), e a confiança no presidente teve efeitos positivos nas rodadas 5, 6 e 8, indicando que a legitimidade do sistema e das lideranças pode contribuir para estimular o comparecimento às urnas.

A confiança no Parlamento e nas CNEs foi pouco consistente, embora confiar nas “CNEs” tenha mostrado efeito positivo nas rodadas 3 (OR = 2.009, $p < 0.1$) e 5 (OR = 1.524, $p < 0.1$), ainda que com menor robustez estatística. A exposição à mídia mostrou-se relevante apenas na frequência de escuta de rádio na rodada 9 (OR = 1.240, $p < 0.1$). O consumo de televisão não teve efeitos significativos na maioria das rodadas.

A participação em reuniões comunitárias demonstrou efeitos fortes nas rodadas 8 e

9 (OR = 1.849 e OR = 1.895, ambos $p < 0.01$), sugerindo que o envolvimento em organizações locais está positivamente associado ao engajamento eleitoral. A participação em protestos ou marchas teve efeito significativo apenas na rodada 7 (OR = 1.594, $p < 0.05$).

Por fim, a religião mostrou-se relevante em momentos específicos. Muçulmanos apresentaram maior probabilidade de votar na rodada 5 (OR = 1.928, $p < 0.1$) e 7 (OR = 1.906, $p < 0.05$), enquanto outras religiões tiveram efeito positivo na rodada 3 (OR = 2.295, $p < 0.05$) e negativo na rodada 4 (OR = 0.421, $p < 0.05$), o que indica variação contextual importante.

De forma substantiva, os resultados indicam que os principais determinantes da participação eleitoral nos PALOP ao longo das sete rodadas foram a identificação partidária, a idade, o nível de escolaridade (particularmente o ensino superior nas rodadas mais recentes), o interesse subjetivo por política e o engajamento em associações comunitárias. Esses fatores se mostraram robustos, com efeitos consistentes e significativos em múltiplos períodos e países.

A identificação partidária, em particular, desponta como o mais estável e relevante preditor, sugerindo a importância da vinculação afetiva com partidos — mesmo em contextos em que a competição política pode ser limitada. A variável idade também é um determinante claro, com adultos entre 25 e 55 anos apresentando maior propensão à participação, o que pode refletir tanto maior capital social quanto maior exposição a processos de mobilização.

O papel da escolaridade, especialmente do ensino superior, torna-se mais evidente nas rodadas mais recentes, o que pode sinalizar uma tendência de crescente relevância da educação formal na mobilização cívica. A frequência em reuniões comunitárias também reforça a literatura sobre mobilização e networks como facilitadoras do engajamento político.

Em contrapartida, variáveis como avaliação econômica e exposição à mídia demonstraram efeitos menos consistentes, sugerindo que, nos PALOP, os fatores estruturais e relacionais são mais determinantes do que aspectos conjunturais ou percepções econômicas imediatas. Esse achado é relevante para pensar estratégias de fortalecimento democrático, ressaltando a centralidade da organização social e do vínculo

partidário no estímulo à participação eleitoral.

Tabela 5 - Regressão logística dos condicionantes da participação eleitoral nos PALOP (2001 a 2023)

	Rodada 3	Rodada 4	Rodada 5	Rodada 6	Rodada 7	Rodada 8	Rodada 9
Homem	0.849 (0.231)	0.871 (0.210)	1.016 (0.186)	0.969 (0.124)	0.896 (0.101)	0.970 (0.098)	0.937 (0.092)
<i>Faixa etária</i>							
18 a 24 anos	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
25 a 35 anos	1.793* (0.617)	1.675* (0.453)	1.671** (0.379)	1.438** (0.225)	1.482*** (0.213)	3.102*** (0.368)	0.823* (0.090)
36 a 55 anos	1.974* (0.730)	3.308*** (1.140)	1.684** (0.417)	1.797*** (0.320)	2.186*** (0.353)	3.863*** (0.512)	0.833 (0.127)
56 anos ou mais	1.376 (0.689)	4.124** (2.769)	2.411** (0.965)	2.596*** (0.835)	2.235*** (0.476)	4.372*** (0.920)	0.817 (0.131)
Área urbana	0.672 (0.186)	1.410 (0.389)	0.880 (0.192)	1.242 (0.331)	0.842 (0.105)	0.888 (0.108)	0.823* (0.090)
<i>Escolaridade</i>							
Educação informal	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Ens. Fundamental	1.062 (0.458)	0.638 (0.414)	0.670 (0.293)	1.242 (0.331)	1.398 (0.319)	1.055 (0.172)	1.114 (0.203)
Ens. Médio	0.911 (0.452)	0.556 (0.370)	0.932 (0.429)	1.000 (0.272)	1.367 (0.326)	1.073 (0.187)	1.302 (0.253)
Ens. Superior	0.375 (0.250)	0.295 (0.223)	0.791 (0.412)	1.053 (0.343)	1.758** (0.491)	1.966*** (0.462)	1.597** (0.376)
Se ident. com partido político	1.624* (0.475)	2.066*** (0.505)	1.341 (0.259)	1.306* (0.179)	1.529*** (0.181)	1.400*** (0.144)	1.754*** (0.175)
<i>Conversa sobre política</i>							
Nunca	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Ocasionalmente	0.850 (0.263)	0.837 (0.246)	1.181 (0.261)	1.441** (0.210)	1.026 (0.127)	1.209* (0.137)	1.382*** (0.151)
Sempre	1.058 (0.393)	1.345 (0.460)	1.344 (0.352)	1.345 (0.259)	1.343 (0.247)	0.789* (0.113)	1.078 (0.150)
<i>Interesse por política</i>							
Nada interessado	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Interessado	0.884 (0.237)	1.276 (0.551)	1.136 (0.386)	2.020*** (0.400)	1.088 (0.205)	1.161 (0.157)	2.196*** (0.304)
Muito interessado	2.288 (1.807)	1.407 (0.589)	1.478 (0.525)	3.147*** (0.670)	1.722*** (0.345)	1.314* (0.191)	2.539*** (0.371)
<i>Avaliação da economia do país</i>							
Ruim	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Médio	0.617 (0.365)	0.844 (0.445)	0.949 (0.348)	1.176 (0.264)	1.107 (0.154)	0.988 (0.134)	0.855 (0.109)
Bom	0.983 (0.647)	0.811 (0.473)	1.147 (0.478)	1.136 (0.288)	0.947 (0.149)	1.077 (0.150)	0.862 (0.107)
<i>Avaliação da economia pessoal</i>							
Ruim	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Médio	0.660 (0.389)	1.591 (0.779)	1.705 (0.658)	0.776 (0.200)	0.948 (0.132)	1.215 (0.159)	1.108 (0.138)
Boa	0.823 (0.542)	2.244 (1.286)	1.502 (0.670)	0.960 (0.287)	0.807 (0.133)	0.764** (0.104)	0.980 (0.124)
<i>Satisfação com a democracia</i>							
Nada satisfeito	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Satisfeito	0.679	0.955	1.800**	1.085	1.156	1.026	0.840

Muito satisfeito	(0.328) 0.764 (0.401)	(0.364) 0.650 (0.267)	(0.418) 2.359*** (0.752)	(0.170) 1.289 (0.245)	(0.156) 1.580*** (0.272)	(0.122) 1.132 (0.167)	(0.098) 0.812 (0.104)
Adere à democracia	1.236 (0.536)	1.738* (0.531)	1.273 (0.344)	1.568*** (0.211)	1.171 (0.137)	0.957 (0.099)	1.121 (0.111)
Confia no Presidente	1.172 (0.462)	1.252 (0.459)	1.891*** (0.435)	1.334** (0.181)	0.999 (0.152)	1.325** (0.184)	0.995 (0.135)
Confia no Parlamento	0.573 (0.268)	0.838 (0.309)	0.940 (0.233)	n/a (0.233)	1.029 (0.168)	1.074 (0.176)	1.188 (0.209)
Confia na CNE	2.009* (0.804)	1.130 (0.364)	1.524* (0.362)	n/a (0.362)	1.153 (0.187)	0.802 (0.127)	1.026 (0.156)
<i>Quantas vezes escuta notícias no rádio?</i>							
Nunca	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Poucas vezes	1.208 (0.698)	0.312** (0.184)	0.782 (0.240)	0.868 (0.225)	0.843 (0.155)	1.185 (0.189)	1.124 (0.165)
Muito	0.982 (0.424)	0.533 (0.272)	1.028 (0.270)	1.023 (0.177)	1.217 (0.176)	1.176 (0.149)	1.240* (0.148)
<i>Quantas vezes escuta notícias na TV?</i>							
Nunca	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Poucas vezes	1.230 (0.558)	0.626 (0.254)	1.360 (0.607)	0.487** (0.144)	0.865 (0.204)	0.997 (0.188)	0.897 (0.167)
Muito	1.310 (0.449)	1.013 (0.332)	0.892 (0.247)	0.812 (0.154)	0.934 (0.164)	0.924 (0.139)	1.105 (0.156)
<i>Participação em reuniões comunitárias</i>							
Nunca participou	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Participaria	0.948 (0.633)	1.284 (0.552)	0.701 (0.310)	1.050 (0.246)	0.733 (0.142)	1.071 (0.163)	1.294* (0.171)
Participou	0.861 (0.571)	0.950 (0.405)	1.095 (0.482)	1.458 (0.346)	1.299 (0.257)	1.849*** (0.270)	1.895*** (0.273)
<i>Participação em protesto ou marcha</i>							
Nunca participou	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Participaria	1.193 (0.345)	0.838 (0.241)	0.937 (0.193)	1.030 (0.150)	1.495*** (0.219)	1.021 (0.127)	0.976 (0.103)
Participou	1.203 (0.473)	1.187 (0.454)	0.750 (0.203)	0.993 (0.201)	1.594** (0.306)	0.992 (0.143)	0.978 (0.153)
<i>Religião</i>							
Cristão	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.	Ref.
Muçulmano	1.908 (1.076)	0.660 (0.243)	1.928* (0.732)	1.099 (0.266)	1.906** (0.606)	0.776 (0.165)	0.916 (0.234)
Outras	2.295** (0.962)	0.421** (0.148)	0.876 (0.232)	0.938 (0.163)	0.985 (0.140)	0.871 (0.103)	0.967 (0.122)
Constante	10.490** (11.730)	3.974 (4.320)	0.838 (0.738)	1.797*** (0.320)	1.495*** (0.219)	0.690 (0.179)	0.413*** (0.118)
Observações	933	998	1,657	2,398	2,824	2,797	3,246

seEform in parentheses

*** p<0.01, ** p<0.05, * p<0.1

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas rodadas do Afrobarometer recodificadas (2025).

Com base na análise comparada da participação eleitoral em Angola, São Tomé e Príncipe, Cabo Verde e Moçambique, é possível identificar tanto regularidades quanto especificidades que refletem os diferentes estágios de consolidação democrática e as

condições estruturais e institucionais dos países do universo PALOP. Em todos os casos, fatores individuais como idade, escolaridade, identificação partidária e engajamento cívico mostraram-se os principais determinantes do comparecimento eleitoral, ainda que modulados por contextos institucionais, culturais e históricos distintos. A idade foi, de forma consistente, o preditor mais robusto da participação nos quatro países. Jovens entre 18 e 24 anos participaram menos, enquanto adultos, especialmente acima de 35 anos, demonstraram níveis mais elevados de comparecimento às urnas. Esse padrão sugere que o ciclo de vida político e o acúmulo de experiências contribuem para o engajamento, conforme propõe a literatura clássica sobre participação. Ao mesmo tempo, ele alerta para um déficit geracional que pode comprometer a renovação democrática no médio e longo prazo — sobretudo em contextos onde a juventude se distancia das formas convencionais de participação.

A escolaridade também exerceu papel relevante, mas com intensidade e direção variáveis. Em Cabo Verde e Moçambique, indivíduos com ensino médio e superior apresentaram maior propensão ao voto em eleições mais recentes, o que corrobora a teoria dos recursos cívicos. Já em Angola, os efeitos da escolaridade foram menos sistemáticos, e em São Tomé e Príncipe foram observados tanto efeitos positivos quanto ausentes. Isso pode indicar que, em regimes mais fechados ou de confiança mais frágil nas instituições, o capital educacional não se traduz diretamente em mobilização eleitoral.

A identificação partidária foi o fator atitudinal mais consistente em todos os países. Mesmo em contextos de desconfiança institucional e competição desigual, como Angola e Moçambique, o vínculo partidário elevou substancialmente as chances de participação. Em democracias mais estáveis como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, esse efeito foi igualmente forte, reforçando a ideia de que os partidos políticos continuam a desempenhar papel central na mobilização do eleitorado, funcionando como estruturas de organização das preferências, socialização política e confiança. A força dessa variável também revela que o voto tende a ser orientado por vínculos afetivos e identitários, e não apenas por avaliações racionais do desempenho governamental.

Outro fator importante foi o engajamento comunitário. Em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, a participação em associações locais e, em menor grau, a

adesão a protestos, se mostraram positivamente associadas ao voto. Esses achados reforçam a hipótese de que a vida cívica ativa contribui para o fortalecimento de atitudes democráticas e para a disposição de participar das eleições, funcionando como um elo entre formas convencionais e não convencionais de engajamento. Em Angola, essa relação foi mais fraca, o que pode indicar barreiras institucionais e contextuais ao associativismo autônomo.

A relação entre confiança institucional e participação revelou um padrão ambivalente. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, contextos com maior legitimidade institucional, a confiança na democracia, no presidente e no regime funcionou como fator mobilizador. Em Moçambique e Angola, no entanto, a desconfiança nas instituições eleitorais, como a CNE, esteve associada à abstenção, especialmente quando acompanhada por denúncias de fraude ou parcialidade. Em Angola, inclusive, a participação dos insatisfeitos e desconfiados superou a dos satisfeitos — sinalizando que, em regimes híbridos, o voto pode ser usado como instrumento de protesto mais do que de endosso. Já em Moçambique, a abstenção se apresentou mais como expressão de desalento e deslegitimação, especialmente entre os mais pobres.

A pobreza, aliás, apareceu como um importante fator de exclusão. Em todos os países, indivíduos em situação de insegurança alimentar demonstraram menor probabilidade de participar das eleições, com destaque para Moçambique e, em menor grau, Angola. Esses achados estão em consonância com a teoria da exclusão social, sugerindo que a privação material não apenas reduz os recursos necessários para o engajamento, como também mina a crença na utilidade da participação política. Em Cabo Verde, no entanto, observou-se em certos momentos o efeito oposto — uma leve mobilização entre os insatisfeitos economicamente, sinalizando a possibilidade de voto de protesto em democracias mais responsivas.

Em termos comparativos, os dados permitem afirmar que a qualidade da democracia importa — mas seus efeitos não são lineares. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a estabilidade institucional, a alternância no poder e a confiança no regime funcionam como alicerces para a mobilização eleitoral. Nesses casos, a participação está alinhada ao funcionamento das instituições, e os eleitores satisfeitos tendem a votar mais. Já em Angola e Moçambique, a fragilidade das instituições eleitorais, a recorrência

de denúncias de fraude e a percepção de baixa responsividade estatal produzem efeitos ambíguos: a participação é maior entre os insatisfeitos em Angola, indicando voto como forma de resistência, enquanto em Moçambique predomina a abstenção como expressão de descrença.

Assim, os achados deste capítulo indicam que a participação eleitoral nos PALOP não pode ser compreendida apenas a partir de determinantes individuais isolados, mas sim como resultado de uma interação complexa entre recursos, redes, atitudes e, sobretudo, contexto institucional. A consolidação democrática, a capacidade de garantir eleições livres e justas, e o fortalecimento de vínculos cívicos seguem sendo fatores-chave para ampliar a inclusão política e garantir a legitimidade dos processos eleitorais. Ao mesmo tempo, o desafio de engajar jovens, combater os efeitos da pobreza e reconstruir a confiança institucional permanece como tarefa urgente para o aprofundamento da democracia na região.

5.5 Condicionantes de nível macro da participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP

Quais fatores de nível macro explicam a participação eleitoral nos PALOP? A literatura comparada sobre participação eleitoral destaca, tradicionalmente, dois grandes grupos de explicações em nível macro: os fatores institucionais e os fatores contextuais ou socioeconômicos. A abordagem institucional ganhou força nos estudos de comportamento político a partir dos trabalhos pioneiros de Powell (1980), que, ao analisar eleições em trinta democracias, concluiu que o voto obrigatório e o registro eleitoral automático eram os principais elementos institucionais associados a maiores níveis de participação. Na mesma direção, Jackman (1987), examinando dezenove eleições legislativas em democracias avançadas nas décadas de 1960 e 1970, identificou que arranjos como o unicameralismo e distritos eleitorais nacionalmente competitivos estavam positivamente correlacionados com a participação, enquanto a desproporcionalidade dos sistemas eleitorais e o multipartidarismo apresentavam efeitos negativos.

Esses dois estudos inaugurais compartilham um foco comum: a análise dos determinantes institucionais da participação em democracias ocidentais consolidadas.

Com o tempo, contudo, a literatura se expandiu para investigar contextos democráticos em consolidação, como os da América Latina e da África, incorporando também variáveis políticas e conjunturais ao debate.

Na América Latina, estudos como os de Fornos, Power e Garand (2004) e Silva (2017) mostraram que, além do voto obrigatório e do unicameralismo, outras variáveis institucionais influenciam significativamente a participação eleitoral. Entre elas, destaca-se a realização concomitante de eleições legislativas e presidenciais, bem como fatores de natureza política, como a ocorrência de eleições fundadoras e os níveis de liberdade política. Esses achados indicam que o desenho institucional interage com o contexto político, afetando as motivações dos eleitores para comparecer às urnas.

No continente africano, por sua vez, algumas instituições políticas diferem substancialmente das observadas nas democracias consolidadas e latino-americanas. A maioria dos países africanos, com exceção de casos como Egito e República do Congo, não adota o voto obrigatório e opera sob sistemas unicamerais. Essas particularidades estruturais sugerem que, no contexto africano, os condicionantes macro da participação eleitoral estão mais fortemente associados a fatores conjunturais, políticos e a outros aspectos institucionais específicos.

Um dos estudos mais relevantes sobre os determinantes da participação eleitoral no continente africano foi realizado por Kuenzi e Lambright (2007). As autoras identificaram que dois fatores institucionais — a fórmula eleitoral e a simultaneidade entre eleições presidenciais e legislativas — influenciam significativamente o comparecimento às urnas. Além disso, evidenciaram que a exposição à mídia tem um efeito positivo robusto sobre a participação, e que o número de eleições realizadas por um governo também exerce influência relevante. Esses achados corroboram parte das expectativas da literatura institucionalista, mas também revelam a importância de variáveis contextuais pouco exploradas nos estudos focados em democracias consolidadas, como a intensidade da exposição midiática e o acúmulo de experiência democrática ao longo do tempo.

Assim, ao considerar os PALOP, é fundamental reconhecer que, embora certas variáveis institucionais clássicas se mantenham relevantes, outras dimensões — especialmente políticas e contextuais — devem ser incorporadas às análises para captar

adequadamente os fatores que condicionam a participação eleitoral nesses países.

A trajetória política dos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) apresenta notáveis semelhanças no período anterior e posterior à independência. Em todos esses países, os movimentos de libertação nacional foram organizados como partidos políticos e assumiram o poder nos Estados recém-formados, instaurando repúblicas inspiradas em modelos de orientação soviética, caracterizadas por regimes de partido único que perduraram até os anos 1990. A transição para a democracia, portanto, é recente e se insere na terceira onda de redemocratização do continente africano (Bratton, 1998). Apesar dessas similaridades históricas, observa-se certa heterogeneidade institucional no período pós-transição: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe adotaram sistemas semipresidencialistas, ao passo que Angola e Moçambique optaram por regimes presidencialistas.

Algumas variáveis comumente mobilizadas em análises institucionais não se aplicam de forma direta ao contexto africano e, por extensão, aos PALOP. Este capítulo concentra-se, portanto, na análise de cinco fatores institucionais relevantes que permitem comparações sistemáticas: sistema de governo, poderes do presidente, realização concomitante de eleições, sistema eleitoral e partidário. O objetivo é avaliar de que modo essas variáveis se relacionam com a participação eleitoral nas eleições gerais desses países.

Tabela 6 - Variáveis institucionais e o percentual da participação eleitoral autodeclarada nas eleições gerais PALOP

País	Eleições	Eleição de referencia	Eleições simultânea	Reeleição	Participação eleitoral autodeclarada (%)
Angola	Legisl./Presi d.	2022	Sim	Sim	62.17
Angola	Legisl./Presi d.	2017	Sim	Não	62.67
Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2021	Não	N/A	75.31
Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2021	Não	Sim	71.33

Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2016	Não	N/A	71.92
Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2016	Não	Sim	71.58
Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2011	Não	Não	79.30
Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2006	Não	Sim	76.58
Cabo Verde	Legisl./Presi d.	2001	Não	Não	68.07
Moçambique	Legisl./Presi d.	2023 ³⁰	sim	N/A	63.21
Moçambique	Legisl./Presi d.	2019	Sim	N/A	68.92
Moçambique	Legisl./Presi d.	2019	Sim	Sim	62.54
Moçambique	Legisl./Presi d.	2014	Sim	Não	75.38
Moçambique	Legisl./Presi d.	2009	sim	Sim	70.04
Moçambique	Legisl./Presi d.	2004	Sim	N/A	59.80
Moçambique	Legisl./Presi d.	2004	Sim	Não	80.22
São Tomé e Príncipe	Legisl./Presi d.	2022	Não	Não	83.17
São Tomé e Príncipe	Legisl./Presi d.	2018	não	Não	76.42
São Tomé e Príncipe	Legisl./Presi d.	2016	sim	Não	77.01

Fonte: Elaborada pelo autor com base nas constituições dos países (2025)

No que se refere ao sistema de governo, partimos das definições clássicas de Duverger (1980) e Sartori (2003). Duverger cunhou o termo “semipresidencialismo” para designar sistemas em que o presidente da República é eleito por sufrágio direto e universal, possui poderes relevantes e governa em conjunto com um primeiro-ministro responsável perante o Parlamento. Sartori, por sua vez, define o presidencialismo puro como o regime em que o chefe de Estado é eleito diretamente, não pode ser destituído

¹⁰ A eleição foi realizada em 09 de outubro de 2023. E a rodada foi realizada em 31 de outubro de 2023.

por voto parlamentar durante seu mandato e exerce, de modo direto ou indireto, a liderança do governo. Quando essas três condições estão presentes, configura-se um sistema presidencialista típico.

As instituições presidenciais, conforme argumentam Shugart e Carey (1992), moldam padrões de cooperação e conflito entre os poderes Executivo e Legislativo, influenciam o funcionamento dos sistemas partidários e condicionam a agenda política. Os autores classificam os poderes presidenciais em duas categorias: legislativos (como veto, iniciativa legislativa, convocação de referendos e decretos) e não legislativos (como formação e demissão de governos, dissolução do Parlamento e uso de moções de censura). Posteriormente, Metcalf (2000) aperfeiçoou essa tipologia, possibilitando sua aplicação empírica em estudos comparativos. A literatura destaca que quanto mais concentrado o poder nas mãos do presidente, maior a propensão a desequilíbrios institucionais que podem comprometer a qualidade democrática e afetar a motivação dos eleitores para participar do processo eleitoral.

Outro elemento relevante diz respeito ao tipo de eleição e sua ordem no sistema político. Reif e Schmitt (1980) propõem a distinção entre eleições de “primeira ordem”, que determinam diretamente o controle do Executivo nacional, e eleições de “segunda ordem”, geralmente consideradas de menor relevância política pelos eleitores. Nos sistemas presidencialistas, as eleições presidenciais tendem a ser as de primeira ordem; nos parlamentaristas, são as legislativas. A literatura sugere que a participação eleitoral é mais elevada em eleições de primeira ordem, sobretudo quando realizadas simultaneamente com outras disputas, pois os eleitores se sentem mais motivados a comparecer quando percebem que seu voto tem maior impacto nas decisões governamentais.

Nos regimes semipresidencialistas, essa relação torna-se mais complexa. Elgie e Fauvelle-Aymar (2012) argumentam que, nesse tipo de sistema, a taxa de participação depende dos poderes efetivos do presidente: quanto maior o poder do chefe de Estado, maior sua centralidade política e, portanto, maior a probabilidade de mobilização dos eleitores nas eleições presidenciais. Em Cabo Verde, por exemplo, as eleições de 1996 — realizadas de forma simultânea — registraram taxa de comparecimento superior a 80%, o que corrobora a hipótese de que eleições simultâneas estimulam a participação.

Entretanto, entre 2001 e 2021, quando passou-se a realizar as eleições de forma separada, observou-se queda na participação presidencial em relação às legislativas. Esse padrão é coerente com o fato de o presidente cabo-verdiano dispor de poderes limitados (15 pontos na escala de Shugart e Carey), o que reduz a percepção de relevância da eleição presidencial.

Em São Tomé e Príncipe, observa-se um padrão menos estável. Embora o sistema seja igualmente semipresidencialista, as eleições legislativas e presidenciais ora ocorrem de forma simultânea, ora de forma separada. Em 1991 e 2006, quando os pleitos foram simultâneos, observou-se maior participação nas legislativas. No entanto, a eleição presidencial de 1996 apresentou maior comparecimento do que as eleições parlamentares de 1994 e 1998. A explicação pode residir na concentração de poderes presidenciais, relativamente maior que em Cabo Verde. Magalhães e Fortes (2005) argumentam que, mesmo sistemas com arranjos institucionais semelhantes, como os semipresidenciais, podem ter efeitos distintos na mobilização eleitoral devido às suas “propriedades relacionais”, ou seja, à configuração específica de poderes e práticas políticas que lhes são atribuídas.

Nos regimes presidencialistas, como Angola e Moçambique, os resultados empíricos desafiam algumas expectativas da literatura. Em Angola, após a guerra civil e a eleição inaugural de 1992, a reforma constitucional de 2010 eliminou a eleição direta para presidente. O líder do partido mais votado nas eleições legislativas torna-se automaticamente o presidente da República. Embora as eleições sejam formalmente simultâneas, não se observa correlação clara entre essa característica e a participação eleitoral. A ausência de escolha direta do chefe do Executivo pode enfraquecer os incentivos ao comparecimento.

Em Moçambique, todas as eleições nacionais foram realizadas simultaneamente. Ainda assim, após uma participação expressiva nas duas primeiras disputas democráticas, a taxa de comparecimento caiu abruptamente em 2004 e não retornou aos níveis anteriores. Trata-se de um caso que desafia diretamente o pressuposto de que eleições simultâneas e presidências fortes necessariamente elevam a participação eleitoral. Mesmo com um presidente que concentra poderes significativos (19 pontos), o comparecimento continua baixo, sugerindo a presença de outros fatores contextuais.

A análise do sistema eleitoral e partidário também é fundamental. Todos os PALOP utilizam o modelo proporcional para eleições legislativas, mas com variações relevantes. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe apresentam sistemas mais proporcionais, com círculos eleitorais pequenos, ausência de cláusulas de barreira e maior alternância partidária. Moçambique, embora também adote a representação proporcional, impõe cláusula de barreira nacional (5%) e apresenta forte assimetria entre províncias, o que favorece o partido dominante, FRELIMO. Angola, por sua vez, possui o sistema mais desproporcional: a maioria dos deputados (130 de 223) é eleita por uma lista nacional única, enquanto o restante é eleito por círculos provinciais fixos, cada um com o mesmo número de representantes (5), independentemente do tamanho da população. Além disso, a eleição indireta do presidente reforça a concentração de poder no partido mais votado, beneficiando historicamente o MPLA.

As literaturas de Powell (1986) e Jackman (1987) oferecem interpretações distintas sobre o impacto do multipartidarismo e da desproporcionalidade na participação eleitoral. Enquanto os institucionalistas argumentam que sistemas mais proporcionais estimulam o voto ao aumentar o peso de cada voto individual, outros autores apontam que o multipartidarismo excessivo pode desmotivar o eleitor devido aos altos custos informacionais e à dificuldade de escolha em contextos muito fragmentados.

Por fim, a competitividade distrital mostra-se uma variável particularmente relevante para explicar a participação eleitoral. Todos os países analisados utilizam distritos plurinominais, o que, por si só, não assegura competição. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, observa-se alta competitividade entre partidos — como PAICV e MpD no primeiro, e MLSTP-PSD, ADI e MDFM no segundo —, com alternância frequente de poder e margens de vitória inferiores a 10%. Já em Moçambique e Angola, predomina a hegemonia de um partido, com baixa competitividade em grande parte dos círculos eleitorais. A FRELIMO domina quase todo o território moçambicano, com alguma competição localizada, enquanto o MPLA mantém ampla vantagem em Angola, apesar do crescimento da UNITA em eleições recentes.

A análise comparada permite concluir que a participação eleitoral nos PALOP é mais sensível à competitividade dos círculos eleitorais do que a outras variáveis institucionais isoladas. O tipo de sistema de governo, os poderes presidenciais ou a

desproporcionalidade do sistema eleitoral têm efeitos importantes, mas é a percepção de disputa real e a incerteza quanto ao resultado que mais mobiliza os eleitores. Quanto mais competitivo o ambiente eleitoral, maior tende a ser a participação popular nas urnas.

A literatura sobre participação eleitoral tem atribuído crescente importância aos fatores contextuais e socioeconômicos como elementos explicativos das variações nas taxas de comparecimento às urnas. Entre as variáveis mais recorrentes nesse campo de estudo, destacam-se os níveis de alfabetização e urbanização, o desempenho econômico (geralmente mensurado por indicadores como o PIB per capita e sua variação), o tamanho e a densidade populacional, bem como indicadores agregados de desenvolvimento humano, como a expectativa de vida. No presente estudo, optou-se por concentrar a análise em cinco dessas dimensões: alfabetização, urbanização, PIB per capita, tamanho da população e densidade demográfica.

Tabela 7 – Indicadores contextuais analisadas nas eleições gerais dos PALOP

País	Ano	PIB per capita(U\$)	População (Milhões)	Alfabetização (%)
Angola	2022	1927,5	30.208,628	72%
Angola	2017	2439,4	34.503,77	N/A
Cabo Verde	2021	34390	587,925	91%
Cabo Verde	2016	3312,7	558,394	N/A
Cabo Verde	2011	3880,1	527, 521	N/A
Cabo Verde	2006	2220,1	498, 884	N/A
Cabo Verde	2001	1223,3	460.293	N/A
Moçambique	2019	512,2	30.285,60	60%
Moçambique	2014	690,4	26.038,70	N/A
Moçambique	2009	546, 6	22.436,66	N/A
Moçambique	2004	403	19.694,41	N/A
São Tomé e Príncipe	2022	2350,5	223, 107	94%
São Tomé e Príncipe	2021	2350,5	223, 107	N/A
São Tomé e Príncipe	2018	1428,3	204, 632	N/A
São Tomé e Príncipe	2011	1217,2	186, 044	N/A

Fonte: Elaborada pelo autor (2025)

Em termos agregados, o impacto do desenvolvimento socioeconômico sobre a participação eleitoral revela-se multifacetado. As variáveis ecológicas frequentemente apresentam correlação entre si, com efeitos que se reforçam mutuamente sobre os indivíduos e o contexto político mais amplo. Por exemplo, uma renda per capita mais elevada tende a facilitar o acesso a níveis educacionais superiores, amplia a exposição à informação política, reduz os custos de participação e proporciona os recursos materiais e simbólicos necessários para o exercício do voto. Nesse sentido, o desenvolvimento econômico não apenas melhora as condições objetivas de vida, como também amplia o repertório cognitivo e as oportunidades de engajamento político da população. A urbanização, por sua vez, surge como um importante indicador transnacional de modernização, tendo em vista que os residentes em áreas urbanas tendem a estar mais expostos a informações políticas, ao contato com candidatos e campanhas, e a redes de mobilização eleitoral mais densas, o que pode favorecer o comparecimento às urnas (Filer *et. al.*, 1993).

Contudo, os efeitos do desempenho macroeconômico sobre a participação eleitoral variam conforme o nível de desenvolvimento dos países. Radcliff (1992), em estudo comparativo, sustenta que, nos países em desenvolvimento, crises econômicas podem elevar a participação eleitoral, ao contrário do que se observa nas democracias consolidadas. Nas nações industrializadas, a presença de instituições de bem-estar social tende a amortecer os impactos das crises econômicas, diminuindo o impulso para a politização do descontentamento. Já nos países em desenvolvimento, onde esses mecanismos de proteção são ausentes ou frágeis, a deterioração das condições econômicas torna-se combustível para a mobilização eleitoral. Assim, em contextos de vulnerabilidade estrutural, a política aparece como uma das poucas arenas possíveis de expressão do descontentamento popular.

O tamanho da população e sua distribuição territorial também são fatores frequentemente associados às dinâmicas de participação. Verba, Nie e Kim (1978) argumentam que ambientes populacionais menores tendem a facilitar a participação política, sobretudo por favorecerem formas mais diretas e personalizadas de interação social e política. Em grandes comunidades, a vida política tende a ser mais impessoal e distante, o que pode desencorajar o engajamento. A densidade populacional, por sua vez, também exerce influência relevante: países menos densamente povoados tendem a

apresentar menores taxas de comparecimento, uma vez que a dispersão territorial dificulta o contato com campanhas, aumenta os custos logísticos do voto e reduz a pressão social para participar do pleito ha).

Os PALOP apresentam configurações bastante distintas em termos de desenvolvimento socioeconômico, o que permite testar empiricamente os postulados teóricos discutidos. No que diz respeito aos níveis de alfabetização, Cabo Verde (87%) e São Tomé e Príncipe (92%) destacam-se como os países com os índices mais elevados. Historicamente, ambos apresentam taxas de participação eleitoral superiores a 50% nas eleições legislativas e presidenciais, o que sugere uma associação positiva entre escolarização e engajamento cívico. Tais resultados estão em consonância com a literatura que enfatiza o papel da educação como fator-chave na formação de cidadãos politicamente informados e participativos.

Por outro lado, Angola (67%) e Moçambique (63%) registram os menores índices de alfabetização entre os PALOP. A relação entre essa variável e a participação eleitoral nesses dois países, embora não seja exatamente contraditória, tampouco se mostra claramente positiva. Em Moçambique, as duas primeiras eleições multipartidárias (1994 e 1999) apresentaram níveis expressivos de comparecimento, mas a partir de 2004 observa-se uma tendência de queda, com taxas inferiores a 50% em pleitos subsequentes. Angola, por sua vez, manteve taxas superiores a 50% até 2017, mas registrou declínio na eleição de 2022. Esses dados sugerem que, em contextos marcados por baixos níveis de escolarização, a relação entre educação e participação pode ser mediada por outros fatores, como a mobilização partidária, a competição política ou a confiança nas instituições.

A variável urbanização reforça as distinções entre os países. São Tomé e Príncipe (74%), Cabo Verde (67%) e Angola (66%) são os mais urbanizados, ao passo que Moçambique apresenta o menor grau de urbanização (39%). A urbanização pode exercer efeito positivo na participação ao facilitar o acesso à informação, ampliar a exposição à mídia e reduzir os custos de mobilização. No caso angolano, por exemplo, o alto índice de urbanização pode estar relacionado à manutenção de níveis relativamente elevados de participação, mesmo diante de limitações em outras dimensões do desenvolvimento.

O tamanho populacional também fornece pistas relevantes. Angola (cerca de 36

milhões de habitantes) e Moçambique (aproximadamente 33 milhões) são, de longe, os países mais populosos entre os PALOP. Já Cabo Verde e São Tomé e Príncipe contam, respectivamente, com cerca de 600 mil e 230 mil habitantes. A literatura sugere que comunidades menores tendem a favorecer a participação política, uma vez que o ambiente social é mais integrado, a informação circula com maior fluidez e a mobilização se dá em networks mais próximas e densas. Os dados de participação desses dois países parecem confirmar essa hipótese: ambos mantêm taxas historicamente elevadas, superiores às registradas nas nações mais populosas.

Em síntese, a análise dos fatores contextuais e socioeconômicos revela que não há um padrão único que explique a participação eleitoral nos PALOP. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, altos níveis de alfabetização, urbanização moderada e pequeno tamanho populacional contribuem para taxas de comparecimento eleitoral consistentemente elevadas. Em Angola e Moçambique, por outro lado, a relação entre desenvolvimento e participação é menos linear, com maior influência de fatores políticos e institucionais. A comparação sugere que os efeitos das variáveis contextuais são modulados pelas especificidades históricas e políticas de cada país, exigindo cautela nas generalizações e atenção à interação entre variáveis institucionais e socioeconômicas.

5.5.1. Análise comparativa dos condicionantes macro da participação eleitoral nos PALOP

A análise qualitativa dos fatores macroinstitucionais que influenciam a participação eleitoral nos PALOP evidencia como variáveis de natureza institucional e contextual interagem com características específicas de cada país, moldando o comportamento político dos eleitores. A começar pelo sistema de governo, observa-se um padrão parcialmente condizente com a hipótese formulada a partir da crítica à perspectiva de Pereira (2023). Segundo o autor, regimes presidencialistas tenderiam a ativar predisposições psicológicas e reduzir os custos informacionais, aumentando a participação. No entanto, os dados históricos das eleições gerais nos PALOP sugerem que a centralidade institucional do Legislativo nos sistemas semipresidencialistas — particularmente em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — contribui para sustentar níveis mais consistentes de participação nas eleições legislativas, mesmo quando realizadas separadamente das presidenciais. Esse resultado corrobora a hipótese alternativa aqui

formulada, segundo a qual a relevância institucional da eleição, mais do que a forma de governo, é o fator que condiciona o engajamento eleitoral.

No que se refere à simultaneidade das eleições, a evidência empírica sustenta parcialmente a hipótese de que eleições presidenciais e legislativas realizadas de forma conjunta — como em Angola e Moçambique — tendem a alavancar a participação. Em Moçambique, por exemplo, a realização simultânea favoreceu a mobilização em ciclos eleitorais marcados por forte polarização e competição política. Contudo, em Angola, embora as eleições também sejam simultâneas, os níveis de participação apresentam maior oscilação e queda recente, sugerindo que a simultaneidade, isoladamente, não é suficiente para garantir engajamento elevado. Esse achado reforça a perspectiva de Jackman (2004), segundo a qual o incentivo ao voto depende de como as instituições estruturam a clareza e o custo das escolhas eleitorais — e não apenas da coincidência temporal entre pleitos.

A análise comparativa dos poderes presidenciais, com base no modelo de Shugart e Carey (1992) e nas codificações atualizadas por Metcalf (2000), revela que a concentração de poderes no Executivo, por si só, não garante maior participação eleitoral. São Tomé e Príncipe, por exemplo, combina um sistema semipresidencialista com um presidente dotado de competências significativas, mas os níveis de participação variam de modo relevante entre eleições. Já Cabo Verde, com um presidente menos poderoso, registra padrões de participação mais estáveis. Tais evidências sugerem que o efeito dos poderes presidenciais sobre o comparecimento às urnas está condicionado por outros fatores institucionais e contextuais, como o grau de competição, a legitimidade do processo eleitoral e o papel mobilizador dos partidos.

Em relação ao sistema eleitoral, embora todos os PALOP adotem regras proporcionais, variações nos níveis de desproporcionalidade — especialmente em Angola — parecem ter impacto limitado sobre a participação. A literatura aponta que sistemas mais proporcionais favorecem o engajamento ao ampliar as chances de representação (Blais; Carty, 1990), mas os dados qualitativos não permitem afirmar com segurança que essa lógica se aplica plenamente ao contexto analisado. Assim, embora a hipótese de que sistemas mais proporcionais favorecem maior participação seja teoricamente fundamentada, os achados empíricos revelam a necessidade de análises mais finas, que considerem o papel das regras eleitorais em interação com

fatores como competitividade e pluralismo partidário. No tocante à possibilidade de reeleição do presidente, os dados dos PALOP corroboram a hipótese crítica formulada com base em Dettrey e Schwindt-Bayer (2009) e Pereira (2023): a presença de um incumbente na disputa não se associa, necessariamente, a maior participação. Pelo contrário, em contextos como Angola e Moçambique, marcados por baixa accountability e desconfiança institucional, a reeleição tende a produzir desmobilização, seja por apatia, seja por ceticismo em relação à eficácia do voto. Em contraste, Cabo Verde — onde a alternância no poder é mais frequente — apresenta maior estabilidade nos níveis de comparecimento, mesmo quando o incumbente não concorre. Isso reforça a ideia de que a qualidade democrática e a confiança nas instituições exercem papel central na motivação dos eleitores.

Quanto às variáveis contextuais e estruturais, os dados qualitativos sugerem que a hipótese de que países com menor população e maior densidade demográfica — como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe — apresentariam maior participação eleitoral encontra suporte apenas parcial. Embora esses países de fato registrem bons níveis de comparecimento em diversas eleições, há variações significativas entre pleitos e entre os diferentes países, o que sugere que fatores como competitividade eleitoral, engajamento partidário e conjuntura política também influenciam esse padrão. O mesmo pode ser dito sobre o grau de urbanização: embora teorias da modernização prevejam maior participação em contextos urbanos, os dados africanos mostram que a urbanização, em si, não garante mobilização — especialmente em cenários marcados por desigualdades urbanas, informalidade e redes frágeis de mobilização partidária, como apontado por Kuenzi e Lambright (2007).

Por fim, no que diz respeito à alfabetização e ao PIB per capita, os dados sugerem que países com maior capital humano e melhores indicadores socioeconômicos — como Cabo Verde e São Tomé — tendem, de fato, a apresentar maiores taxas de participação, em linha com as expectativas derivadas da literatura clássica (Blais, 2006; Geys, 2006). No entanto, o efeito não é uniforme nem automático, sendo frequentemente mediado por aspectos institucionais, políticos e culturais. Assim, embora tais variáveis sejam importantes, seu impacto sobre a participação eleitoral deve ser compreendido em conjunto com as demais dimensões analisadas.

Em síntese, a análise qualitativa dos fatores macro nos PALOP sugerem a

existência de efeitos combinados e interativos entre sistema de governo, regras eleitorais, conjuntura política, estrutura econômica e capital cívico. Tais achados reforçam a necessidade de abordagens analíticas sensíveis às especificidades históricas e institucionais dos países africanos, evitando generalizações derivadas de modelos consolidados em democracias ocidentais.

5.5.2. Validação das hipóteses da pesquisa

Esta subseção tem como objetivo de verificar a validação ou não das hipóteses (H) levantadas na pesquisa. Foram definidas 15 hipóteses, das quais, 8 hipóteses criadas a partir de variáveis de nível individual e 7 hipóteses através de variáveis de nível macro de interesse da pesquisa. Constatamos que tanto no nível micro e macro algumas hipóteses/variveis foram validadas na sua totalidade (em todos países) e outras hipóteses não foram validadas em todos os países.

A H1- renda medida através da variável proxy - frequência que um indivíduo relata passar fome - pressunha que *“Indivíduos que relatam passar fome com frequência têm menor probabilidade de participar das eleições gerais”*, esta hipótese foi validada em todos os PALOP, isto é, indivíduos de baixa renda têm duas vezes mais chances de comparecerem nas eleições gerais nos PALOP comparando com aqueles de renda alta. A H2 pressunha que *“Indivíduos com maior escolaridade tendem a participar mais das eleições, especialmente nos PALOP com melhores indicadores educacionais”*, esta hipótese não foi validade na sua totalidade, visto que, em um dos países com maiores índices de alfabetização (São Tomé e Príncipe) nas rodadas 8 e 9, a variável “ensino superior” não mostrou efeito nenhum sobre a participação eleitoral, isto que dizer que, as razões de chances destes indivíduos de coapreecer nas eleições eram as mesmas ou próximas aos indivíduos de baixa escolaridade neste país. O oposto do que se esperava foi contatdo nas eleições gerais em Angola (país de baixo índice de escolaridade), onde, indivíduos de nível “ensino superior” tiveram aproximadamente ou igual a duas vezes mais de chances de comparecer nas eleições.

A H4 pressunha que *“as chances de comparecer nas eleições gerais aumentam entre os indivíduos que discutem assuntos políticos comparando com aqueles que não discutem assuntos políticos”*. Esta hipótese foi validada na sua totalidade, Mesmo em contextos de desconfiança institucional e competição desigual, como Angola e

Moçambique, o vínculo partidário elevou substancialmente as chances de participação. Em democracias mais estáveis como Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, esse efeito foi igualmente forte, reforçando a ideia de que os partidos políticos continuam a desempenhar papel central na mobilização do eleitorado, funcionando como estruturas de organização das preferências, socialização política e confiança. A H5 – avaliação negativa de economia – pressupunha que “*a avaliação negativa da economia reduz a probabilidade de participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP*”. Esta hipótese não foi validada em Angola. Na verdade, observamos o oposto: a avaliação positiva da economia está negativamente associada à participação eleitoral. Em outras palavras, indivíduos angolanos satisfeitos com a economia apresentam menor probabilidade de comparecer às urnas do que os insatisfeitos. Em Cabo Verde a hipótese foi validada, em Moçambique, apenas na rodada 8 a variável mostrou efeitos estatísticos e em São Tomé e Príncipe nenhuma rodada 8 a variável mostrou efeitos estatístico, portanto, os resultados nestes últimos países não permitem afirmar categoricamente a validade ou não desta hipótese.

A H6 – satisfação com a democracia - pressupunha que “*Indivíduos satisfeitos com a democracia têm maior probabilidade de votar nas eleições gerais nos PALOP*”, esta hipótese foi válida em todos países, excepto em Angola. No caso angolano, a insatisfação com a democracia e a desconfiança institucional parece exercer um efeito mobilizador, sugerindo que parte do eleitorado vê nas eleições uma oportunidade de expressar seu descontentamento — mesmo diante de uma arena eleitoral limitada. H7 – participar em organizações comunitárias – pressupunha que “*participar em organizações comunitárias aumenta a probabilidade de comparecimento eleitoral nas eleições gerais nos PALOP*” esta hipótese foi validada em todos os países. As chances de participar nas eleições gerais nos PALOP duplicam entre os indivíduos que participam de organizações comunitárias comparando com aqueles que não participam destas organizações. H8 – confiança nas instituições- pressupunha que “*indivíduos que confiam nas instituições políticas têm maior probabilidade de participar das eleições do que aqueles indivíduos que não confiam*”. Esta hipótese foi válida em Cabo verde e Angola e não foi validada em Angola e Moçambique. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, contextos com maior legitimidade institucional, a confiança na democracia, no presidente e no regime funcionou como fator mobilizador. Em Moçambique e Angola, no entanto, a desconfiança

nas instituições eleitorais, como a CNE, esteve associada à abstenção, especialmente quando acompanhada por denúncias de fraude ou parcialidade.

Em relação as hipóteses de nível macro, a H9 – regime político – pressupunha que *“em sistemas semipresidencialistas, os indivíduos terão maior predisposição para comparecer às eleições legislativas, dada sua centralidade institucional; já em sistemas presidencialistas, a ênfase nas eleições presidenciais tende a desestimular a participação nas demais eleições nacionais”*. Esta hipótese não foi validada. Na verdade, constatamos, esta variável sofre efeitos de outras variáveis como por exemplo os poderes legislativos e não legislativos do Presidente. Como mostra Magalhães e Fortes (2005) sistemas com arranjos institucionais semelhantes, como os semipresidenciais, podem ter efeitos distintos na mobilização eleitoral devido às suas “propriedades relacionais”, ou seja, à configuração específica de poderes e práticas políticas que lhes são atribuídas. Nos sistemas presidencialistas, Angola e Moçambique os resultados empíricos desafiam algumas expectativas da literatura. Em Angola, Embora as eleições sejam formalmente simultâneas, não se observa correlação clara entre essa característica e a participação eleitoral. A ausência de escolha direta do chefe do Executivo pode enfraquecer os incentivos ao comparecimento.

A H10 – pressupunham que *“sistemas eleitorais mais proporcionais (como em Cabo Verde, São Tomé e Moçambique) estimulam maior participação eleitoral nas eleições legislativas nacionais, em comparação com sistemas menos proporcionais (como o de Angola), H11 – poderes do presidente – pressupunha que “em sistemas semipresidencialistas nos quais o presidente detém poderes constitucionais fortes — como em São Tomé e Príncipe —, haverá maior participação nas eleições presidenciais, em comparação com sistemas onde o presidente possui poderes mais limitados — como em Cabo Verde, e a H12 – eleições simultâneas – que pressupunha “as eleições que permitem que os eleitores votem para presidente e a legislatura ao mesmo tempo (Angola e Moçambique) tendem a afetar positivamente na participação eleitoral - não foi possível concluir a validade dessas hipóteses, entretanto, constatamos que a participação eleitoral nos PALOP é mais sensível à competitividade dos círculos eleitorais do que a outras variáveis institucionais isoladas. O tipo de sistema de governo, os poderes presidenciais ou a desproporcionalidade do sistema eleitoral têm efeitos importantes, mas é a percepção de disputa real e a incerteza quanto ao resultado que*

mais mobiliza os eleitores. Quanto mais competitivo o ambiente eleitoral, maior tende a ser a participação popular nas urnas.

A H 13 – reeleição – pressupunha que “ *não há uma relação positiva consistente entre reeleição e a participação eleitoral nas eleições gerais nos PALOP*”. Essa hipótese não foi validada. Pelo contrário, em contextos como Angola e Moçambique, marcados por baixa accountability e desconfiança institucional, a reeleição tende a produzir desmobilização, seja por apatia, seja por ceticismo em relação à eficácia do voto. Em contraste, Cabo Verde — onde a alternância no poder é mais frequente — apresenta maior estabilidade nos níveis de comparecimento, mesmo quando o incumbente não concorre. A H14 – sobre PIB per capita – foi validada. Os dados sugerem que países com maior capital humano e melhores indicadores socioeconômicos — como Cabo Verde e São Tomé — tendem, de fato, a apresentar maiores taxas de participação, em linha com as expectativas derivadas da literatura clássica (Blais, 2006; Geys, 2006). E por fim a H15 – tamanho e densidade populacional – foi validada parcialmente. Embora (Cabo Verde e São Tomé e Príncipe) registrem bons níveis de comparecimento em diversas eleições, há variações significativas entre pleitos e entre os diferentes países, o que sugere que fatores como competitividade eleitoral, engajamento partidário e conjuntura política também influenciam esse padrão.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As eleições são instituições formalmente instituídas nas constituições dos PALOP. Os processos eleitorais multipartidários acontecem desde o início da década 1990 até os dias atuais. Diante desta instituição importante para os regimes democráticos, elaboramos a seguinte questão: quais são os condicionantes da participação eleitoral nas eleições gerais dos PALOP? Apesar dos ciclos eleitorais sucessivos na maioria destes países, pouco se sabe sobre os fatores condicionantes a participação eleitoral nas eleições gerais. Na, verdade, constatamos uma lacuna teórica em relação aos estudos comparativos na área do comportamento político eleitoral nos PALOP. Das pesquisas comparativas existentes focam em outros temas, como o processo de democratização dos PALOP, a institucionalização do sistema partidário e entre outros.

Para responder à pergunta acima, selecionamos com base na literatura um conjunto de variáveis independentes de nível micro e macro. As variáveis de nível micro foram organizadas em sociodemográficas, socioeconômicas, psicológicas/atitudinais e de mobilização. No nível macro, as variáveis independentes foram institucionais e contextuais. A hipótese central da pesquisa foi fundamentada a partir da dimensão psicológica da participação, isto é, os indivíduos com maiores chances de participarem das eleições gerais nos PALOP seriam aqueles partidários, discutem assuntos políticos, participam em organizações comunitárias e aderem aos protestos. Quanto ao método de análise, utilizamos a regressão logística para estimar os efeitos das diferentes variáveis como escolaridade, renda, atenção a mídia entre outras sobre a participação eleitoral. As análises também foram baseadas nas variáveis de nível institucional e contextual, como o sistema eleitoral, eleições simultâneas, reeleição, poderes do presidente, regimes políticos, PIB per capita, tamanho da população e alfabetização.

De modo geral, os dados permitem afirmar que a qualidade da democracia importa — mas seus efeitos não são lineares. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, a estabilidade institucional, a alternância no poder e a confiança no regime funcionam como alicerces para a mobilização eleitoral. Nesses casos, a participação está alinhada ao funcionamento das instituições, e os eleitores satisfeitos tendem a votar mais. Já em Angola e Moçambique, a fragilidade das instituições eleitorais, a recorrência de denúncias de fraude e a percepção de baixa responsividade estatal produzem efeitos

ambíguos: a participação é maior entre os insatisfeitos em Angola, indicando voto como forma de resistência, enquanto em Moçambique predomina a abstenção como expressão de descrença.

Especificamente, os resultados sugerem que, idade é um condicionante robusto da participação nos quatro países. Os Jovens entre 18 e 24 anos participaram menos, enquanto adultos, especialmente acima de 35 anos, demonstraram níveis mais elevados de comparecimento às urnas. A escolaridade também exerceu papel relevante, mas com intensidade e direção variáveis. Em Cabo Verde e Moçambique, indivíduos com ensino médio e superior apresentaram maior propensão ao voto em eleições mais recentes, o que corrobora a teoria dos recursos cívicos. Já em Angola, os efeitos da escolaridade foram menos sistemáticos, e em São Tomé e Príncipe foram observados tanto efeitos positivos quanto ausentes. A identificação partidária foi o fator atitudinal mais consistente em todos os países. Mesmo em contextos de desconfiança institucional e competição desigual, como Angola e Moçambique, o vínculo partidário elevou substancialmente as chances de participação. Outro fator importante foi o engajamento comunitário. Em Moçambique, São Tomé e Príncipe e Cabo Verde, a participação em associações locais e, em menor grau, a adesão a protestos, se mostraram positivamente associadas ao voto. A relação entre confiança institucional e participação revelou um padrão ambivalente. Em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe, contextos com maior legitimidade institucional, a confiança na democracia, no presidente e no regime funcionou como fator mobilizador. Em Moçambique e Angola, no entanto, a desconfiança nas instituições eleitorais, como a CNE, esteve associada à abstenção, especialmente quando acompanhada por denúncias de fraude ou parcialidade. Em Angola, inclusive, a participação dos insatisfeitos e desconfiados superou a dos satisfeitos — sinalizando que, em regimes híbridos, o voto pode ser usado como instrumento de protesto mais do que de endosso.

Do ponto de vista institucional, os dados históricos das eleições gerais nos PALOP sugerem que a centralidade institucional do Legislativo nos sistemas semipresidencialistas — particularmente em Cabo Verde e São Tomé e Príncipe —

contribui para sustentar níveis mais consistentes de participação nas eleições legislativas, mesmo quando realizadas separadamente das presidenciais. No que se refere à simultaneidade das eleições, a evidência empírica sustenta parcialmente a hipótese de que eleições presidenciais e legislativas realizadas de forma conjunta — como em Angola e Moçambique — tendem a alavancar a participação. Em Moçambique, por exemplo, a realização simultânea favoreceu a mobilização em ciclos eleitorais marcados por forte polarização e competição política. Contudo, em Angola, embora as eleições também sejam simultâneas, os níveis de participação apresentam maior oscilação e queda recente, sugerindo que a simultaneidade, isoladamente, não é suficiente para garantir engajamento elevado. O efeito dos poderes presidenciais sobre o comparecimento às urnas está condicionado por outros fatores institucionais e contextuais, como o grau de competição, a legitimidade do processo eleitoral e o papel mobilizador dos partidos.

No tocante à possibilidade de reeleição do presidente, os dados dos PALOP corroboram a hipótese crítica formulada com base em Dettrey e Schwindt-Bayer (2009) e Pereira (2023): a presença de um incumbente na disputa não se associa, necessariamente, a maior participação. Pelo contrário, em contextos como Angola e Moçambique, marcados por baixa accountability e desconfiança institucional, a reeleição tende a produzir desmobilização, seja por apatia, seja por ceticismo em relação à eficácia do voto. Em contraste, Cabo Verde — onde a alternância no poder é mais frequente — apresenta maior estabilidade nos níveis de comparecimento, mesmo quando o incumbente não concorre. Em síntese, a análise qualitativa dos fatores macro nos PALOP indica que não há um único arranjo institucional ou contexto estrutural que, isoladamente, explique os padrões de participação eleitoral. Ao contrário, os dados sugerem a existência de efeitos combinados e interativos entre sistema de governo, regras eleitorais, conjuntura política, estrutura econômica e capital cívico. Tais achados reforçam a necessidade de abordagens analíticas sensíveis às especificidades históricas e institucionais dos países africanos, evitando generalizações derivadas de modelos consolidados em democracias ocidentais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AFROBAROMETER. **Survey resources and data**. 2025. Disponível em: <https://www.afrobarometer.org/data/data-sets/>. Acesso em: 08 de jul. 2025
- ALMOND, G. A.; VERBA, S. **The Civic Culture: Political Attitudes and Democracy in Five Nations**. Princeton: Princeton University Press, 1963.
- AMES, B.; RENNO, L.; RODRIGUES, F. **Democracy, Market, Reform, and Social Peace in Cape Verde**. Lisboa: Afrobarometer Working Paper, n. 25, p. 1-38, 2003.
- ANGOLA. **Constituição da República de Angola**. Luanda, 2010. Disponível em: https://governo.gov.ao/fotos/frontend_1/editor2/constituicao_da_republica_de_angola.pdf. Acesso em: 21 nov. 2022;
- ARCELUS, F; MELTZER, A. H. The effect of aggregate economic variables on congressional elections. **American Political Science Review**, v. 69, n. 4, p. 1232-1239, 1975.
- ARMAH-ATTOH, D.; GYIMAH-BOADI, E.; CHIKWANHA, A. B. **Corruption and Institutional Trust in Africa: Implications for Democratic Development**. Afrobarometer Working Paper, n. 81, 2007.
- BAHATI, Y; HASAN, K, M; WASS, H. The relationship between age and turnout: a roller-coaster ride. **Electoral Studies**, v. 32, p. 588-593, 2012.
- BASEDAU, M. *et al.*. Ethnicity and party preference in sub-Saharan Africa. **Democratization**, v. 18, n. 2, p.462-489, 2011.
- BAAYE, S. A.; HALE, T. **Weak Public Trust, Perceptions of Corruption Mark São Tomé and Príncipe Institutions**. Afrobarometer Dispatch, n. 200, 2018.
- BESSA, S. J. D. **O sistema eleitoral angolano: a consolidação democrática através da garantia de eleições livres**. 2016. 116 f. Dissertação (Mestrado em Direito) – Universidade Aberta de Lisboa, Lisboa, 2016.
- BLAIS, A DOBRZYNSKA, A. Turnout in Electoral Democracies. **European Journal of Political Research**, v. 33, p. 239-261, 1998.
- BLAIS, A. What Affect Voter Turnout, Annu. **Rev. Polit. Sci**, v. 9, p. 111-125, 2006.
- BLAIS, A; GIDENGIL, E; NEVITTE, N. Where does turnout decline come from. **European Journal of Political Research**, v. 43, n. 2, p. 221-236, 2004.
- BLAIS, A.; MASSICOTTE, L. Electoral systems. In: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, P. (org.). **Comparing Democracies 2: New Challenges in the Study of Election and Voting**. London: Sage Publications, 2002.

BLAIS, A. *et al.* Where does turnout decline come from? **European Journal of Political Research**, v. 41, n. 5, p. 621–636, 2002.

BLAIS, André; MASSICOTTE, Louis; YOSHINAKA, Antoine. Deciding who has the right to vote: a comparative analysis of election laws. **Electoral Studies**, v. 20, n. 1, p. 41-62, 2001.

BLAIS, A. **To Vote or Not to Vote: The Merits and Limits of Rational Choice Theory**. Pittsburgh: University of Pittsburgh Press, 2000.

BLAIS, A; CARTY, R, K. Does proportional representation foster voter turnout? **European Journal of Political Research**, v. 18, p. 167-181, 1990.

BOIO, D. BANGULA, M. **As Eleições Angolanas de 2012: Percepções Sobre A Abstenção Juvenil (o caso dos jovens)**. Luanda, 2013. Disponível em: <http://www.ispsn.org/page/projectos-de-investiga%C3%A7%C3%A3o-em-curso>. Acesso em: 20 jun. 2024.

BRADY, H. E. **An Analytical Perspective on Participatory Inequality and Income Inequality**. Berkeley: University of California, 2003.

BRATTON, M. The second elections in Africa. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 3, p. 51–66, 1998.

BRATTON, M.; MATTES, R.; GYIMAH-BOADI, E. **Public Opinion, Democracy, and Market Reform in Africa**. New York: Cambridge University Press, 2005.

BRATTON, M; MATTES, R. Support for economic reform? Popular attitudes in Southern Africa. **World Development**, v. 31, n. 2, p. 303-323, 2003;

BRATTON, M. Second Elections in Africa. **Journal of Democracy**, v. 9, n. 3, p. 51–66, 1998;

BYE, V. *et al.* **A política das eleições gerais de 2022 em Angola**. Luanda: Instituto Superior Politécnico Jean Piaget de Benguela, 2022.

CABO VERDE. **Constituição da República de Cabo Verde de 1992**. 4. ed. Praia: Assembleia Nacional, 2012;

CAMPBELL, R. Gender and voting. In: ARZHEIMER, K.; EVANS, J.; LEWIS-BECK, M. S. (ed.). **The SAGE Handbook of Electoral Behaviour**. Washington, DC: SAGE, 2017.

CAMPBELL, A, *et al.* **The American Voter**. London: University of Chicago Press, 1976.

CAMPBELL, A. *et al.* **The American Voter**. New York: Wiley, 1960.

CARERAS, M; Presidential Institutions and Electoral Participation in Concurrent Elections in Latin America. **Political Studies**, v. 66, n. 3, p. 541– 559, 2018.

CARERAS, M.; CASTAÑEDA-ANGARITA. “Who votes in Latine American: A Test of Three Theoretical Perspectives”. **Comparative Political Studies**, v. 47, n. 8, p. 1079–1104, 2014.

CARRERAS, M.; IREPOĞLU, Y. Trust in elections, vote buying, and turnout in Latin America. **Electoral Studies**, v. 32, n. 4, p. 609-619, 2013.

CHICHAVA, S. **Uma província “rebelde”**: o significado do voto zambeziano a favor da Renamo. Maputo: Conference Paper, n. 8, 2007.

CHESNUT, R. A. **Competitive Spirits Latin America’s New Religious Economy**. New York: Oxford University Press, 2003;

CUTLER, N. E. BENGTON.V.I. Age and political alienation: Maturation, generation and period effects. *In*: DALTON; KLINGEMANN (eds). **Oxford Handbook of Political Behavior**. Oxford: Oxford University Press, 1974;

DALTON, R. J.; KLINGEMANN, H. D. **Citizens and political behavior**. Oxford Handbooks Online: Comparative Politics, 2007

DENNY, K.; DOYLE, O. Political interest, cognitive ability and personality: determinants of voter turnout in Britain. **British Journal of Political Science**, v. 38, n. 2, p. 291–310, 2008.

DELGADO, J. J. **Eleições de segunda ordem em Cabo Verde: 1991 a 2016**. 2017. 50 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2017.

DIAMOND, L. **Developing Democracy: Toward Consolidation**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1999.

DIAMOND, L.; PLATTNER, M. F.; YOUNG, C. (org.). **Consolidating the Third Wave Democracies**. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1997

DOWNS, A. **Uma teoria econômica da democracia**. New York: Harper & Row Publishers, 1957.

DUVERGER, Maurice. A New Political System Model: semi-presidential government. **European Journal of Political Research**, v. 8, n. 2, p. 165-187, 1980.

DRAY, J. D. **Voter turnout in Sub-Saharan Africa**. 2010. 338 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – University of Oxford, Oxford, 2010.

EASTON, D. A. **Systems Analysis of Political Life**. New York: Wiley, 1965.

ELGIE, Robert; FAUVELLE-AYMAR, Christine. Turnout under semipresidentialism: first and second order election to national level institutions. **Comparative Political Studies**, v.45, n. 13, p. 1598-1623, 2012.

ERDMANN, G. **Votes, Money and Violence Political Parties and Elections in Sub-Saharan Africa**. Nordiska Afrikainstitutet; South Africa: University of KwaZulu-Natal Press, 2007a.

ERDMANN, G. **The cleavage model, ethnicity and voter alignment in Africa: conceptual and methodological problems revisited**. GIGA Working Paper, n. 63, 2007b

EUSÉBIO, C. **Condicionantes da participação eleitoral nas eleições nacionais em Moçambique: 2005 a 2015**. 2021. 108 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2021.

EUSÉBIO, C.; CASALLECHI, G. A. Eleições legislativas e presidenciais em sistemas presidencialistas e semipresidencialistas nos países africanos de língua oficial portuguesa. **Debates**, v. 16, n. 3, p. 10–27, 2022.

FERNANDES, C. D. **Atitudes face à democracia: Cabo Verde e Moçambique em perspectiva comparada (2002–2012)**. 2014. 61 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política ou área correspondente) – ISCTE – Instituto Universitário de Lisboa, Lisboa, 2014.

FIGUIEREDO, M. **A decisão do Voto: Democracia e Racionalidade**, 2 ed. Belo Horizonte: UFMG, 2008.

FILER, John E.; KENNY, Lawrence W.; MORTON, Rebecca B. Redistribution, income, and voting. **American Journal of Political Science**, v. 37, n. 1, p. 63-8, 1993;

FIORINA, M. P. The voting decision: instrumental and expressive aspects. **The journal of politics**, v. 38, n. 2, p. 390-413, 1976;

FORNOS, C, A; POWER, T, J; GARAND, J, C, Explaining Voter Turnout in Latin America, 1980 to 2000. **Comparative Political Studies**, v. 37, n. 8, p. 909-940, 2004.

FRANKLIN, Mark N. The dynamics of electoral participation. *In*: LEDUC, L.; NIEMI, R. G.; NORRIS, Pippa (ed.). **Comparing democracies 2: new challenges in the study of elections and voting**. London: Sage, 2002, p. 148-168;

FRANKLIN, M, N. **Voter turnout and the dynamic of electoral competition in established democracies since 1945**. New York: Cambridge University Press, 2004.

FRANKLIN, M.N. **Electoral participation, in Comparing Democracies: Elections and Voting in Global Perspective**, ed. Laurence Leduc, Richard Niemi and Pippa Norris. Thousand Oaks CA: Sage 1996.

FRANKLIN, Mark. **Voter Turnout and the Dynamics of Electoral Competition in Established Democracies since 1945**. Cambridge: Cambridge University Press, 2004.

FREEDOM HOUSE. **Countries and Territories: Freedom House** rates people's access to political rights and civil liberties in 210 countries and territories through its annual Freedom in the World report. Freedom House, c2022. Disponível em:

<<https://freedomhouse.org/countries/freedom-world/scores>>. Acesso em: 05 mar. 2021;

FREIRE, A. Eleições de segunda ordem e ciclos eleitorais no Portugal democrático, 1974-2004. **Análise Social**, v. 40, n. 177, p. 815-846, 2005.

FRIDY, K.S. The elephant, umbrella, and quarrelling cocks: disaggregating partisanship in Ghana's fourth republic. **African Affairs**, v. 106, n. 423, p. 281-305, 2007.

GEYS, B. Explaining voter turnout: a review of aggregate-level research. **Electoral Studies**, v. 25, n. 4, p. 637-663, 2006a.

GEYS, B. Rational theories of voter turnout: a review. **Political Studies Review**, v. 4, n. 1, p. 16-35, 2006b.

GURR, T. R. Why men rebel. In: KAISER, A.; KROPP, S. (org.). **Schlüsselwerke der Politikwissenschaft**. Wiesbaden: VS Verlag für Sozialwissenschaften, 2007. p. 137-140.

HAIR JR., J. F. *et al.* **Multivariate data analysis**. 7. ed. Upper Saddle River: Prentice Hall, 2009.

HIGHTON, B. Residential mobility, community mobility, and electoral participation. **Political Behavior**, v. 22, n. 2, p. 109-120, 2000.

HOROWITZ, D. L. **Ethnic Groups in Conflict**. Califórnia: University of California Press, 1985.

HUNTINGTON, S. P. **A terceira onda: a democratização no final do século XX**. São Paulo: Ática, 1994.

INGLEHART, R.; NORRIS, P. **Rising tide: gender equality and cultural change around the world**. Cambridge: Cambridge University Press, 2003.

INGLEHART, R; NORRIS, P. The Developmental Theory of the Gender Gap: Women's and Men's Voting Behavior in Global Perspective. **International Political Science Review**, v. 21, n. 4, p. 441-463, 2000.

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). **Voter turnout by election type: Cabo Verde**. IDEA, c2022a. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/country-view/89/40>>. Acesso em: 18 dez. 2022;

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). **Voter turnout by election type: Guinea-Bissau.** IDEA, c2022b. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/country-view/120/40>>. Acesso em: 18 dez. 2022;

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). **Voter turnout by election type: Mozambique.** IDEA, c2022c. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/country-view/222/40>>. Acesso em: 18 dez. 2022;

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). **Voter turnout by election type: Sao Tome and Principe.** IDEA, c2022d. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/country-view/272/40>>. Acesso em: 18 dez. 2022;

INSTITUTE FOR DEMOCRACY AND ELECTORAL ASSISTANCE (IDEA). **Voter turnout by election type: Angola.** IDEA, c2022e. Disponível em: <<https://www.idea.int/data-tools/country-view/50/40>>. Acesso em: 18 dez. 2022;

IBELL, T. *Keeping tabs? Perceptions of relative deprivation and political trust in Africa.* Working Paper n. 1996, p. 1-36, South Africa, 2023.

JACKMAN, S. Bayesian analysis for political research. **Annual Review of Political Science**, v. 7, p. 483-505, 2004;

JACKMAN, R. W. Political Institutions and Voter Turnout in the Industrial Democracies. **The American Political Science Review**, v. 81, n. 2, p. 405-424, 1987.

JONES, MARK P. Presidential election laws and multipartism in Latin America. **Political Research Quarterly**, v. 47, n. 1, p. 41-57, 1994.

KETTILSON, M. C.; ANDERSON, C. J. Electoral supply and voter turnout. *In*: DALTON, R.; ANDERSON, C. J. (org.). **Citizens, Context and Choice.** Oxford: Oxford University Press, 2011

KEULDER, C. Voting behaviour in Namibia. *In*: KEULDER, C. (ed.). **State, Society and Democracy: A Reader in Namibian Politics.** Windhoek: Namibian Institute for Democracy, 2000.

KONZELMANN, L.; WAGNER, C.; RATTINGER, H. Turnout in Germany in the course of time: Life Cycle and cohort effects on electoral turnout from 1953 to 2049. **Electoral Studies**, v. 31, n. 2, p. 250– 261, 2012.

KOSTADINOVA, T. Voter turnout dynamics in postcommunist Europe. **European Journal of Political Research**, v. 42, n. 6, p.741– 759, 2003.

KRAMER, Gerald H. Short-term fluctuations in U. S. voting behavior. **Amerian Political Science Review**, v. 65, n. 1, p. 131-143, 1971.

KUENZI, M.; LAMBRIGHT, G. M. S. Voter turnout in Africa's multiparty regimes. **Journal of Modern African Studies**, v. 40, n. 6, p. 665-690, 2007.

KUENZI, M.; LAMBRIGHT, G. Who votes in Africa? An examination of electoral turnout in 10 African countries. **Afrobarometer Working Paper**, n. 51, 2005.

KVANLI, A.; GUYNES, C.; PAVUR, R. **Introduction to business statistic—a computer integrated data analysis approach**. 4Th. Paul: West Publishing Company, 1996.

LASSEN, D.D. The Effect of Information on Voter Turnout: Evidence from a Natural Experiment. **American Journal of Political Science**, v. 49, n. 1, p. 103-118, 2005.

LAZARSELD, P, F; BERELSON, B; GAUDET, H. **The People's Choice**: how the voter make up his mind in presidential campaign. New York: Columbia University Press, 1994.

LEIGHLEY, J. E.; NAGLER, J. Individual and systemic influences on turnout: Who votes? **The Journal of Politics**, v. 54, n. 3, p. 718–740, 1992.

LEKALAKE, R; GYIMAH-BOADI, E. Does less engaged mean less empowered? Political participation lags among African youth, especially women. **Afrobarometer Policy Paper**, n. 34, p. 1-36, 2016;

LEWIS-BECK, M. S.; PALDAM, M. Economic voting: an introduction. **Electoral Studies**, v. 19, n. 2-3, p. 113-121, 2000.

LINDBERG, S.I. MORRISON, M.K. Are African voters really ethnic or clientelistic? Survey evidence from Ghana. **Political Science Quarterly**, v. 123, n. 1, p. 95-122, 2008

LIPSET, Seymour Martin. **Political Man**: The Social Bases of Politics. Expanded ed. Baltimore: Johns Hopkins University Press, 1981.

LIPSET, S. M. **Political Man**: The Social Bases of Politics. Garden City, NY: Doubleday, 1960.

LIPSET, Seymour Martin. Some social requisites of democracy: economic development and political legitimacy. **American Political Science Review**, v. 53, n. 1, p. 69-105, 1959.

MAGALHÃES, P; FORTES, B. G. As eleições presidenciais em sistemas semipresidenciais: participação eleitoral e punição dos governos. **Análise Social**, v. 40, n. 177, p. 891-922, 2005.

MANGO, C. **As lutas de libertação e os processos de descolonização nos países africanos de língua oficial portuguesa (1955-1975)**. 2016. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, São Francisco do Conde, 2016.

MATSIMBE, Zefanias A. Estudos eleitorais em África: desafios teóricos, metodológicos

e conceituais. *In: Estudos eleitorais em África: desafios para Moçambique*. Maputo, 2018. p. 121-134.

MAZULA, B. *et al. Eleitorado incaptornável: eleições municipais de 1998 em Manica, Chimoio, Beira, Dondo, Nampula e Angoche*. Maputo, 1998.

MAZULA, B. **Moçambique: eleições, democracia e desenvolvimento**. Maputo, 1995.

MAZULA, B. **Voto e urnas de costas voltadas: abstenção eleitoral 2004**. Maputo, 2006.

MCCOMBS, M.; SHAW, D. The agenda-setting function of mass media. **Public Opinion Quarterly**, v. 36, n. 2, p. 176–187, 1972;

METCALF, Lee Kendall. Measuring presidential power. **Comparative Political Studies**, v. 33, n. 5, p. 660- 685, 2000.

MOÇAMBIQUE. **Constituição da República**. Boletim da República, n. 51, 22 dez. 2004

MOÇAMBIQUE. **Lei nº 1/2018**. Lei da revisão pontual da Constituição da República de Moçambique. Boletim da República, I série, n. 115, 2018.

NICOLAU, J. **Participação Eleitoral: evidências sobre o caso brasileiro**, VIII congresso Luso-Afro-brasileiro de ciências sociais, 2004, Coimbra.

NORRIS, P. **Democratic deficit: critical citizens revisited**. Cambridge: Cambridge University Press, 2011.

NORRIS, P. **Democratic phoenix: reinventing political activism**. New York: Cambridge University Press, 2002.

NUVUNGA, A.; SALIH, M. A. Mohamed. Mozambique's 2009 elections: framing democratic consolidation in context. **Journal of African Elections**, v. 9, n. 1, p. 34-53, 2010;

PACATOLO, C.; BOIO, D. Proporção de angolanos que manifesta intenção de votar na UNITA aumentou desde 2019, mostra inquérito do Afrobarometer. **Comunicado de Imprensa**, Benguela, p. 1–4, 2022.

PACATOLO, C. **The Emerging Predominant Party Systems in Angola (2008-2017)**. Working paper 01/22. Lisboa: Centro de Investigação do Instituto de Estudos Políticos, 2022, p. 1- 15.

PACATOLO, C.; BOIO, D. Os angolanos confiam mais nos líderes religiosos do que em outros líderes e instituições. **Afrobarometer Paper**, Lobito-Benguela, Angola, 2020.

PERREIRA, J. C. G.; DAVIDS, Y. D.; MATTES, R. Mozambicans' views of democracy and political reform: a comparative perspective. **Afrobarometer Paper**, n. 22, 2002.

PERRIERA, J. C. G. *et al.* Eight of multiparty democracy in Mozambique: the public's view. **Afrobarometer Paper**, n. 30, 2003.

PIVEN, F. F.; CLOWARD, R. A. **Poor People's Movements: Why They Succeed, How They Fail.** New York: Vintage, 1977;

POWELL, G, B. American voter turnout in comparative perspective. **The American Science review**, v. 80, n. 1, p. 17-43, 1986.

POWELL, G. B. **Contemporary democracies: participation, stability, and violence.** Cambridge, Massachusetts; London, England: Harvard University Press, 1982.

POWELL, G. Bingham. Voting Turnout in Thirty Democracies: Partisan, Legal, and Socio-Economic Influences. In: FLANAGAN; DALTON (orgs.). **Political Behavior.** Boston: Little, Brown, 1984.

PUTNAM, R. D. **Bowling Alone: The Collapse and Revival of American Community.** New York: Simon & Schuster, 2000.

QUEIROZ, T. de O. **Trajetórias democráticas e estratégias de liberalização política: evolução da democracia nos países africanos de língua oficial portuguesa nos pós-Guerra Fria.** 2017. 322 f. Tese (Doutorado em Relações Internacionais) – Instituto de Relações Internacionais, Universidade de Brasília, Brasília, 2017.

RADCLIFF, B. The welfare state, turnout and the economy: a comparative analysis. **American Political Science Review**, v. 86, n. 2, p. 444-454, 1992.

RANDALL, V. **Women and Politics: An International Perspective.** London: Macmillan Education UK, 1987. p. 95-156.

RAUDENBUSH, S. W.; BRYK, A. S. **Hierarchical linear models: applications and data analysis methods.** 2. ed. Newbury Park, California: Sage, 2002.

REIF, K.. National electoral cycles and European elections 1979 and 1984. **Electoral Studies**, v. 3, n. 3, p. 244-255, 1984.

REIF, K.; SCHMITT, H. Nine second-order national elections: a conceptual framework for the analysis of European election results. **European Journal of Political Research**, v. 8, p. 3-44, 1980.

RESNICK, D. CASALE, D. The Political participation of African youth: turnout, partisanship and protest. **Working Paper**, n.136, p.1-37, 2011.

RIBEIRO, E, A. BORBA, J. SILVA, R. Comparecimento eleitoral na América Latina: uma análise multinível comparada. **Rev. Sociol. Polit.**, v. 23, n. 54, p.91-108, 2015.

RIEF, H. SCHMITT, H. Nine Second-Order National Elections – a Conceptual Framework for the Analysis of European Election Results. **European Journal of Political Research**, v. 8, p. 3-44, 1980.

ROQUE, P. C. **Angola's second postwar elections: the alchemy of change**. Institute for Security Studies: Situation Report. Pretória, 2013, p.1-11.

ROSENSTONE, S. J.; HANSEN, J. M. **Mobilization, Participation, and Democracy in America**. New York: Macmillan Publishing Company, 1993;

SANCHES, E. R. Construindo uma democracia de partidos: Cabo Verde e São Tomé e Príncipe em perspectiva comparada (1991-2016) Rio de Janeiro, 2017. *In*: ARAÚJO, M. P. Araújo; PINTO, A. C. (eds.), **Democratização, memória e justiça de transição nos países lusófonos**. Rio de Janeiro: Editora Autografia Edição e Comunicação; p. 164-193.

SANCHES, E. Institucionalização dos sistemas partidários na África Lusófona: o caso cabo-verdiano. **Cadernos de Estudos Africanos**, Lisboa, n. 20, p. 112-138, 2010.

SANTOS, A. A. P.; MARRONI, E. V. Para além de eleições regulares: debate sobre o contexto democrático em São Tomé e Príncipe. **SciELO Preprints**, p. 1-19, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.6879>.

SÃO TOME E PRÍNCIPE. **Constituição da República Democrática de São Tomé e Príncipe**. São Tomé, 2003. Disponível em: <<https://www2.camara.leg.br/saotomeeprincipe/constituicao/constituicao-da-republica-democratica-de-s.tome-e>>. Acesso em: 16 set. 2022;

SARTORI, G. **Ingenieria constitucional comparada: una investigación de estructuras, incentivos y resultados**. 3. ed. Cidade do México: FEC, 2003;

SEGURA, G. BOWLER, S. **The Future Is Ours: Minority Politics, Political Behavior, and the Multiracial Era of American Politics**. Thousand Oaks: Sage, 2012.

SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E.; VERBA, S. **Unequal and unrepresented: political inequality and the people's voice in the new glided age**. Princeton: Princeton University Press, 2018.

SHUGART, Matthew. Semi-presidential systems: dual executive and mixed authority patterns. **French Politics**, v. 3, p. 323-351, 2005.

SHUGART, M.; CAREY, John M. **Presidents and Assemblies: constitutional design and electoral dynamics**. Cambridge: Cambridge University Press, 1992;

SILVA, R. **Comportamento eleitoral na América Latina e no Brasil: em busca dos determinantes das abstenções, votos brancos e votos nulos**. 2016. 191 f. Tese

(Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2016.

SMETS, K. VAN HAM, C. The embarrassment of riches? A meta- analysis of individual level research on voter turnout. **Electoral Studies**, v. 32, n. 2, p. 344– 359, 2013.

STOCKEMER, D.; CALCA, P. Presidentialism and voter turnout in legislative elections. **Parliamentary Affairs**, v. 67, n. 3, p. 561-583, 2014.

TAMBE, E. B. **Electoral participation in newly consolidated democracies: turnout in Africa, Latin America, East Asia, and post-communist Europe**. New York: Routledge, 2021.

TAMBE, E. B. **Who does not vote and why?** Implication for new democracies. IntechOpen, 2018. p. 1-20. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.5772/intechopen.80988>.

TAVITS, M. Direct presidential elections and parliamentary contests. **Political Research Quarterly**, v. 62, n. 1, p. 42-54, 2008.

TERENCIANO, F. **Democracia eleitoral e o papel dos partidos políticos na estruturação do voto: um caso africano – Moçambique (1994-2014)**. 2020. 187 f. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Universidade Federal de São Carlos, 2020.

TERENCIANO, F. **Competição política e geografia eleitoral em Moçambique (1994-2014)**. 2016. 118 f. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Pará, Belém, Pará, 2016.

TERENCIANO, F; SOUZA, C; SOCORRO, M. Partidos e Competição Eleitoral nas Eleições de 2014 em Moçambique. **Em Tese**, v. 13, n. 12, p. 37-60, 2016.

TOPF, R. Beyond electoral participation. In: KLINGEMANN, H.-D.; FUCHS, D. (org.). **Citizens and the State**. v. 1, p. 52-91, 1995.

TSANDZANA, D. The political participation of youth in Mozambique’s 2019 general elections. **Journal of African Elections**, v. 21, n. 1, p. 95-119, 2022.

UHLANER, C. J. “Relational goods” and participation: Incorporating sociability into a theory of rational action. **Public choice**, v. 62, n. 3, p. 253-285, 1989.

VERBA, Sidney; NIE, Norman H.; KIM, Jae-On. **Participation and political equality: a seven-nation comparison**. Cambridge: Cambridge University Press, 1978;

VERBA, S.; SCHLOZMAN, K. L.; BRADY, H. E. **Voice and Equality: Civic Voluntarism in American Politics**. Harvard University Press, 1995.

VICTORINO, A, P. **Condicionantes da participação eleitoral em 36 países do continente africano**. 2023. 231 f. Tese (Doutorado em Ciência Política), Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2023.

VICTORINO, A. P. *et al.* **Geografia da alienação eleitoral em Moçambique.** *In:* Encontro da Associação Latino-Americana de Ciência Política – Alacip, 26-28 jul. 2017, Montevideú. Anais... Montevideú: ALACIP, 2017.

VICTORINO, A.; SOUZA, C. Determinantes do comportamento eleitoral nas eleições legislativas em Moçambique (1994-2014). **Política, Globalidad y Ciudadanía**, v. 2, n. 4, p. 19-42, ago./dez. 2016.

VINTE E CINCO, S.; PAIVA, J. S. Eleições gerais em Angola: 24 de agosto de 2022. **Polis**, n. 6, p. 183-190 , jul./dez. 2022.

YOUNG, D. J. A close up of voter turnout: survey data from Africa. *In:* Annual Meeting of the Midwest Political Science Association, Chicago, 2004.

WOOLDRIDGE, J. M. **Econometrics:** a modern approach. 4. ed. Southwestern: Cengage Learning, 2009.

WORLD BANK, The. **World Bank Open Data.** 2023. Disponível em: <https://data.worldbank.org/>. Acesso em: 08 jul. 2024.

APÊNDICE A

//////////////////////////////////// Tese Cassiano //////////////////////////////////////

* Última versão: 01/04/2025 //////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

*////////////////////////////////////

* RODADA 9 (2023) *****

*////////////////////////////////////

* Abrir banco de dados

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\rodada9.dta", clear

* Manter apenas Angola (2) Cabo Verbe (6) e Moçambique (25) e São Tomé and Príncipe (29)

keep if COUNTRY == 2 | COUNTRY == 6 | COUNTRY == 25 | COUNTRY == 29

* CODIFICANDO BANCO DE DADOS *****

* VARIÁVEL DEPENDENTE //////////////////////////////////////

* Participou nas últimas eleições nacionais

* OBS: . = missing data

* OBS: , m = mostrar missing na tabela

recode Q13 (0=0) (1/2=.) (3=1) (8/9=.), gen(part)

label variable part "Participou das eleições nacionais"

label define part 0 "Não" 1 "Participou"

label values part part

tab Q13 part, m

*** VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //////////////////////////////////////***** Homem (Q100)****recode Q100 (1=1) (2=0), gen(homem)****label variable homem "Homem"****label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"****label values homem homem****tab Q100 homem, m***** Faixa etária (Q1)****recode Q1 (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3) (998=.), gen(idade)****label variable idade "Faixas etárias"****label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"****label values idade idade****tab Q1 idade, m***** Local de residência (URBRUR)****recode URBRUR (1=1) (2=0), gen(urbano)****label variable urbano "Local de residência"****label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"****label values urbano urbano****tab URBRUR urbano, m***** Proxy Renda (fome) (Q6A)****recode Q6A (0=2) (1/2=1) (3/4=0) (8/9=.), gen(fome)****label variable fome "Quantas vezes já passou fome?"****label define fome 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"****label values fome fome****tab Q6A fome, m**

*** Atenção à mídia (Q74A)**

***radio**

recode Q74A (0=0)(1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)

label variable radionoticia "Quantas vezes escuta notias no radio?"

label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values radionoticia radionoticia

tab radionoticia, m

***tv**

recode Q74B (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)

label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta notias na tv?"

label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values tvnoticia tvnoticia

tab tvnoticia, m

*** Escolaridade**

recode Q94 (0/1=0) (2/3=1) (4/5=2) (6/9=3) (98/99=.), gen(escol)

label variable escol "Escolaridade"

label define escol 0 "Educação informal" 1 "Ens. Fund." 2 "Ens. Médio" 3 "Ens. Sup."

label values escol escol

tab Q94 escol, m

*** MOBILIZAÇÃO //////////////////////////////////////**

*** Identificação partidária**

recode Q89A (0=0) (1=1) (8/9=.), gen(idpart)

label variable idpart "Identificação partidária"

label define idpart 0 "Não" 1 "Identifica-se"

label values idpart idpart

tab Q89A idpart,m

*** Religião**

recode Q95 (0=2)(1/17=0)(32/33=0)(34=2)(18/20=1) (2=1) (25/30=2) (9995=2) (9998/9999=.), gen(religiao)

label variable religiao "Religião"

label define religiao 0 "Cristão" 1 "Mulçumano" 2 "Outras"

label values religiao religiao

tab religiao,m

*** INDIVIDUAIS / PSICOLÓGICAS //////////////////////////////////////**

*** Quantas vezes conversa sobre política (Q8)**

recode Q8 (0=0) (1=1) (2=2) (8/9=.), gen(dispol)

label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"

label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"

label values dispol dispol

*** Integridade eleitoral**

recode Q14A (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/98=.), gen(inte)

label variable inte "Eleições são livres e justas"

label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"

label values inte inte

*** participação política**

***participar em reunião comunitária**

```

recode Q10A (0=0) (1=1) (2/4=2)(8/9=.), gen(partreucomu)
label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"
label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"
label values partreucomu partreucomu
tab partreucomu, m

```

***participar de protesto/marcha**

```

recode Q10C (0=0) (1=1) (2/4=2)(8/9=.), gen(participaçãopro)
label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"
label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"
label values participaçãopro participaçãopro
tab participaçãopro, m

```

*** RACIONAL //////////////////////////////////////**

*** Avaliação econômica do país (Q4A)**

```

recode Q4A (1/2=0) (3=1) (4/5=2) (8/9=.), gen(avecon)
label variable avecon "Avaliação econômica do país"
label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"
label values avecon avecon
tab, Q4A avecon, m

```

*** Avaliação econômica individual**

```

recode Q4B (1/2=0) (3=1) (4/5=2) (8/9=.), gen(aveconi)
label variable aveconi "Avaliação econômica individual"
label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"
label values aveconi aveconi
tab, Q4A aveconi, m

```

*** Satisfação com a democracia**

recode Q31 (0=.) (1=0) (2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(satdem)

label variable satdem "Satisfação com a democracia"

label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"

label values satdem satdem

tab Q31 satdem, m

*** CULTURA CÍVICA //**

*** Adesão à democracia**

recode Q23 (1/2=0) (3=1) (8=.) (9=0), gen(addem)

label variable addem "Adesão à democraca"

label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"

label values addem addem

tab Q23 addem, m

*** Confiança no Presidente**

recode Q37A (0=0) (1/2=0) (3/4=1) (8/9=.), gen(confpres)

label variable confpres "Confiança no Presidente"

label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpres confpres

tab Q37A confpres, m

Confiança no Parlamento

recode Q37B (0=0) (1/2=0) (3/4=1) (8/9=.), gen(confpar)

label variable confpar "Confiança no Parlamento"

label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpar confpar

tab Q37B confpar, m

*** Confiança na Comissão eleitoral**

recode Q37C (0=0) (1/2=0) (3/4=1) (8/9=.), gen(confcom)

label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"

label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confcom confcom

***////////////////////////////////////**

*** RODADA 8 (2022) *******

***////////////////////////////////////**

*** Abrir banco de dados**

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\merged_r8_34_countries.dta", clear

*** Manter apenas Angola (2) Cabo Verbe (6) e Moçambique (23)**

keep if COUNTRY == 2 | COUNTRY == 6 | COUNTRY == 23

*** CODIFICANDO BANCO DE DADOS *******

*** VARIÁVEL DEPENDENTE //////////////////////////////////////**

*** Participou nas últimas eleições nacionais**

recode Q13 (0=0) (1/2=.) (3=1) (8/9=.), gen(part)

label variable part "Participou das eleições nacionais"

label define part 0 "Não" 1 "Participou"

label values part part

*** VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //////////////////////////////////////**

*** Homem (Q101)**

recode Q101 (1=1) (2=0), gen(homem)

label variable homem "Homem"

label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"

label values homem homem

*** Faixa etária (Q1)**

recode Q1 (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3), gen(idade)

label variable idade "Faixas etárias"

label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"

label values idade idade

*** Local de residência**

recode URBRUR (1=1) (2=0), gen(urbano)

label variable urbano "Local de residência"

label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"

label values urbano urbano

*** Atenção à mídia (Q55A)**

***radio**

recode Q55A (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)

label variable radionoticia "Quantas vezes escuta notias no radio?"

label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values radionoticia radionoticia

tab radionoticia, m

***tv**

recode Q55B (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)

label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta notias na tv?"

label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values tvnoticia tvnoticia

*** Quantas vezes conversa sobre política (Q9)**

recode Q9 (0=0) (1=1) (2=2) (8/9=.), gen(dispol)

label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"

label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"

label values dispol dispol

*** Integridade eleitoral**

recode Q14 (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/98=.), gen(inte)

label variable inte "Eleições são livres e justas"

label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"

label values inte inte

***participação política**

***participar em reunião comunitária**

recode Q11A (0=0) (1=1) (2/4=2)(8/9=.), gen(partreucomu)

label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"

label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values partreucomu partreucomu

tab partreucomu, m

***participar de protesto/marcha**

recode Q11C (0=0) (1=1) (2/4=2)(8/9=.), gen(participaçãopro)

label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"

label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values participaçãopro participaçãopro

tab participaçãopro, m

***OBS: descartamos as "opções": "participar de campanha eleitoral" por que so aparece a partir da rodada 6"**

*** RACIONAL ///**

*** Avaliação econômica do país (Q4A)**

recode Q4A (1/2=0) (3=1) (4/5=2) (8/9=.), gen(avecon)

label variable avecon "Avaliação econômica do país"

label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values avecon avecon

*** Avaliação econômica individual**

recode Q4B (1/2=0) (3=1) (4/5=2) (8/9=.), gen(aveconi)

label variable aveconi "Avaliação econômica individual"

label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values aveconi aveconi

*** Satisfação com a democracia**

recode Q37 (0=.) (1=0) (2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(satdem)

label variable satdem "Satisfação com a democracia"

label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"

label values satdem satdem

*** CULTURA CÍVICA ///**

*** Adesão à democracia**

recode Q21 (1/2=0) (3=1) (8=.) (9=0), gen(addem)

label variable addem "Adesão à democraca"

label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"

label values addem addem

* Confiança no Presidente

recode Q41A (1/2=0) (3/4=1) (8/9=.), gen(confpres)

label variable confpres "Confiança no Presidente"

label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpres confpres

* Confiança no Parlamento

recode Q41B (1/2=0) (3/4=1) (8/9=.), gen(confpar)

label variable confpar "Confiança no Parlamento"

label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpar confpar

* Confiança na Comissão eleitoral

recode Q41C (1/2=0) (3/4=1) (8/9=.), gen(confcom)

label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"

label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confcom confcom

*////////////////////////////////////

* RODADA 7 (2019) *****

*////////////////////////////////////

* Abrir o banco de dados

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\r7_merged_data_34ctry.release.dta", clear

* Manter apenas Cabo_verde (4) Moçambique (20) e São Tomé e Príncipe (24)

keep if COUNTRY == 4 | COUNTRY == 20 | COUNTRY == 24

* CODIFICANDO BANCO DE DADOS *****

* VARIÁVEL DEPENDENTE //////////////////////////////////////

* Participou nas últimas eleições nacionais

recode Q22 (0=.) (1=1) (2/7=0) (98=.) (8/9=.), gen(part)

label variable part "Participou das eleições nacionais"

label define part 0 "Não" 1 "Participou"

label values part part

tab Q22 part

* VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //////////////////////////////////////

* Homem (Q101)

recode Q101 (1=1) (2=0), gen(homem)

label variable homem "Homem"

label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"

label values homem homem

tab Q101 homem, m

* Faixa etária (Q1)

recode Q1 (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3) (998=.), gen(idade)

label variable idade "Faixa etária"

label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"

label values idade idade

tab Q1 idade, m

* Local de residência

```
recode URBRUR (1=1) (2=0), gen(urbano)
label variable urbano "Local de residência"
label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"
label values urbano urbano
tab urbano, m
```

*** Proxy Renda (fome) (Q8A)**

```
recode Q8A (0=2) (1/2=1) (3/4=0) (8/9=.), gen(fome)
label variable fome "Quantas vezes já passou fome?"
label define fome 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"
label values fome fome
```

*** Atenção à mídia (Q55A)**

***radio**

```
recode Q12A (0=0)(1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)
label variable radionoticia "Quantas vezes escuta notias no radio?"
label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"
label values radionoticia radionoticia
tab radionoticia, m
```

***tv**

```
recode Q12B (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)
label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta notias na tv?"
label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"
label values tvnoticia tvnoticia
tab tvnoticia, m
```

*** Escolaridade**

```
recode Q97 (-1=.) (0/1=0) (2/3=1) (4/5=2) (6/9=3) (98/99=.), gen(escol)
label variable escol "Escolaridade"
```

label define escol 0 "Educação informal" 1 "Ens. Fund." 2 "Ens. Médio" 3 "Ens. Sup."
 label values escol escol

*** MOBILIZAÇÃO //**

*** Identificação partidária (88A)**

recode Q88A (-1=.) (0=0) (1=1) (8/9=.), gen(idpart)

label variable idpart "Identificação partidária"

label define idpart 0 "Não" 1 "Identifica-se"

label values idpart idpart

*** Religião**

recode RELIG_COND (-1=.) (1=0) (2=1) (3=2) (9=.), gen(religiao)

label variable religiao "Religião"

label define religiao 0 "Cristão" 1 "Mulçumano" 2 "Outras"

label values religiao religiao

***participar em reunião comunitária**

recode Q21A (0=0) (1=1) (2/4=2)(8/9=.), gen(partreucomu)

label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"

label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values partreucomu partreucomu

tab partreucomu, m

***participar de protesto/marcha**

recode Q26C (0=0) (1=1) (2/4=2)(8/9=.), gen(participaçãopro)

label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"

label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"
 label values participaçãopro participaçãopro
 tab participaçãopro, m

*** INDIVIDUAIS / PSICOLÓGICAS //////////////////////////////////////**

* Quantas vezes conversa sobre política (Q13)
 recode Q13 (0=0) (1=1) (2=2) (8/9=.), gen(dispol)
 label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"
 label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"
 label values dispol dispol
 tab dispol, m

* Integridade eleitoral (23)
 recode Q23 (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/98=.), gen(inte)
 label variable inte "Eleições são livres e justas"
 label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"
 label values inte inte

* Eficácia política
 recode Q53B (0/1=0) (2/3=1) (8/9=.), gen(eficacia)
 label variable eficacia "Eficácia política"
 label define eficacia 0 "Baixa eficácia" 1 "Alta eficácia"
 label values eficacia eficacia

***OBS: a variável a que estamos usando para medir a a eficácia política nesta rodada não foi incluída**

*** Indicador de participação política/participação não convencional**

***(participar em reunião comunitária + participar de protesto/marcha)**

***participar em reunião comunitária**

recode Q20A (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(partreucomu)

label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"

label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values partreucomu partreucomu

tab partreucomu, m

***participar de protesto/marcha**

recode Q27E (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(participaçãopro)

label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"

label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values participaçãopro participaçãopro

tab participaçãopro, m

recode 20A

recode 27E

***por recodificar**

***OBS: descartamos as opções: "participar de campanha eleitoral" por que so aparece a partir da rodada 6"**

*** RACIONAL //////////////////////////////////////**

*** Avaliação econômica do país (Q4A)**

recode Q4A (1/2=0) (3=1) (4/5=2) (8/9=.), gen(avecon)

label variable avecon "Avaliação econômica do país"

label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values avecon avecon

tab avecon, m

*** Avaliação econômica individual**

recode Q4B (1/2=0) (3=1) (4/5=2) (8/9=.), gen(aveconi)

label variable aveconi "Avaliação econômica individual"

label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values aveconi aveconi

tab aveconi, m

*** Satisfação com a democracia(36)**

recode Q36 (0=.) (1=0) (2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(satdem)

label variable satdem "Satisfação com a democracia"

label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"

label values satdem satdem

tab satdem, m

*** CULTURA CÍVICA //***** Adesão à democracia (Q28)**

recode Q28 (1=0) (2=0) (3=1) (8/9=.), gen(addem)

label variable addem "Adesão à democraca"

label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"

label values addem addem

tab addem, m

*** Confiança no Presidente (Q43A)**

recode Q43A (0=0)(1=0) (2/3=1) (8/9=.), gen(confpres)

label variable confpres "Confiança no Presidente"

label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpres confpres

tab confpres, m

*** Confiança no Parlamento**

recode Q43B (0=0)(1=0) (2/3=1) (8/9=.), gen(confpar)

label variable confpar "Confiança no Parlamento"

label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpar confpar

*** Confiança na Comissão eleitoral**

recode Q43C (0=0)(1=0) (2/3=1) (8/9=.), gen(confcom)

label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"

label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confcom confcom

*////////////////////////////////////

*** RODADA 6 (2016) *******

*////////////////////////////////////

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD
2025\merged_r6_data_2016_36countries2.sav.stata.dta", clear

*** Manter apenas Cabo_verde (7) Moçambique (21) e São Tomé e Príncipe (25)**

keep if COUNTRY == 7 | COUNTRY == 21 | COUNTRY == 25

*** VARIÁVEL DEPENDENTE //**

*** Participou nas últimas eleições nacionais (Q21)**
recode Q21 (-1=.) (0=.) (1=1) (2/7=0) (8/9=.), gen(part)
label variable part "Participou das eleições nacionais"
label define part 0 "Não" 1 "Participou"
label values part part
tab part, m

*** VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //**

*** sexo (Homem) (Q101)**
recode Q101 (1=1) (2=0), gen(homem)
label variable homem "Homem"
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"
label values homem homem
tab Q101 homem, m

*** Faixa etária (Q1)**
recode Q1 (-1=.) (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3) (999=.), gen(idade)
label variable idade "Faixa etária"
label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"
label values idade idade
tab Q1 idade, m

*** Local de residência**
recode URBRUR (1=1) (2=0), gen(urbano)

label variable urbano "Local de residência"

label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"

label values urbano urbano

tab urbano, m

*** Proxy Renda (fome) (Q8A)**

recode Q8A (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (9=.), gen(fome)

label variable fome "Quantas vezes já passou fome?"

label define fome 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values fome fome

*** Atenção à mídia (Q55A)**

***radio**

recode Q12A (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)

label variable radionoticia "Quantas vezes escuta notias no radio?"

label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values radionoticia radionoticia

tab radionoticia, m

***tv**

recode Q12B (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)

label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta notias na tv?"

label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values tvnoticia tvnoticia

tab tvnoticia, m

*** Escolaridade (Q97)**

recode Q97 (-1=.) (0/1=0) (2/3=1) (4/6=2) (7/9=3) (99=.), gen(escol)

label variable escol "Escolaridade"

label define escol 0 "Educação informal" 1 "Ens. Fund." 2 "Ens. Médio" 3 "Ens. Sup."
 label values escol escol
 tab escol, m

*** MOBILIZAÇÃO //**

*** Identificação partidária (90A)**

recode Q90A (0=0) (1=1) (8/9=.), gen(idpart)
 label variable idpart "Identificação partidária"
 label define idpart 0 "Não" 1 "Identifica-se"
 label values idpart idpart

*** Religião**

recode RELIG_COND (1=0) (2=1) (3=2) (9=.), gen(religiao)
 label variable religiao "Religião"
 label define religiao 0 "Cristão" 1 "Mulçumano" 2 "Outras"
 label values religiao religiao
 tab religiao, m

*** Tribo ou etnia**

recode Q79

***são muitas tribos./descobrir como agrupar e/ou recodificar**

*** INDIVIDUAIS / PSICOLÓGICAS //**

*** Quantas vezes conversa sobre política (Q14)**

recode Q14 (-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (9=.), gen(dispol)
 label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"

label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"

label values dispol dispol

tab dispol, m

* Integridade eleitoral (22)

recode Q22 (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/9=.), gen(inte)

label variable inte "Eleições são livres e justas"

label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"

label values inte inte

tab inte, m

* Eficácia política (Q47B)

recode Q47B (-1=.) (0/1=0) (2/3=1) (9=.), gen(eficacia)

label variable eficacia "Eficácia política"

label define eficacia 0 "Baixa eficácia" 1 "Alta eficácia"

label values eficacia eficacia

* Indicador de participação política/participação não convencional

* participar ou ser membro de:

*(participar de uma reunião comunitária + participar de protesto/marcha)

*participar em reunião comunitária

recode Q20A (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(partreucomu)

label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"

label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values partreucomu partreucomu

tab partreucomu, m

***participar de protesto/marcha**

```

recode Q27E (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(participaçãopro)
label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"
label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"
label values participaçãopro participaçãopro
tab participaçãopro, m

```

*** OBS: descartamos as "opções": participar de campanha eleitoral por que so aparece a partir da rodada 6"**

***por recodificar**

*** RACIONAL //////////////////////////////////////**

*** Avaliação econômica do país (Q4A)**

```

recode Q4A (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4/5=2) (9=.), gen(avecon)
label variable avecon "Avaliação econômica do país"
label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"
label values avecon avecon
tab avecon, m

```

*** Avaliação econômica individual**

```

recode Q4B (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4/5=2) (9=.), gen(aveconi)
label variable aveconi "Avaliação econômica individual"
label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"
label values aveconi aveconi
tab aveconi, m

```

*** Satisfação com a democracia(41)**

recode Q41 (-1=.) (0=.) (1=0) (2=1) (3/4=2) (9=.), gen(satdem)
label variable satdem "Satisfação com a democracia"
label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"
label values satdem satdem
tab satdem, m

*** CULTURA CÍVICA //**

*** Adesão à democracia (Q30)**
recode Q30 (-1=.) (1=0) (2=0) (3=1) (9=.), gen(addem)
label variable addem "Adesão à democraca"
label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"
label values addem addem
tab addem, m

*** Confiança no Presidente (Q52A)**
recode Q52A (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpres)
label variable confpres "Confiança no Presidente"
label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confpres confpres
tab confpres, m

*** Confiança no Parlamento**
recode Q52A (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpar)
label variable confpar "Confiança no Parlamento"
label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confpar confpar

*** Confiança na Comissão eleitoral**

```

recode Q52A (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confcom)
label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"
label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confcom confcom
tab confcom, m

```

*** Confiança social**

```

recode Q (0=0) (1=1) (8/9=.), gen(confsocial)
label variable confsocial "Confiança social"
label define confsocial 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confsocial confsocial

```

***OBS: a variável a que estamos usando para medir a confiança social nesta rodada não foi incluída**

*** Indicador de corrupção (presidente + parlamento + burocracia)(Q53)**

```

recode Q53A (-1=.) (9=.), gen(corpres)
recode Q53B (-1=.) (9=.), gen(corparl)
recode Q53C (-1=.) (9=.), gen(corbuero)
gen corrupcao = corpres + corparl + corbuero
label variable confcom "Indicador de corrupção"

```

***** parei aqui, por recodificar a variável acima *** ne**

**** OBS: nesta rodada tentei executar, mas não sei se deu certo**

***////////////////////////////////////**

*** RODADA 5 (2015) *******

***////////////////////////////////////**

*** Abrir o banco de dados**

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\merged_r5_data_34_countries.dta", clear

*** Manter apenas Cabo_verde (4) e Moçambique (12)**

keep if COUNTRY == 4 | COUNTRY == 12

*** VARIÁVEL DEPENDENTE //////////////////////////////////////**

*** Participou nas últimas eleições nacionais (Q27)**

recode Q27 (0=.) (1=1) (2/7=0) (8/9=.), gen(part)

label variable part "Participou das eleições nacionais"

label define part 0 "Não" 1 "Participou"

label values part part

tab part, m

*** VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //////////////////////////////////////**

*** sexo (Homem) (Q101)**

recode Q101 (1=1) (2=0), gen(homem)

label variable homem "Homem"

label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"

label values homem homem

tab Q101 homem, m

*** Faixa etária (Q1)**

recode Q1 (-1=.) (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3) (999=.), gen(idade)

label variable idade "Faixa etária"

label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"

label values idade idade

tab Q1 idade, m

*** Local de residência**

recode URBRUR (1=1) (2=0), gen(urbano)

label variable urbano "Local de residência"

label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"

label values urbano urbano

tab urbano, m

*** Atenção à mídia (Q55A)**

***radio**

recode Q13A (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)

label variable radionoticia "Quantas vezes escuta notícias no rádio?"

label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values radionoticia radionoticia

tab radionoticia, m

***tv**

recode Q13B (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)

label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta notícias na tv?"

label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values tvnoticia tvnoticia

tab tvnoticia, m

*** Proxy Renda (fome) (Q8A)**

recode Q8A (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (9=.), gen(fome)

label variable fome "Quantas vezes já passou fome?"

*** Quantas vezes conversa sobre política (Q15)**

recode Q15 (-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (9=.), gen(dispol)

label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"

label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"

label values dispol dispol

tab dispol, m

*** Integridade eleitoral (28)**

recode Q28 (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/9=.), gen(inte)

label variable inte "Eleições são livres e justas"

label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"

label values inte inte

tab inte, m

***participar em reunião comunitária**

recode Q26A (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(partreucomu)

label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"

label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values partreucomu partreucomu

tab partreucomu, m

***participar de protesto/marcha**

recode Q26D (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(participaçãopro)

label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"

label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values participaçãopro participaçãopro

tab participaçãopro, m

***OBS: a variável a que estamos usando para medir a a eficácia política nesta rodada não foi incluída**

*** RACIONAL //////////////////////////////////////**

*** Avaliação econômica do país (Q3A)**

recode Q3A (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4/5=2) (9=.), gen(avecon)

label variable avecon "Avaliação econômica do país"

label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values avecon avecon

tab avecon, m

*** Avaliação econômica individual**

recode Q3B (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4/5=2) (9=.), gen(aveconi)

label variable aveconi "Avaliação econômica individual"

label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values aveconi aveconi

tab aveconi, m

*** Satisfação com a democracia(Q43)**

recode Q43 (0=.) (1=0) (2/3=1) (4=2) (9=.), gen(satdem)

label variable satdem "Satisfação com a democracia"

label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"

label values satdem satdem

tab satdem, m

*** CULTURA CÍVICA //////////////////////////////////////**

*** Adesão à democracia (Q32)****recode Q32 (1=.) (2=0) (3=1) (9=.), gen(addem)****label variable addem "Adesão à democraca"****label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"****label values addem addem****tab addem, m***** Confiança no Presidente (Q59A)****recode Q59A (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpres)****label variable confpres "Confiança no Presidente"****label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"****label values confpres confpres****tab confpres, m***** Confiança no Parlamento (Q5B)****recode Q59B (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpar)****label variable confpar "Confiança no Parlamento"****label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"****label values confpar confpar****tab confpar, m***** Confiança na Comissão eleitoral(59C)****recode Q59C (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confcom)****label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"****label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"****label values confcom confcom****tab confcom, m**

*////////////////////////////////////

*** RODADA 4 (2008) *******

*////////////////////////////////////

*** abrir banco de dados**

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\merged_r4_20_countries.dta", clear

*** Manter apenas Cabo_verde (4) e Moçambique (12)**

keep if COUNTRY == 4 | COUNTRY == 12

*** VARIÁVEL DEPENDENTE //////////////////////////////////////**

*** Participou nas últimas eleições nacionais (Q23)**

recode Q23D (-1=.) (0=.) (1=1) (2/6=0) (9=.), gen(part)

label variable part "Participou das eleições nacionais"

label define part 0 "Não" 1 "Participou"

label values part part

tab part, m

*** VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //////////////////////////////////////**

*** sexo (Homem) (Q101)**

recode Q101 (1=1) (2=0), gen(homem)

label variable homem "Homem"

label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"

label values homem homem

tab Q101 homem, m

*** Faixa etária (Q1)**

recode Q1 (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3) (999=.), gen(idade)

label variable idade "Faixa etária"

label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"

label values idade idade

tab Q1 idade, m

*** Local de residência**

recode URBRUR (1=1) (2=0), gen(urbano)

label variable urbano "Local de residência"

label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"

label values urbano urbano

tab urbano, m

*** Atenção à mídia (Q55A)**

***radio**

recode Q12A (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)

label variable radionoticia "Quantas vezes escuta noticias no radio?"

label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values radionoticia radionoticia

tab radionoticia, m

***tv**

recode Q12B (-1=.) (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)

label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta noticias na tv?"

label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values tvnoticia tvnoticia

tab tvnoticia, m

tab partreucomu, m

*participar de protesto/marcha

recode Q23C (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(participaçãopro)

label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"

label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"

label values participaçãopro participaçãopro

tab participaçãopro, m

* INDIVIDUAIS / PSICOLÓGICAS //////////////////////////////////////

* Quantas vezes conversa sobre política (Q14)

recode Q14 (-1=.) (0=0) (1=1) (2=2) (9=.), gen(dispol)

label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"

label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"

label values dispol dispol

tab dispol, m

* Integridade eleitoral (71)

recode Q71 (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/9=.), gen(inte)

label variable inte "Eleições são livres e justas"

label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"

label values inte inte

tab inte, m

* Eficácia política (Q72B)

recode Q72B (-1=.) (0/1=0) (2/3=1) (9=.), gen(eficacia)

label variable eficacia "Eficácia política"

label define eficacia 0 "Baixa eficácia" 1 "Alta eficácia"

label values eficacia eficacia

tab eficacia, m

* Indicador de participação política/participação não convencional

* participar ou ser membro de:

*(participar de uma reunião comunitária + participar de protesto/marcha)

recode 23A

recode 23C

* RACIONAL //////////////////////////////////////

* Avaliação econômica do país (Q4A)

recode Q4A (1=0)(2/3=1)(4/5=2) (9=.), gen(avecon)

label variable avecon "Avaliação econômica do país"

label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values avecon avecon

tab avecon, m

* Avaliação econômica individual

recode Q4B (-1=.) (1=0)(2/3=1)(4/5=2) (9=.), gen(aveconi)

label variable aveconi "Avaliação econômica individual"

label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values aveconi aveconi

tab aveconi, m

* Satisfação com a democracia(Q43)

recode Q43 (-1=.) (0=.) (1=0)(2/3=1) (4=2)(9=.), gen(satdem)

label variable satdem "Satisfação com a democracia"

label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"

label values satdem satdem

tab satdem, m

*** CULTURA CÍVICA //**

*** Adesão à democracia (Q30)**

recode Q30 (-1=.) (1=.) (2=0) (3=1) (9=.), gen(addem)

label variable addem "Adesão à democraca"

label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"

label values addem addem

tab addem, m

*** Confiança no Presidente (Q49A)**

recode Q49A (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpres)

label variable confpres "Confiança no Presidente"

label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpres confpres

tab confpres, m

*** Confiança no Parlamento (Q49B)**

recode Q49B (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpar)

label variable confpar "Confiança no Parlamento"

label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpar confpar

tab confpar, m

*** Confiança na Comissão eleitoral(49C)**

recode Q49C (-1=.) (0=0) (1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confcom)

```

label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"
label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"
label values confcom confcom
tab confcom, m
*////////////////////////////////////
* RODADA 3 (2005) *****
*////////////////////////////////////
* abrir banco de dados

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\merged_r3_18_countries.dta", clear

* Manter apenas Cabo_verde (4) e Moçambique (12)

keep if country == 3 | country == 10

* VARIÁVEL DEPENDENTE //////////////////////////////////////

* Participou nas últimas eleições nacionais (q30)
recode q30 (-1=.) (1=1) (2/6=0) (7/9=.), gen(part)
label variable part "Participou das eleições nacionais"
label define part 0 "Não" 1 "Participou"
label values part part
tab part, m

* VARIÁVEIS SÓCIO DEMOGRÁFICAS //////////////////////////////////////

* sexo (Homem) (q101)
recode q101 (1=1) (2=0), gen(homem)
label variable homem "Homem"
label define homem 0 "Mulher" 1 "Homem"

```

label values homem homem

tab q101 homem, m

*** Faixa etária (q1)**

recode q1 (18/24=0) (25/35=1) (36/55=2) (56/98=3) (999=.), gen(idade)

label variable idade "Faixa etária"

label define idade 0 "18 a 24" 1 "25 a 35" 2 "36 a 55" 3 "56 ou mais"

label values idade idade

tab q1 idade, m

*** Local de residência**

recode urbrur (1=1) (2=0), gen(urbano)

label variable urbano "Local de residência"

label define urbano 0 "Rural" 1 "Urbano"

label values urbano urbano

tab urbano, m

*** Atenção à mídia (Q55A)**

***radio**

recode q15a (0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(radionoticia)

label variable radionoticia "Quantas vezes escuta notias no radio?"

label define radionoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values radionoticia radionoticia

tab radionoticia, m

***tv**

recode q15b(0=0) (1/2=1) (3/4=2) (8/9=.), gen(tvnoticia)

label variable tvnoticia "Quantas vezes escuta notias na tv?"

label define tvnoticia 0 "Nunca" 1 "Poucas vezes" 2 "Muitas vezes"

label values tvnoticia tvnoticia

tab tvnoticia, m

*** Escolaridade (q90)**

recode q90 (-1=.) (0/1=0) (2/3=1) (4/6=2) (7/9=3) (99=.), gen(escol)

label variable escol "Escolaridade"

label define escol 0 "Educação informal" 1 "Ens. Fund." 2 "Ens. Médio" 3 "Ens. Sup."

label values escol escol

tab escol, m

*** MOBILIZAÇÃO //**

*** Identificação partidária (q85)**

recode q85 (-1=.) (0=0) (1=1) (8/9=.), gen(idpart)

label variable idpart "Identificação partidária"

label define idpart 0 "Não" 1 "Identifica-se"

label values idpart idpart

tab idpart, m

*** Religião (q91)**

recode q91 (8/9=.) (-1=.) (11/12=1) (6=2) (10=0) (1/5=0) (0=2) (13=0) (14=2) (995/999=.),
gen(religiao)

label variable religiao "Religião"

label define religiao 0 "Cristão" 1 "Mulçumano" 2 "Outras"

label values religiao religiao

tab religiao, m

***participar em reunião comunitária**

```

recode q31a (-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(partreucomu)
label variable partreucomu "participação em reuniões comunitárias"
label define partreucomu 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"
label values partreucomu partreucomu
tab partreucomu, m

```

***participar de protesto/marcha**

```

recode q31c(-1=.) (0=0) (1=1) (2/4=2) (8/9=.), gen(participaçãopro)
label variable participaçãopro "participação em protesto ou marcha"
label define participaçãopro 0 "Nunca" 1 "participaria" 2 "Participo"
label values participaçãopro participaçãopro
tab participaçãopro, m

```

*** INDIVIDUAIS / PSICOLÓGICAS //////////////////////////////////////**

*** Quantas vezes conversa sobre política (q17)**

```

recode q17 (0=0) (1=1) (2=2) (9=.), gen(dispol)
label variable dispol "Quantas vezes conversa sobre política"
label define dispol 0 "Nunca" 1 "Ocasionalmente" 2 "Frequentemente"
label values dispol dispol
tab dispol, m

```

*** Integridade eleitoral (q45)**

```

recode q45 (1=0) (2/3=1) (4=2) (8/9=.), gen(inte)
label variable inte "Eleições são livres e justas"
label define inte 0 "Nenhum pouco" 1 "Sim, mas com problemas" 2 "Totalmente"

```

label values inte inte

tab inte, m

* Eficácia política (q77b)

recode q77b (-1=.) (0/1=0) (2/3=1) (9=.), gen(eficacia)

label variable eficacia "Eficácia política"

label define eficacia 0 "Baixa eficácia" 1 "Alta eficácia"

label values eficacia eficacia

tab eficacia, m

* Indicador de participação política/participação não convencional

* participar ou ser membro de:

*(participar de uma reunião comunitária + participar de protesto/marcha)

recode 31a

recode 31b

*por recodificar

* RACIONAL //////////////////////////////////////

* Avaliação econômica do país (q4a)

recode q4a (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4/5=2) (9=.), gen(avecon)

label variable avecon "Avaliação econômica do país"

label define avecon 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values avecon avecon

tab avecon, m

*** Avaliação econômica individual(q4b)**

recode q4b (-1=.) (1=0) (2/3=1) (4/5=2) (9=.), gen(aveconi)

label variable aveconi "Avaliação econômica individual"

label define aveconi 0 "Ruim" 1 "Mediana" 2 "Boa"

label values aveconi aveconi

tab aveconi, m

*** Satisfação com a democracia(q47)**

recode q47 (0=.) (1=0) (2/3=1) (4=2) (9=.), gen(satdem)

label variable satdem "Satisfação com a democracia"

label define satdem 0 "Totalmente insatisfeito" 1 "Insatisfeito" 2 "Satisfeito"

label values satdem satdem

tab satdem, m

*** CULTURA CÍVICA //////////////////////////////////////**

*** Adesão à democracia (q37)**

recode q37 (1=.) (2=0) (3=1) (9=.), gen(addem)

label variable addem "Adesão à democraca"

label define addem 0 "Não" 1 "Democrático"

label values addem addem

tab addem, m

*** Confiança no Presidente (q55a)**

recode q55a (0/1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpres)

label variable confpres "Confiança no Presidente"

label define confpres 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpres confpres

tab confpres, m

*** Confiança no Parlamento (q55b)**

recode q55b (0/1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confpar)

label variable confpar "Confiança no Parlamento"

label define confpar 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confpar confpar

tab confpar, m

*** Confiança na Comissão eleitoral(q55c)**

recode q55c(0/1=0) (2/3=1) (9=.), gen(confcom)

label variable confcom "Confiança na Comissão eleitoral"

label define confcom 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confcom confcom

tab confcom, m

*** Confiança social (q83)(Most people can be trust)**

recode q83 (-1=.) (0=0) (1=1) (9=.), gen(confsocial)

label variable confsocial "Confiança social"

label define confsocial 0 "Não confia" 1 "Confia"

label values confsocial confsocial

tab confsocial, m

*** Indicador de corrupção (presidente + parlamento + burocracia)(Q)**

recode Q53A (-1=.) (9=.), gen(corpres)

recode Q53B (-1=.) (9=.), gen(corparl)

recode Q53C (-1=.) (9=.), gen(corbuuro)

gen corrupcao = corpres + corparl + corbuuro

label variable confcom "Indicador de corrupção"

*** não foi recodificada ainda.**

***////////////////////////////////////**

*** RODADA 2 (2004) *******

***////////////////////**

***abrir banco de dados**

use "C:\Users\cassi\Downloads\PhD 2025\merged_r2_16_countries.dta", clear

*** OBS: nesta roda não tem a variável que mede a participação eleitoral**

*** Neste Caso não iremos utilizar essa rodada**

***////////////////////**

*** CODIFICANDO BANCO DE DADOS *******

***////////////////////**

logistic part homem i.fidade urbano i.fome i.escol

logistic part homem i.fidade urbano i.fome i.escol idpart i.religiao

logistic part homem i.fidade urbano i.fome i.escol idpart i.religiao i.dispol i.inte eficacia

**logistic part homem i.fidade urbano i.fome i.escol idpart i.religiao i.dispol i.inte eficacia
i.avecon i.aveconi i.satdem**

**logistic part homem i.fidade urbano i.fome i.escol idpart i.religiao i.dispol i.inte eficacia
i.avecon i.aveconi i.satdem addem confpres confpar confcom corrupcao clientelismo**